

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

NADIR DA CONCEIÇÃO FIGUEIREDO LEITE

A VARIAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA DOS
QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT

CÁCERES-MT

2022

NADIR DA CONCEIÇÃO FIGUEIREDO LEITE

**A VARIAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA DOS
QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza.

CÁCERES-MT

2022

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

LEITE, Nadir da Conceição Figueiredo.

L533a A Variação do Objeto Direto Anafórico na Fala dos Quilombolas do Município de Poconé-MT / Nadir da Conceição Figueiredo Leite – Cáceres, 2022.

103 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso

(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

Orientador: Antônio Carlos Santana de Souza

1. Sociolinguística. 2. Objeto Direto Anafórico. 3. Comunidades Afro-Brasileiras. 4. Fala de Quilombolas. 5. Poconé/MT. I. Nadir da Conceição Figueiredo Leite. II. A Variação do Objeto Direto Anafórico na Fala dos Quilombolas do Município de Poconé-MT:.

CDU 81'27(817.2)

NADIR DA CONCEIÇÃO FIGUEIREDO LEITE

**A VARIAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA DOS
QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza
Orientador – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Jocineide Macedo Karim
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Avaliador Externo – PPGLETRAS-UEMS/UFMA

APROVADA EM: 30/03/2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

A Deus

A João Domingos de Figueiredo, meu pai,

pelo cuidado e amor sempre presente.

A Prudêncio Charmo Leite, meu esposo, pelo respeito, cumplicidade e ao amor

que nos une e me fortalece.

Aos meus filhos: **Arthur Rodrigo** e **Aline Bárbara**, amores incondicionais.

“Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé.

Já agora a coroa da justiça me está guardada,

a qual o Senhor, reto juiz,

me dará naquele Dia; e não somente a mim,

mas também a todos quantos amam a sua vinda”.

(2 Timóteo 7-8)

À memória de minha mãe **D. Justina Santana da Conceição Figueiredo**, de

meu irmão **Ediberto da Conceição Figueiredo**,

as minhas tias **Serafina de Figueiredo (Tia Morena)**,

Clotilde Ferreira dos Santos (Tia Sinhá) e

meu sogro **Sr. Artur Fernandes Leite**, que recentemente, alçaram voo,

mas, estarão sempre presentes em nossas memórias,

pessoas que eram queridas, íntegras, amorosas, generosas,

de uma simplicidade, sem tamanho!

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus, (...) “Pois tu és a minha esperança, Senhor Deus, a minha confiança desde a minha mocidade. Em ti me tenho apoiado desde o meu nascimento; do ventre materno tu me tiraste, tú és motivo para os meus louvores constantemente”. (Salmos 71:5-6). Senhor, eu te louvo e agradeço por tudo que és na minha vida.

Ao professor Dr. Antonio Carlos Santana de Souza, meu orientador, pela compreensão, pela sua paciência e bondade (sem as quais este trabalho não seria possível), pelas conversas e reflexões, por me instigar a perceber sempre novas questões, mas, acima de tudo, pela relação construída, pautada no respeito e na confiança. O meu sincero respeito e admiração ao pesquisador sociolinguista que é, forte e corajoso. E ainda pelas ações desenvolvidas, que têm contribuído para o fortalecimento do ensino aprendizagem e ciência da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

A professora Jocineide Macedo Karim, pelas contribuições significativas na qualificação. Obrigada pelo aceite em compor a Banca Examinadora desta dissertação.

A professora Marília Silva Vieira, pelas contribuições teóricas, apontamentos e sugestões de leituras, durante a qualificação. Ainda, em especial, pela aceitação em compor a banca de qualificação desta dissertação.

Ao professor Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho, obrigada pelo aceite em compor a Banca Examinadora desta dissertação.

A professora Mariza Pereira da Silva, por sempre acreditar na minha capacidade e me incentivar a seguir em frente com os estudos.

À Universidade do Estado de Mato Grosso pela formação acadêmica em nível de graduação, especialização *lato sensu* e, agora, mestrado. Formação que produziu efeitos significativos na minha vida profissional e pessoal.

Ao programa de Pós-graduação em Linguística pelo papel fundamental na formação no âmbito *strictu sensu* de pessoas, no Estado de Mato Grosso e vários outros Estado do Brasil, desse modo, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento e fortalecimento da educação.

Ao Douglas, secretário do Programa, pelo compromisso com a instituição, sempre educado e prestativo.

Aos professores do Programa em Linguística da UNEMAT: Antonio Carlos, Elizangela Patrícia, Eni Orlandi, Flávio Roberto, Gislaine Aparecida e Rosimar Regina pelas aulas ministradas.

Aos colegas do mestrado: Claudia, Silvânia Maria, Sérgio, pelo convívio acadêmico.

As minhas queridas amigas Edriane, pela solidariedade, participação nas leituras e entendimento sobre o objeto direto anafórico e Kamylla, pela amizade construída.

Obrigada a todos, que de forma direta e indireta contribuíram para que esse trabalho fosse concluído! Que o Senhor Deus abençoe grandemente cada um de vocês!

Feliz o homem que acha sabedoria, e o homem que adquire conhecimento; porque melhor é o lucro que ela dá do que o da prata, e melhor a sua a renda do que o ouro mais fino. Mais preciosa é do que pérolas, e tudo o que podes desejar não é comparável a ela. O alongar-se da vida está na sua mão direita, na sua esquerda, riquezas e honra. Os seus caminhos são caminhos deliciosos, e todas as suas veredas, paz. É árvore de vida para os que a alcançam, e felizes são todos as que a retem.

(Provérbios 3 13-18)

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida na linha de pesquisa “Estudo de Processos de Variação e Mudança” do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Pautou-se nos aportes teóricos da Sociolinguística qualitativa variacionista, com base na teoria de William Labov (2008), como também, a Dialetologia Pluridimensional, com base no estudo de Radke & Thun (1996) e Thun (1998), que estuda e analisa a variação do português falado em comunidades afro-brasileiras. Nesse sentido, este estudo, denominado *A variação do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas do município de Poconé-MT*, tem como objetivo analisar as ocorrências do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas do município de Poconé-MT, contribuindo com estudos do contato linguístico das línguas africanas com a língua portuguesa falada no Brasil. Percebe-se que há inúmeros fenômenos variáveis do Português do Brasil, nessa comunidade, assim, pretendemos pesquisar quais são as variantes do objeto direto anafórico na fala dos afro-brasileiros do município de Poconé e quais fatores linguísticos ou extralinguísticos favorecem/desfavorecem o uso das variantes do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé. O *corpus* é constituído de 13 (treze) entrevistas realizadas com quilombolas do município de Poconé, no Estado de Mato Grosso, em que foram selecionadas as ocorrências do objeto direto anafórico. Essas variantes nos chamou a atenção e resolvemos estudar esse fenômeno nessa comunidade através de dados de fala colhidos dos quilombolas do município de Poconé-MT e cedido pelo Banco de dados (2016) do Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza e Prof. Dr. Joachin Steffen (Universidade de Ausburg – Alemanha). O resultado da pesquisa consistiu em descrever e analisar a realização do objeto direto anafórico na fala do poconeano, como também, mostrou a realização da variante *clítico acusativo*, haja vista, que, aparentemente, esta tem indicado um possível apagamento ou desaparecimento, e, com isso, tem apontado para uma forma substituta a do *objeto nulo* ou *categoria vazia*, que mostra a *ausência do objeto direto*. Nesse sentido o trabalho descreve e analisa as ocorrências, mais frequentes, como *objeto nulo*, *pronome lexical*, *sintagma nominal* e *palavra lexical*, que passam a desempenhar a função de objeto direto anafórico. Assim, espera-se, que este trabalho contribua para a descrição de língua da comunidade afrodescendente de Poconé e, consequentemente, com a língua mato-grossense e brasileira.

Palavras-chave: Sociolinguística; Objeto Direto Anafórico; Comunidades Afro-brasileiras; Fala de Quilombolas; Poconé/MT.

ABSTRACT

Título em Inglês: THE VARIATION OF THE ANAPHORIC DIRECT OBJECT IN THE SPEECH OF QUILOMBOLAS IN THE MUNICIPALITY OF POCONÉ-MT

This dissertation was developed in the line of research “Study of Processes of Variation and Change” of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Linguistics at the University of the State of Mato Grosso (UNEMAT). It was based on the theoretical contributions of qualitative variationist Sociolinguistics, based on the theory of William Labov (2008), as well as on Pluridimensional Dialectology, based on the study of Radke & Thun (1996) and Thun (1998), who study and analyze the variation of Portuguese spoken in Afro-Brazilian communities. In this sense, this study, called The variation of the anaphoric direct object in the speech of the quilombolas of the municipality of Poconé-MT, aims to analyze the occurrences of the anaphoric direct object in the speech of the quilombolas of the municipality of Poconé-MT, contributing to studies of contact of the African languages with the Portuguese language spoken in Brazil. It can be seen that there are numerous variable phenomena of Brazilian Portuguese in this community, so we intend to research which are the variants of the anaphoric direct object in the speech of Afro-Brazilians in the municipality of Poconé and which linguistic or extralinguistic factors favor/disfavor the use of variants of the anaphoric direct object in the speech of the quilombolas of Poconé. The corpus consists of 13 (thirteen) interviews carried out with quilombolas in the municipality of Poconé, in the state of Mato Grosso, in which the occurrences of the anaphoric direct object were selected. These variants caught our attention and we decided to study this phenomenon in this community through speech data collected from quilombolas in the municipality of Poconé-MT and provided by the Database (2016) of Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza and Prof. Dr. Joachin Steffen (University of Ausburg – Germany). The result of the research consisted of describing and analyzing the realization of the anaphoric direct object in the speech of the Poconeans, as well as showing the realization of the accusative clitic variant, given that, apparently, this has indicated a possible erasure or disappearance, and, with this has pointed to a substitute form that of the null object or empty category, which shows the absence of the direct object. In this sense, the work describes and analyzes the most frequent occurrences, such as null object, lexical pronoun, noun phrase and lexical word, which start to play the role of anaphoric direct object. Thus, it is expected that this work will contribute to the description of the language of the Afro-descendant community of Poconé and, consequently, with the Mato Grosso and Brazilian languages.

Key words: Sociolinguistics; Anaphoric Direct Object; Afro-Brazilian Communities; Quilombola Speech; Poconé/MT.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEC	Comissão de Educação e Cultura
CL	Clítico Acusativo
CV	Categoria Vazia
EA	Expressão Adverbial
FA	Forma Adverbial
GN	Gramática Normativa
GT	Gramática Tradicional
GTDL	Grupo de Trabalho para a Diversidade Linguística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
IPOL	Instituto de Investigação de Desenvolvimento em Política Linguística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OD	Objeto Direto
ODA	Objeto Direto Anafórico
ODPL	Objeto Direto Pleonástico
ODPr	Objeto Direto Preposicionado
ON	Objeto Nulo
PB	Português Brasileiro
PL	Palavra Lexical
PR	Pronome
PRL	Pronome Lexical
PRS	Pronome Substantivo
SESC	Serviço Social do Comércio
SN	Sintagma Nominal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Poconé-MT em 1953 – vista da praça principal.....	32
Figura 2 – Foto panorâmica de Poconé-MT	33
Figura 3 – Dança dos Mascarados – Poconé-MT	35
Figura 4 – Dança da Cavallhada Poconé-MT	36
Figura 5 – Arquitetura antiga – Poconé-MT	39
Figura 6 – A pecuária em Poconé- MT	39
Figura 7 - Artesanato com barro.....	40
Figura 8 – Tessitura de rede	41
Figura 9 – A arte de tecer lacos de couro de bois.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ocorrência geral do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé-MT	88
Gráfico 2 – Ocorrência da variável sexo	90
Gráfico 3 - Representação das variável sexo pelas variantes evidenciado na tabela	91
Gráfico 4 - Representação da divisão das células por faixa etária	93
Gráfico 5 – Representação do efeito das variável faixa etária pelas variantes.....	95
Gráfico 6 – Representação do efeito das variável escolaridade pelas variantes.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Percentagem de preenchimento de sujeito e objeto direto em.....	55
Tabela 2 - Substituição dos clíticos acusativos	56
Tabela 3 - Objeto direto em referência anafórica em Salvador	65
Tabela 4 - Variante do Objeto Direto Anafórico (ODA) na fala dos quilombolas de Poconé-MT	79
Tabela 5 – <i>Corpus</i> extraído de Souza (2016)	86
Tabela 6 - Realizações do objeto direto anafórico em alguns Estados brasileiros	87
Tabela 7 – Ocorrência das variantes pelo fator sexo	89
Tabela 8 – Ocorrência do efeito das variável sexo pelas variantes	90
Tabela 9 - Ocorrência do efeito das variável das faixa etária pelas variantes	93
Tabela 10 – Ocorrência da variável Escolaridade pelas variantes.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

OS AFRODESCENDENTES NO BRASIL	19
1.1 Um pouco de história.....	19
1.2 A Influência Africana no Português do Brasil	20
1.3 Diversidade Linguística do Português no Brasil.....	24
1.4 A Cidade de Poconé e a Comunidade de Quilombola.....	30
1.4.1 A Formação Étnica da Comunidade Quilombola de Poconé.....	34
1.4.2 O Modo de Vida da Comunidade.....	38
1.4.3 A fala dos quilombolas de Poconé como objeto de estudo e pesquisa.....	43

CAPÍTULO II

PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	46
2.1 A Sociolinguística Variacionista.....	46
2.2. Dialetologia pluridimensional.....	48
2.3. Norma linguística e uso da língua	51
2.4. O objeto direto de acordo com algumas gramáticas normativas.....	52
2.5. Variação linguística do objeto direto anafórico.....	55
2.5.1 Variantes do objeto direto anafórico no português brasileiro.....	59
2.6 O ensino de gramática na escola	66
2.6.1 A Coleta de Dados na Comunidade quilombola de Poconé.....	76

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO FALAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE POCONÉ:	77
3.1 A Transcrição dos Dados.....	77
3.2 A variante do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé.....	79
3.3 Fatores linguísticos.....	80
3.3.1 Fatores extralinguísticos.....	85

CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	102
--------------------------	------------

ANEXO.....	110
-------------------	------------

INTRODUÇÃO

O avanço dos estudos linguísticos ocorridos nas últimas décadas tem possibilitado ao Estado de Mato Grosso pesquisa/estudos voltados à investigação como Karim, (2004), em sua dissertação de mestrado intitulada *A variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT*; Coutinho, (2020) na dissertação de mestrado *Consciência linguística da comunidade Quilombola Vão Grande em Barra do Bugres-MT*, e são conhecimentos da linguagem humana sob as mais diversas áreas do conhecimento. As formas diferenciadas de se utilizar uma língua constituem um dos objetos mais intrigantes da pesquisa linguística, em virtude das possibilidades de compreender, a partir desses estudos, questões fundamentais não apenas sobre o funcionamento da língua nos seus aspectos internos, como também sobre a vida social dos falantes, os processos históricos que determinam a heterogeneidade linguística¹ e as relações de força política que definem as práticas languageiras através do tempo.

O falar característico dos quilombolas de Poconé, vem merecendo a atenção de alguns linguistas, que veem nessa área um campo importante a ser explorado. São estudos que buscam explicações desse falar afro-brasileiro na cultura e na tradição desse município.

Nesse sentido, este estudo denominado *A variação do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas do município de Poconé-MT* tem como objetivo analisar, à luz da Sociolinguística qualitativa variacionista, as ocorrências do objeto direto anafórico (doravante ODA) na fala dos afrodescendentes poconeanos, e, dessa forma, contribuir com os estudos sobre as línguas africanas e de seu contato com a língua portuguesa no Brasil.

Estudos realizados anteriormente nessa direção, em diversas regiões do nosso país, instigaram-nos a descrever a variação do ODA no município de Poconé-MT. Entre eles temos: Duarte (1986), Berlinck (1988 e 1989), Roberts e Kato (1996), Faraco (1996), Cyrino (1997 e 1999), Averbug (2000), Freire (2000), Dalto (2002), Matos (2005), Galves (1996 e 2001), e, Naro e Scherre (2007). Esses estudos constataram que não só os clíticos

¹ Os pressupostos teórico- metodológicos para a descrição da heterogeneidade linguística estabelecidos por William Labov (2008) fundamentaram os alicerces da *Teoria da variação linguística*. LABOV, é reconhecido como o principal fundador da sociolinguística variacionista. Para ele a variação linguística se refere ao conjunto de realizações possíveis de uma língua. Dizer que uma língua varia implica considerá-la heterogênea. Segundo o autor, a heterogeneidade é o oposto de homogeneidade. Uma língua heterogênea, assim, é uma língua que apresenta diferenças em usos, que é diversificada.

acusativos de 3ª pessoa funcionam como ODA, mas também, a categoria vazia, o pronome tônico e o sintagma nominal.

Motivados pela variação linguística, especificamente a realização do ODA, registrada em outras regiões do Brasil, propomos desenvolver a presente pesquisa com os quilombolas de Poconé-MT, descrevendo a variação encontrada à luz dos pressupostos teórico-metodológicos de William Labov (2008).

O *corpus* analisado foi cedido pelo banco de dados do orientador desta pesquisa professor Dr. Antonio Carlos Santana de Souza, em um projeto que ele desenvolve junto com o professor Joachim Steffen (UNA), sendo constituído de 13 (treze) entrevistas realizadas com quilombolas do município de Poconé-MT, em que foram selecionadas as ocorrências das variáveis do objeto direto anafórico. Essa variação me chamou a atenção porque os falantes da língua vão se sentindo mais à vontade para usar a língua de um modo diferente do que é estabelecido pela gramática normativa e vão criando outros modos no processo de interação. Assim, resolvi pesquisar a ocorrência do ODA nessa comunidade através de amostras de fala colhidas, gravadas e transcritas de entrevistas realizadas com quilombolas do município de Poconé-MT, a partir da Sociolinguística qualitativa variacionista, que se propõe a analisar e descrever um fenômeno linguístico de uma comunidade de fala, de acordo com princípios que subjazem a uma cuidadosa descrição linguística, através dessa abordagem, que reconhece a língua como heterogênea, ao mesmo tempo em que nos permite examinar a co-variação entre fenômenos linguísticos e sociais, estabelecendo uma relação de causa e efeito.

Com base na teoria Sociolinguística Variacionista de William Labov (1972), a língua deve ser estudada levando em consideração os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a variação da língua. Assim, em seus estudos sociolinguísticos, direcionados para a relação entre língua e sociedade, Labov sistematizou as variações ocasionadas na língua falada, por meio de pesquisas que consideraram fatores extralinguísticos, como classe social, idade, sexo e escolaridade, cuja análise linguística, permite compreender que as estruturas variantes revelam padrões de regularidade que não podem ser devidos ao acaso, sendo assim, neste estudo, serão controlados, fatores linguísticos (clítico acusativo, objeto nulo, pronome lexical, sintagma nominal e palavra lexical) e extralinguísticos (sexo, faixa etária e escolaridade), que poderão estar condicionando ao fenômeno estudado.

A pesquisa está dividida em 3 capítulos. No primeiro, apresentamos um pouco da história dos afrodescendentes no Brasil e um breve histórico da comunidade quilombola de Poconé-MT. No segundo capítulo, discorremos sobre o percurso teórico e metodológicos da Sociolinguística Variacionista, que pauta a nossa análise. Trazemos a questão do objeto direto

anafórico sob o ponto de vista da gramática normativa, e, também, alguns estudos da variação linguística do objeto direto anafórico. No terceiro capítulo, apresentamos como se deu a coleta de dados utilizada na análise, bem como analisamos a variação do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé, ou seja, o fenômeno em questão.

Finalizamos, portanto, com as considerações finais, em que são apresentados os resultados relativos à análise dos dados obtidos neste estudo, como também a descrição das ocorrências das variantes do objeto direto anafórico, nessa comunidade quilombola, conforme condicionamentos linguísticos e sociais que podem estar interferindo na aplicação da regra variável.

CAPÍTULO I

OS AFRODESCENDENTES NO BRASIL

Neste capítulo, vamos discorrer sobre os afrodescendentes no Brasil, procurando conhecer de que região eles vieram da África e como se dá a diversidade das línguas aqui no Brasil. Posteriormente, vamos apresentar a comunidade quilombola de Poconé, situando o *locus* da pesquisa, sobre objeto de estudo o objeto direto anafórico, o qual será feita a análise e a descrição das ocorrências dessa variante nessa comunidade quilombola.

1.1 Um pouco de história

Os estudos linguísticos realizados no Brasil relatam a formação histórica do Português Brasileiro “[...] desde o início da colonização, vários fatores contribuíram para a existência de uma diversidade linguística, que incluía, além das múltiplas línguas indígenas existentes, o tupinambá ou, como foi denominada posteriormente pelos colonizadores, a língua geral, línguas africanas, bem como a própria língua portuguesa e, com o passar do tempo, um nascente português brasileiro. Essas línguas, no entanto, circulavam em diferentes espaços sociais [...]”. (MARIANI, 2004, p. 22), tais estudos contribuíram para a descrição de língua deste vasto território nacional, além de mostrar a crescente variação do português brasileiro (PB), que o faz distanciar-se cada vez mais de sua língua-mãe – o português europeu (PE). Entre esses estudos, temos: Duarte (1988 e 1989), Berlinck (1988 e 1989), Roberts e Kato (1996), Faraco (1996), Cyrino (1997 e 1999), Averbug (2000), Freire (2000), Dalto (2002), Matos (2005), Galves (1996 e 2001), Naro e Scherre (2007).

Entretanto, os estudos da língua nos permitem, pensar e refletir sobre a história do português no Brasil, principalmente, no ano de 1500, data que marca a chegada dos colonizadores no Brasil, que trazem consigo a língua portuguesa que vai se espandar por todo o território brasileiro. Conforme a história, durante esse período, ocorrem contatos divergentes com outras línguas, como as línguas indígenas, uma vez que os indígenas nativos que habitavam o Brasil falavam o (tupi) e, também, as línguas africanas, vindas da África para o Brasil, juntamente com tráfico de negros escravizados. Assim, a partir desses contatos linguísticos, houve um interesse e, ao mesmo tempo, um despertar, para pesquisas e estudos que visam entender, conceituar e registrar a língua do Brasil.

Os primeiros povoadores portugueses que, no início do século XVI, vieram para o Brasil entraram em contato com as tribos indígenas que habitavam a costa e, por falarem línguas muito aparentadas do tronco tupi, eram capazes de se comunicarem entre si utilizando uma espécie de *koiné*, decalcada da língua tupinambá. Essa língua franca, que viria a ser denominada *língua geral da costa brasileira* — ou simplesmente *língua geral* — foi o instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a força de trabalho indígena inicialmente na extração do pau-brasil e posteriormente no cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão. (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 43).

Sendo assim, faz-se necessário ressaltar que os movimentos de contatos provocaram efeitos na formação linguística de nosso país. Esses movimentos (sociais e políticos) resultaram em uma língua com características especiais e exclusivas (como ocorre com todas as línguas), ou seja, apresenta variações sociais (diatráticas), geográficas (diatópicas), estilísticas (diafásicas) e históricas. Tais variações proporcionam à língua uma dinâmica que resulta, invariavelmente, em mudanças linguísticas.

1.2 A Influência Africana no Português do Brasil

Conforme Costa e Silva (2012), na apresentação do livro *A influência africana no português do Brasil*, “Ao longo do século XIX e nas três décadas seguintes, não faltaram vozes a chamar a atenção para a presença africana no português do Brasil”. Ainda nesse livro, durante o período de colonização, segundo o pesquisador Luiz Viana Filho, um total de 4.300.000 escravos entraram no Brasil². Entretanto, a pesquisadora e estudiosa Yeda Pessoa de Castro, em seu artigo *A influência das línguas africanas no português brasileiro*, registra que:

Do século XVI ao século XIX, o tráfico transatlântico trouxe em cativeiro para o Brasil quatro a cinco milhões de falantes africanos originários de duas regiões da África subsaariana: a região banto, situada ao longo da extensão sul da linha do equador, e a região oeste-africana ou “sudanese”, que abrange territórios que vão do Senegal à Nigéria. (DE CASTRO, 2012, p.03).³

Como podemos ver, um número grande de africanos entraram no Brasil. Nesse contexto, é notável a diversidade de línguas que são utilizadas ou faladas pelos escravos que

² MENDONÇA, Renato “A influencia africana no português do Brasil / Renato Mendonça, apresentação de Alberto da Costa e Silva, prefácio de Yeda Pessoa de Castro. — Brasília: FUNAG, 2012.

³ Artigo intitulado “A influência das línguas africanas no português brasileiro”. (DE CASTRO, Yeda Pessoa. 2012, p.03). Acesso em 26/07/2021

foram trazidos para o Brasil. Percebe-se também que, a maioria desses povos que entraram no Brasil pertencia à região banto. De acordo com De Castro (2012),

A região banto compreende um grupo de 500 línguas muito semelhantes, que são faladas na África subequatorial. Entre elas, as de maior número de falantes no Brasil foram três línguas angolanas: quinongo, também falado no Congo, quimbundo e umbundo. Das línguas oeste-africanas ou sudanesas, seus principais representantes no Brasil foram os povos do grupo e we-fom provenientes de Gana, Togo e Benim, apelidados pelo tráfico de minas ou jejes, e os iorubás da Nigéria e do Reino de Queto (Ketu), estes últimos na vizinha República do Benim, onde são chamados de nagôs. (DE CASTRO, 2012, p. 05).⁴

Diante do exposto, percebemos que o português do Brasil foi profundamente influenciado pelas línguas bantas, devido à presença desses africanos desde o período da colônia, sendo que estes, como foi dito acima, foram o maior número de escravos recebidos no Brasil, que vieram dessa região banta da África e eles se espalharam por diversas regiões do território brasileiro.

Como dizem Lucchesi; Baxter; Ribeiro (2009), em sua obra *O Português Afro-Brasileiro*,

A dimensão do contato linguístico na proporção das situações desencadeadas pelo tráfico negreiro pode ser medida pelo fato de que, até meados do século XIX, os portugueses e seus descendentes diretos constituíam apenas um terço da população brasileira. Os outros dois terços eram constituídos por africanos e índios e seus descendentes, com larga predominância dos primeiros na maior parte do território brasileiro. A grande maioria desses indivíduos tinha de aprender o português nas condições mais adversas, trabalhando como escravos nas grandes plantações do interior do país, de modo que o conhecimento que adquiriam da língua do colonizador se restringia a um vocabulário reduzido, praticamente desprovido de estrutura gramatical. (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 28).

Sendo assim, o português afro-brasileiro guardaria uma especificidade do universo mais amplo do português popular rural brasileiro. Ou seja, não apenas por suas características sócio-históricas próprias das comunidades em que é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que as distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil (da norma popular brasileira). De acordo com Anjos (2000), “[...] um levantamento

⁴ Revista Eletrônica do Iphan – <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=214> acesso em 26/07/2021

recente estima que existam cerca de 800 comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no Brasil e aproximadamente 250 se situam na Bahia”. Vejamos o que diz o autor:

Não obstante a sua especificidade, as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas não apresentam um comportamento linguístico uniforme. É natural que umas comunidades tenham passado por um processo de transmissão linguística irregular mais intenso em sua formação do que outras e/ ou tenham se conservado em um grau maior ou menor de isolamento. Portanto, é natural que os efeitos do contato entre línguas sejam mais notáveis em umas comunidades do que em outras. O que se espera é que, no geral, os efeitos sejam nelas mais notáveis do que nas demais comunidades rurais, o que justificaria o conceito de português afro-brasileiro aqui proposto. (LUCCHESI, 2009, p. 34).

Todavia, o conjunto de análises e reflexões aqui reunidas tem por objetivo dar fundamentação empírica à especificidade do português afro-brasileiro como uma variedade do português que foi particularmente afetada pelo contato entre línguas em sua formação histórica.

A compreensão da realidade sociolinguística brasileira atual, bem como de sua formação histórica, constitui um amplo campo de pesquisa ainda a ser devidamente explorado pelos sociolinguistas. As significativas diferenças estruturais entre as variedades da língua portuguesa no Brasil e em Portugal, que levaram os linguistas de orientação gerativista a afirmar a existência de gramáticas distintas de cada lado do atlântico, têm sido objeto de investigações coletivas sistemáticas como as levadas a cabo no âmbito do Projeto Análise Constrativa de Variedades do Português – VARPORT. (BRANDÃO; MOTA, 2003).

Assim, com a virada do século XVIII para o século XIX o português europeu passou por um profundo processo de mudanças fonológicas, por exemplo, a redução das suas vogais átonas, que também teve fortes implicações no plano da morfossintaxe, como a fixação da ênclise como colocação pronominal praticamente categórica, essas mudanças abriram caminho, no campo sócio-histórico, para análise formal da estrutura linguística, bem como indagações a cerca das condições sociais que desencadearam tais mudanças no Brasil e em Portugal. Segundo Lucchesi (2009), houve transmissão linguística irregular no processo de aquisição do PB. O autor leva em consideração os aspectos da história sociocultural do Brasil:

[...] no Brasil, o contato dos colonizadores portugueses com milhões de aloglotas, falantes de mais de mil línguas indígenas autóctones e de cerca de duzentas línguas que vieram na boca de cerca de quatro milhões de africanos trazidos para o país como escravos, é, sem sombra de dúvidas, o principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que afetaram o português brasileiro. (LUCCHESI, 2009, p. 41).

Percebe-se que “[...] os estudiosos que se dedicaram ao tema do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil são quase unânimes em afirmar que o elemento africano desempenhou um papel bem mais relevante no processo de constituição de nossa realidade linguística atual do que o elemento indígena”. (LUCCHESI, 2009, p. 57). Para ele, desde os primeiros contatos, as comunidades autóctones brasileiras sentiram o violento impacto da transplantação da civilização cristã ocidental para o Brasil. Conforme Lucchesi (2009):

Com efeito, ao longo desses cinco séculos, perpetrou-se um verdadeiro genocídio dos povos indígenas. Quando não eram chacinados pelas “expedições punitivas”, eram dizimados por moléstias adventícias contra as quais não haviam desenvolvido qualquer imunidade — uma simples virose dizimava tribos inteiras. Expulsos de suas terras, buscavam refúgios nas regiões mais recônditas e mais inacessíveis, onde encontravam abrigo da sanha “civilizatória”. Quando escravizados, não se adaptavam aos trabalhos forçados, sobretudo aos trabalhos agrícolas, em razão de suas características culturais intrínsecas. Sua adaptação à vida urbana era ainda mais remota. (LUCCHESI, 2009, p. 57).

Os motivos acima contribuíram para que a empresa colonial brasileira em seu início se sustentasse, a partir do trabalho dos escravos trazidos da África. Sendo assim, para poder compreender a dimensão de como o contato entre línguas aconteceu ao longo da história da sociedade brasileira, e percebermos que níveis atingiu e, principalmente, quais foram as consequências para a formação do panorama linguístico brasileiro contemporâneo, é preciso levar em consideração os contingentes de escravos africanos que se agregaram à sociedade brasileira e como este contribuiu para o PB. De acordo com Lucchesi (2009), algumas questões sócio-histórica e demográfica assumem uma importância crucial como exemplo:

- (i) número de escravos africanos trazidos para o Brasil e impacto, em termos demográficos, desse contingente sobre a composição étnica da sociedade brasileira;
- (ii) origem geográfica e caracterização etnolinguística dos africanos e sua distribuição pelo território brasileiro;
- (iii) formas de interação desses indivíduos, nos níveis social, cultural e linguístico, com o grupo dominante. Nas próximas seções, busca-se sistematizar algumas das respostas a essas questões. (LUCCHESI, 2009, p. 58).

Nessa perspectiva, Silva Neto (1951), em seu estudo sobre a população do Brasil por etnia, fala que:

[...] os escravos africanos somavam quase 20% da população baiana, e constituíam a metade da população em Pernambuco (o número de escravos nascidos no Brasil, os *crioulos*, seria então irrelevante). Essa proporção iria aumentar muito ainda no século XVI (ou já seria mesmo bem maior), pois há

os que estimam uma importação de escravos até 1600, na ordem de cem mil pessoas; situação que iria se acentuar no século XVII, com a vinda de seiscentos mil escravos africanos para o Brasil. (TAUNAY, 1941, p. 256 *apud* SILVA NETO, 1951 [1963, p.80]).

Assim, “[...] em termos gerais, o processo histórico de constituição da realidade Linguística brasileira aponta para a ocorrência de significativas mudanças nas variedades populares do português, em função do contato entre línguas”. (LUCCHESI, 2009, p. 77). Pois, o PB foi afetado em seu desenvolvimento histórico pelo contato entre línguas, os reflexos desse processo poderão ser mais notáveis na fala das centenas de comunidades rurais afro-brasileiras que ainda existem no interior do país.

Nesse sentido, é interessante destacar que, segundo De Castro (2001), na fonologia, a tendência do falante brasileiro em omitir as consoantes finais das palavras e transformá-las em vogais (*fala* no lugar de falar, *dizê* no lugar de dizer, *Brasiu* no lugar de Brasil) assemelha-se à estrutura silábica *banto* e *iorubá*, que nunca termina em consoante. Por influência africana, os ditongos *ei* e *ou*, reduziram-se na língua popular do Brasil (*chêro* no lugar de cheiro, *pêxe* no lugar de peixe, *bêjo* no lugar de beijo). Também se atribui à influência negra as aféreses violentas encontradas na fala brasileira (*tá* no lugar de está, *ocê* no lugar de você, *cabá* no lugar de acabar) entre outras influências. (MENDONÇA, 2012 p. 82, 84).

Nesse sentido, em se tratando da influência africana no português do Brasil, é preciso entender essa ligação das línguas africanas com a construção da língua portuguesa no Brasil, e, dessa forma, entender por que os escravos, que foram trazidos para cá, tiveram forte contribuição na formação do PB.

1.3 Diversidade Linguística do Português no Brasil

A língua é um fenômeno social que resulta da interação verbal entre interlocutores e se manifesta por meio de enunciados concretos. As línguas variam de acordo com cada povo e cada cultura. Dessa forma, uma língua pode ser entendida como um idioma, ou seja, a fala oficial de um país. Nesse sentido, em se tratando de língua de uma nação, como no Brasil, falamos o português, língua essa que foi trazida pelos portugueses por ocasião da expansão marítima, no século XV. Porém, conforme o contexto histórico durante o período de colonização do Brasil, a língua portuguesa sofreu e ainda sofre influências/contato (mudanças), e essas influências constituem a diversidade linguística que uma língua apresenta em razão das condições sociais, culturais e regionais onde são utilizadas. Nota-se que a língua

está sempre em mudança, em renovação. Palavras novas surgem a todo instante e formas antes valorizadas caem em desuso com o tempo. Pois o Brasil é o país com a maior população negra fora da África. De acordo com os dados do IBGE, dos 209,496 milhões de habitantes do país, 19,778 milhões se assumem como pretos, enquanto 98,122 milhões se declaram pardos, o que totaliza um percentual de 56,10% de pessoas que se declaram negras no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua do IBGE.

Todavia, no processo de colonização, percebe-se que o Brasil possui um extenso território, com uma vasta diversidade linguística, com o passar do tempo, a língua falada pelos portugueses que aqui chegaram teve contato com diferentes culturas linguísticas no cenário brasileiro, o que favoreceu a formação de características linguísticas específicas do português brasileiro. E essa formação linguística contribuiu de forma relevante para o multilinguismo praticado no Brasil desde o período colonial, pois quando os portugueses chegaram em terras brasileiras, havia as línguas faladas pelos habitantes nativos, ou seja, as falas já apresentavam uma ampla variedade constitutiva de troncos linguísticos que reuniam dezenas de línguas indígenas. Por conseguinte, as línguas indígenas, os falares dos portugueses, africanos e europeus, constituíram-se um quadro linguístico que nos permite compreender o distanciamento do português brasileiro de sua origem europeia, configurando um sistema linguístico plural e diversificado. Nesse sentido, o panorama da diversidade linguística no Brasil, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

[...] realizou um levantamento das línguas faladas no país – com base em um critério de autodeclaração – e chegou a um total de 274 línguas faladas por indígenas de 305 etnias diferentes. Distribuídas, segundo Rodrigues (1986), em dois grandes troncos linguísticos- Tupí e Macro-Jê – e em 40 famílias, além de 13 ou mais línguas isoladas (sem parentesco genético com outras línguas), as línguas indígenas brasileiras estão dispersas em boa parte do território nacional, mas especialmente na Amazônia, que concentra maior diversidade linguística do país e a segunda do mundo, atrás apenas da Nova Guiné (cf. WEBWR, 2010).

Como uma forma de definir o número de línguas indígenas de determinada região a partir do conceito de língua que se utiliza, como também, para evitar confusão na distinção entre etnia e língua, o IBGE, recorre ao GTDL e solicita uma lista de línguas indígenas, para preparar o Censo 2010. A lista é preparada levando em consideração os quatro níveis de classificação das línguas, o tronco linguístico, família linguística, língua de classificação (definida seguindo a prática de muitos linguistas como uma ou mais variedades linguísticas

que são mutuamente inteligíveis) e língua de identificação (com nomes de etnias que falam variedades da língua de classificação); por exemplo, a língua de classificação Tenetehara é falada por dois grupos, os Guajajára (Maranhão) e os Tembê (Pará), apenas com algumas diferenças dialetais. Nesse sentido, o número de línguas indígenas no país feito pelo levantamento do IBGE por meio da autodeclaração de indígenas a partir da pergunta: “Qual a língua falada em casa? ”. Esse número, portanto, corresponde ao total de línguas de identificação, no qual se inclui também nomes de línguas consideradas extintas por muitos linguistas. E isso fez com que, o número total desse levantamento, fosse maior que o número de línguas indígenas para as quais existe evidência de falantes.

Entretanto, levando em consideração o fato da complexidade de se ter certeza da extinção de uma língua, é provável que várias pessoas tenham se declarado como falantes de línguas consideradas extintas, por esse motivo, 75 nomes de línguas foram incluídos no Censo 2010 como “línguas sem classificação atual”, para deixar claro que há uma discrepância entre as declarações dos indivíduos e o conhecimento atual dos linguistas, conforme o IDL.⁵

Nessa perspectiva, pesquisadores também apontam para outras línguas, que de acordo com os relatos históricos, estão presente no Brasil como: línguas de imigração, de sinais, de comunidades afro-brasileiras e línguas crioulas.

Segundo (MOORE, 2011, p. 228), atualmente, conhecemos três grupos indígenas falantes de uma língua crioula de base francesa no Brasil, no norte do Amapá: Galibi-Marwórnó, Karipúna do Norte e Palikur. Essa língua crioula se desenvolve inicialmente fora do território nacional, no entanto, hoje é falada por cerca de sete mil pessoas, numa situação de intenso contato entre as línguas e de plurilinguismo. Sendo assim, mesmo o censo acima referido, não contabilizando a presença dessas línguas, sabe-se que elas existem, tendo em vista que:

Os Falares Afro-brasileiros, por sua vez, remontam à experiência histórica do tráfico de africanos escravizados, estendendo-se, a partir de 1538, por mais de três séculos, quando mais de quatro milhões de indivíduos falantes de cerca de 200 línguas passaram a ser trazidos a força para o Brasil (cf. LUCHESI et al., 2009). As línguas faladas por essas populações pertenciam a dois troncos linguísticos principais: Afro-Asiático e Niger-Congo. O segundo teve maior importância, sobretudo pela grande quantidade de falantes de línguas da família Banto (como o Quimbundo, o Quicongo e o Umbundo), mas também línguas do subgrupo linguístico Kwa, representado pelas línguas Ewe, Fon, Mahi, Jeje, Mina, Iló e Iorubá [Nagô]) (cf. PESSOA DE CASTRO, 1990, 2001; LUCHESI et al., 2009; RASO et al., 2011).

⁵ Guia de pesquisa e documentação para o INDL.

Nesse sentido, estudos sobre a presença de línguas africanas no Brasil indicam que, apesar do contato entre o Português e essas línguas não terem ensejado o surgimento de línguas crioulas, elas foram fundamentais para a constituição do Português falado no Brasil. Em comunidades mais isoladas, remanescentes de quilombos, em grupos religiosos de matrizes africanas, encontram-se práticas linguísticas cujos conteúdos têm forte influência de línguas africanas. (PESSOA DE CASTRO, 2005; LUCHESI et al., 2009).

Segundo Altenhofen (2013, p.106), sobre as chamadas Línguas de Imigração, “[...] cerca de 56 línguas alóctones trazidas por imigrantes, sofreram forte repressão linguística e resistem, ainda hoje, a processos de deslocamento linguístico”. Sobre isso, Raso et al (2011, p. 187) vai dizer:

Passaram a fazer parte do cenário linguístico do país a partir do final do século XIX com a vinda em massa de imigrantes europeus e asiáticos para ocupar terras ditas devolutas, oferecidas pelo Estado brasileiro. Com o passar das gerações essas línguas adquiriram uma configuração própria que reflete a história da formação da sociedade brasileira. Muitas vezes tratadas como exóticas ou estrangeiras, as línguas de imigração são, na verdade, línguas maternas de milhões de brasileiros e a sua representatividade histórica, demográfica, sociocultural e geográfica é atestada em diversos levantamentos e estudos. (cf. RASO et al., 2011 p. 187).

Conforme Oliveira; Altenhofen (2011), embora pesquisas recentes indiquem a presença de comunidades falantes de idiomas de imigração em todo o território brasileiro, essas línguas estão presentes, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Destacam-se como línguas de imigração com características geodemográficas amplas no Brasil, hoje, Japonês, Talian, Pomerano, Hunsrückisch, Hochdeutsch, Coreano e Platt.

Diante do exposto, percebemos o panorama da diversidade linguística presente no processo de formação do PB, em que as línguas africanas e indígenas, as línguas gerais paulista e amazônica, desempenharam papel importante na constituição do idioma do brasileiro. Assim, o Brasil é um país de muitas línguas, que requer cada vez mais de pesquisadores, para que possam pesquisar, estudar e registrar a diversidade linguística presente nesse país gigantesco.

Algumas estimativas colocam o Brasil entre os oito países com maior diversidade linguística do mundo, com base no número de línguas faladas em território brasileiro. (cf. MORELLO, 2013).⁶ Entretanto, em meio a este cenário de diversidade na língua de nosso país, é preciso pensar tanto na política, quanto, no patrimônio cultural da diversidade

⁶ Outro ranking, o *Top 20 Languages by Number of Languages Spoken Data source*, apresenta o Brasil como o 11º país em número de línguas (ETHNOLOGUE, 2005). Acesso em 29/07/2021.

linguística. Pois é preciso promover a produção do conhecimento e a documentação das línguas que se tornam elementos dessa política, tendo em vista que a maioria dessas diversidade linguística brasileira, ainda não é documentada, registrada.

Nesse sentido, em se tratando da dimensão da natureza de política pública sobre a produção de conhecimento e a documentação das línguas existentes, são elementos fundamentais dessa política, pois a diversidade linguística no Brasil não foi suficientemente documentada e estudada. O que contribui para o risco do desaparecimento de muitas línguas existentes, e torna uma estratégia para a realização de registros, documentação e pesquisas que permitam não apenas gerar acervos sobre elas, mas que a partir delas, se possa produzir conhecimento para subsidiar ações de fortalecimento da diversidade. Pois, há a necessidade de comparar os dados produzidos sobre as diferentes línguas. Nesse sentido, o Guia de Pesquisa e Documentação (GPD) para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) estabelece conforme previsto no decreto presidencial:

Decreto Presidencial nº 7.387/2010, o (INDL)⁷, tem como objetivo a “identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2010, Art. 1o), que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística criou as condições para a elaboração de uma política específica para as línguas faladas no Brasil. Essa política tem como principal objetivo a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do Português e de suas variedades, compreende línguas indígenas, de imigração, crioulas, de sinais, entre outras. (IPHAN, 2016). “Referência Cultural Brasileira”, emitido para cada língua incluída no INDL. Ao ser incluída nesse inventário, a língua fará “jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público”. (BRASIL, 2010, Art. 5º).

Cujo objetivo é garantir os direitos linguísticos aos grupos minoritários em 2016, foi realizado o “Seminário sobre Criação do Livro de Registro das Línguas”, por meio de parceria entre o IPHAN, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados entre “CEC” e o Instituto de Investigação de Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL). Contando com a participação de especialistas em diferentes línguas e em políticas linguísticas representantes de instituições governamentais e falantes de línguas minoritárias, o seminário objetivou debater e propor estratégias para a preservação da diversidade linguística por meio da implantação de políticas públicas. Desse modo, foi criado, a partir do seminário o Grupo de Trabalho para a Diversidade Linguística (GTDL), grupo este, formado por representantes do Estado e da sociedade civil, e instituído pela Portaria IPHAN nº 586, de 11 de dezembro de

⁷ Guia de pesquisa e documentação (GPD) para o INDL.

2006⁸, com a missão de “analisar a situação linguística do Brasil, estudar o quadro legal dentro do qual a questão se insere e propor estratégias para a criação de uma política patrimonial compatível com a diversidade linguística do Brasil”, (GTDL, 2008).

Na qual, a política da diversidade linguística procura articular diferentes dimensões do Estado e da sociedade civil a fim de promover a valorização e promoção das línguas minoritárias faladas no Brasil, vindo ao encontro de um movimento crescente, em nível mundial, que luta pela garantia de direitos linguísticos a grupos linguísticos minoritários.

Essa perspectiva, parte do princípio de que, se as línguas pertencem ao campo dos direitos humanos, então, os falantes também, têm o direito de usá-las nos ambientes públicos e privados, como também, o direito de transmiti-las para as gerações futuras. Por isso, demanda que as línguas sejam tratadas, nas esferas legais específicas, como objetos de políticas públicas que promova o plurilinguismo.

Pois, segundo o (IPHAN, 2016, p. 15), o inventário torna-se um instrumento mais apropriado para o reconhecimento e valorização das línguas faladas no território brasileiro.

Por ser um instrumento com dupla finalidade de pesquisar as línguas e reconhecê-las como patrimônio cultural, o INDL deve permitir o mapeamento, a caracterização e o diagnóstico das diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira (BRASIL, 2010, Art. 4º)⁹. Ou seja, para que uma língua seja incluída no inventário, é necessário, antes produzir conhecimento sobre ela, documentar seus usos e realizar um diagnóstico sobre as suas condições de vitalidade. (IPHAN, 2016, p. 15).

Nesse sentido, a finalidade das pesquisas para o INDL é a produção de conhecimento a partir da documentação, que passa a ser desenvolvida no campo do patrimônio imaterial de instrumentos de pesquisa, que possibilita promover o debate sobre a cultura, sobre patrimônio e sobre outras questões que acontecem nas comunidades. Muitos desses conhecimentos produzidos geram resultados que vão além do âmbito das ações de reconhecimento como patrimônio cultural.

Contudo, para uma reflexão sobre a língua como objeto do campo do patrimônio cultural, requer que se considere os desafios acerca da produção de conhecimento, como também, compreender que os processos de identificação e documentação das línguas possui uma finalidade prévia, que é gerar subsídios para o desenvolvimento de outras ações, que vão

⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Brasil) Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília-DF, 2016.

⁹ Juntas, elas reafirmam as relações entre língua, território, direitos coletivos e o papel do Estado no fortalecimento do multilinguismo.

além da diferenciação da língua como referência cultural, tendo em vista que existe a necessidade de se realizar análises da situação em que ela se encontra, assim, é preciso discutir com as comunidades o que é necessário para ela, como também, a importância de explicar como uma determinada língua ou fala, é representada e como ela significa para os seus falantes, levando em consideração o contexto da sua cultura, e assim, identificar os silêncios, os vazios, os fatores que podem comprometer a sua existência, principalmente os fatores econômicos e socioculturais em que as comunidades estão inseridas.

Nesse sentido, refletir sobre diversidade linguística, é discorrer sobre a língua portuguesa, sobre a história do PB, sobre a época em que os portugueses chegaram em terras brasileiras, bem como, falar das variedades culturais de nossa língua, como os dialetos, os sotaques, a escrita e o seu vocabulário próprio. Em termos gerais, o processo histórico de constituição da realidade linguística brasileira aponta para a ocorrência de significativas mudanças nas variedades populares do português, em função do contato entre línguas.

Dessa forma, quanto à diversidade linguística do português no Brasil, faz-se necessário levar em consideração as referências culturais como também os falantes, que aqui chegaram, com os colonizadores, cada um com o seu ponto de vista, com sua cultura, sua religião, para então entender a língua como sendo um objeto do campo patrimônio cultural, e assim, compreender as relações entre língua, cultura e sociedade.

A seguir vamos discorrer sobre a comunidade a ser estudada, os quilombolas que se localizam na cidade de Poconé, estado de Mato Grosso.

1.4 A Cidade de Poconé e a Comunidade de Quilombola

A etnografia é uma abordagem de investigação científica de pesquisa como (pesquisa de campo, multifatorial, indutivo, holístico), que traz algumas contribuições importantes ao campo das pesquisas qualitativas. Ela se interessa por estudos que tratam das desigualdades sociais; processos de exclusão e situações sócio- interacionais; e preocupa-se com uma análise dialética da cultura, nesse sentido, a cultura não é vista apenas como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas.

De acordo com Mattos (2011),

A etnografia desenvolve-se no final do século XIX e início do século XX, como uma tentativa de observação mais holística dos modos de vida das pessoas. Foi encontrada primeiramente em livros de viagem, descrevendo sociedades exóticas. Muitos desses livros foram criticados por serem incompletos ou por dramatizarem excessivamente os fatos descritos. Houve

também neste período um estudo de caso descrevendo os modos de vida desses povos exóticos, introduzindo desta forma a etnografia que daí se desenvolveu. (MATTOS 2011, p. 53).

Sendo assim, a etnografia estuda os fatos e eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos. Percebe-se que a contribuição da etnografia se dá pela possibilidade de estudar a realidade a partir da voz dos sujeitos, permitindo aos pesquisadores uma troca simples de significados com os participantes ao descrever de modo significativo a realidade estudada. Ou seja, a intenção da etnografia é relatar como ocorreram os trabalhos de investigação para compartilhar processos que possam ajudar outros pesquisadores/estudiosos a, também, percorrerem os caminhos das pesquisas qualitativas, uma vez que esta modalidade de pesquisa permite ampliar os entendimentos sobre um determinado estudo em nosso país.

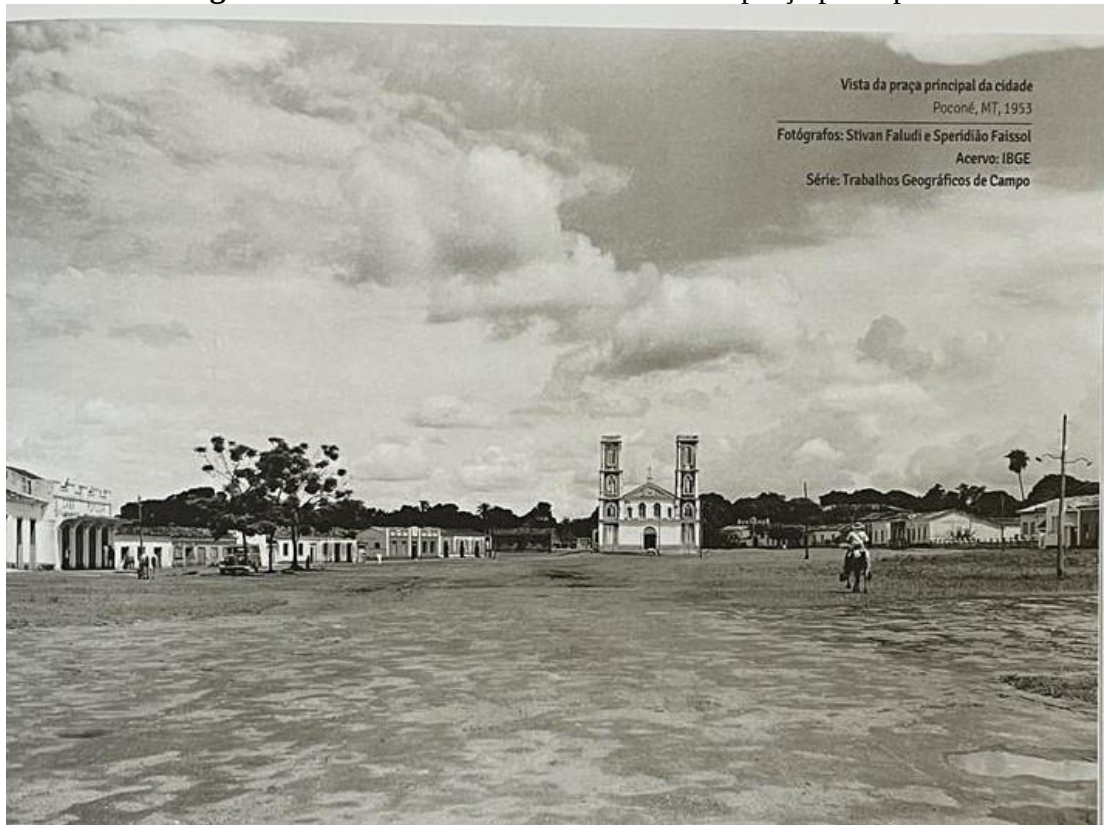
Desse modo, as pesquisas desenvolvidas nessa área apresentam uma contribuição do olhar etnográfico para a compreensão de processos de ensino-aprendizagem, em sentido amplo, e das dimensões sociais, culturais e psicológicas que permeiam o cotidiano. Dessa forma, a etnografia passa a ser vista, como uma técnica de pesquisa, que nos permite ampliar a reflexão sobre sua prática em benefício a estudos da sociedade brasileira.

Cabe ressaltar, que a etnografia é a especialidade da antropologia, que tem por objetivo desenvolver o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades, é parte ou disciplina integrante da etnologia é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo. Segundo Geertz (2004), os princípios metodológicos da etnografia podem ser agrupados em três unidades:

[...] em primeiro lugar, é lógico, o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos, e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em segundo lugar, deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos. Finalmente, deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta. Manipulação e registro da evidência. (GEERTZ, 2004, p. 24).

Para Geertz (2004), a prática etnográfica, parte da premissa que para conhecer o *outro* é necessário muito mais que simples relatos e dados secundários de toda ordem; é necessário *estar lá*, conviver com os *nativos*. Nesse direcionamento teórico, passamos a conhecer o município de Poconé-MT, figura 1, foco de nosso estudo e investigação.

Figura 1 – Poconé-MT em 1953 – vista da praça principal



Fonte: Foto retirada de Lucidio, João Antonio Botelho. Vale do Rio Cuiabá e suas belezas. 2019.

O município de Poconé tem sua origem no ano de 1777, após a descoberta do ouro. Esse município surgiu a partir de povos indígenas que habitavam em tribo naquela região, sob a denominação de Beri-poconé. Segundo Karim; Cruz (2016), “[...] acredita-se que o termo Beripoconé, faz referência a uma comunidade indígena coroadada da nação Bororo, pois, segundo alguns historiadores, essa região, na época de sua ocupação, primeira metade do século XVIII, já era habitada por índios das nações Bororos e Guatós”. Com o decorrer do tempo, o povoado foi elevando à Arraial, sob ordens do governador da capitania, capitão general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, pelo Antonio José Pinto de Figueiredo; assim, o povoado passou a ser denominado como Arraial de São Pedro D’El Rey.

Entretanto, com a notícia que se espalhou sobre a descoberta do ouro no território de Beripoconé, acabou contribuindo para o aumento da população. Rondon (1978) diz que,

[...] os primeiros sertanistas que pisaram a terra poconeana, com aquiescência dos valentes Beripoconés, convenceram-se da existência de lavras muito ricas, tão logo viram a enflorar à superfície grande quantidade de grânulos de ouro, o metal precioso e raro que daria origem ao povoado que se transformaria na nossa histórica Poconé”. (RONDON, 1978, p. 59).

Sendo assim, o povoado foi elevado a Distrito, devido ao aumento da população e o destaque na produção de pequenas roças. Em outubro de 1831, com o decreto geral do governo regencial, foi elevado à categoria de Vila com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Poconé. Em junho de 1863, pela Lei Provincial nº 1, tem o seu nome alterado para Poconé, recebe o estatuto de cidade, é desmembrado do município de Cuiabá e torna-se comarca. (SILVA, 2007).

Segundo Silva (2007), o município de Poconé está localizado, no Alto Pantanal Mato Grossense, entre a depressão cuiabana e a planície do Pantanal, em Mato Grosso. Faz limite com os municípios de Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço, Cáceres e com o Estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2020, o município de Poconé tem uma população de 33.315 habitantes, predominantemente urbana, e possui extensão territorial de 17.156,759 Km². (IBGE, 2020)¹⁰. A cidade de Poconé, figura 2, conserva o aspecto de cidade do interior, preserva as fachadas originais das casas, que fazem parte da história do município.

Figura 2 – Foto panorâmica de Poconé-MT



Fonte: Kililla, In: <https://www.youtube.com/watch?v=5qpJzGiyec>

¹⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pocone/panorama> acesso 04-08-2021.

1.4.1 A Formação Étnica da Comunidade Quilombola de Poconé

Conforme Souza (2015), os “quilombos”¹¹ surgiram como forma de resistência à escravidão. No Brasil, os primeiros “quilombos” surgiram desde o início do período colonial, quando o país era colônia de Portugal, e o trabalho escravizado foi usado como mão de obra compulsória nas lavouras de cana, na extração da borracha e do ouro, na produção de açúcar, fumo, algodão e charque conforme a região do Brasil.

Nesse sentido, para conhecer e compreender melhor o cotidiano das comunidades quilombolas, suas práticas culturais e sociais, e complementar os relatos captados nas entrevistas dos participantes, emprega-se a técnica da observação participante, não só das pessoas que ali vivem como também de toda a comunidade. Ao observar, o pesquisador tem a possibilidade de registrar e captar informações relevantes produzidas pela ação do grupo estudado, oportunizando descrições ricas e detalhadas. Portanto, ao proceder ao seu estudo, o pesquisador “[...] observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas”. (BECKER, 1999, p. 47).

É importante destacar a relevância das pesquisas empreendidas em comunidades tradicionais do Brasil, e, em especial, em Mato Grosso, pois isso possibilita a compreensão da história do negro e o reconhecimento desses lugares como espaço de lutas, resistência negra e organização política, econômica e social de um povo.

Almeida (1999), esclarece que:

A mobilização transformadora e de afirmação étnica não está passando por consanguinidade, por pertencimento à tribo, por características de línguas, de povo e de sinais exteriores que tradicionalmente marcaram diferenças. [...] está em pauta uma nova unidade social, que está sendo forjada numa forma de resistência que se consolidou historicamente, e que exige um novo conceito de etnia, um novo conceito de mediação, um novo conceito de mobilização. (ALMEIDA, 1999, p. 18).

Segundo Almeida (1999), o maior desafio para se compreender o sentido do termo “quilombo” é entender como os quilombolas historicamente se posicionaram frente aos seus opositores, entender suas lógicas, estratégias de sobrevivência e como se constituem hoje, sendo primordial que esses próprios sujeitos sociais, se autodefinam. O autor lembra, que o

¹¹ O termo “quilombo” aparece entre aspas, para especificar que essa palavra é de origem da língua africana chamada banto (kilombo), significando: acampamento ou fortaleza. A qual foi utilizada pelos portugueses para denominar as povoações/comunidades formadas por negros fugidos da escravidão no Brasil Colonial e Imperial. Um quilombo é um reduto caracterizado por uma capacidade de sobrevivência e produção autônoma, livre do controle de um senhor (MARQUES, 2009, p. 340).

olhar para o quilombo mudou várias vezes ao longo da história. Portanto, alerta que devido à complexidade no que se refere ao campo de pensamento da categoria quilombola, em termos epistemológicos, não há um conceito pronto e acabado. Há um movimento dinâmico que pressupõe reflexões das diversas áreas de conhecimento.

Nesse sentido, em se tratando dos aspectos culturais, a comunidade de Poconé é rica em tradições e preserva muito de sua cultura até os dias atuais. Um exemplo disso é a dança dos mascarados, figura 3, e a cavallhada, figura 4, que são símbolos da cultura do município e são representadas em todas as datas comemorativas da cidade. Conforme estudos, dentre as festas mais tradicionais que evidenciam a religiosidade, destacam-se as festas de santos, como as de São Benedito, Espírito Santo, Santo Antônio, São João e Nossa Senhora do Rosário a padroeira da cidade¹².

Para Silva (2007), as festas de Santo são tradicionais na cidade e são preservadas, passadas de pais para filhos, netos e bisnetos, e todas as gerações. Nessas festas, há muita comida e a preservação da cultura através das danças, como o siriri, cururu, rasqueado, lambadão, a dança dos “Mascarados de Poconé”, levantamento de mastro, “Iluminação” e a “Cavallhada”. A cavallhada era típica da região, onde predominava a pecuária. Atualmente é a festa de maior destaque de Poconé.

Figura 3 – Dança dos Mascarados – Poconé-MT



Fonte: <https://www.funarte.gov.br/>

¹² SILVA, Jaqueline Dias da. *O Falar Poconeano: Um Estudo sobre as Variedades Linguísticas em Uso*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, 2016. Acesso em: 04/08/2021

Figura 4 – Dança da Cavalhada Poconé-MT



Fonte: <http://historiografiamatogrossense.blogspot.com/>

Na dança da Cavalhada, os festeiros da cidade deividem-se entre cristãos e mouros, que são representados pelas cores azul e vermelha. Nessa dança, apenas homens participam, pois a dança simboliza uma batalha, que pretende verificar após a realização de várias provas, quem será o vencedor, e este, ficará com a guarda da princesa. Cabe ressaltar, que e essa função dos cavaleiros, é passada de geração para geração, ou seja, de pai para filho, nessa comunidade. De acordo com Siqueira (2002):

A Cavalhada é uma apresentação semiteatral encenada sobre cavalos e que representa a luta travada na Península Ibérica, entre os mouros e cristãos. Tudo se inicia quando os mouros roubam a princesa cristã e os seus partidários empreendem lutas para reavê-la. O término do espetáculo é uma dança sobre cavalos representando o regozijo dos cristãos pela vitória contra os mouros. A roupa dos cavaleiros é riquíssima, apresentando-se os cristãos de azul e os mouros de vermelho. A princesa, tal como os demais componentes do espetáculo, veste-se ricamente com uma roupa longa, toda em bordados, à moda medieval. (SIQUEIRA, 2002, p. 257)

Em se tratando da dança dos mascarados, conforme estudos, trata-se de uma dança na qual participam apenas homens, isso se justifica devido ao fato de que a dança é muito demorada, o que exige muito esforço físico, e isso seria difícil para mulheres. Interessante o que diz Guimarães, com um detalhe: por baixo das máscaras e vestidos coloridos, não há mulheres. Na verdade, são homens vestidos de damas. [...] O ritmo é frenético e cadenciado, formado pelo som dos metais. (GUIMARÃES, 2011, p.75)

Na dança dos mascarados, as apresentações acontecem quando há alguma festa, solenidade ou até mesmo quando tem turistas visitando a cidade. Nessa dança, os mascarados trançam uma baliza com fitas coloridas.

Quanto à religiosidade presente em Poconé, destaca-se o catolicismo, que é marcante tanto pelas festas de santo que o povo mantém a sua devoção, quanto na prática de benzeção, já que os poconeanos costumam se benzer de “Arca caída”, “quebrante”, “mau olhado”, entre outras. Estudos mostram que as benzedeiras possuem um papel fundamental na crença e na fé do poconeano, e que a religiosidade católica se mistura com a Umbanda, herança trazida pelos africanos que ali viveram como escravos. Para Siqueira, “Precisar a chegada de africanos em Mato Grosso é de difícil demarcação, entretanto sabemos que, no início da mineração, ainda quando ela se restringia às minas de Cuiabá, o número de escravos já era significativo”. (Siqueira 2002, p. 120).

De acordo com Souza (2015), o reconhecimento, por parte do Estado, da existência de comunidades afro-brasileiras como uma categoria social carente de demarcação e regularização das terras que ocupam desde há muito e que se convencionou denominar “comunidades remanescentes de quilombos”, traz à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos afrodescendentes e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar os “quilombos”.

Segundo Rondon (1978), somos todos mestiços, consequência das misturas ocorridas no decorrer do tempo, dos índios Beripoconés e Guatós, produtos da Terra, com aqueles que para aqui vieram, alguns arriscadores, uns em caça ao índio e outros procurando o ouro, depois aqueles gananciosos após terem conhecimento da descoberta das primeiras lavras de cata fácil, paulistas, portugueses, senhores com seus escravos de origem africana e índios escravizados, e posteriormente alguns estrangeiros e brasileiros de diversas regiões.

Poconé estava distante de tudo, as viagens eram medidas por meses, e essa distância dos grandes centros fez com que os migrantes se entrosassem com índios, aprendendo com eles a utilizar os recursos naturais e também adotado um sistema colaborativo para casos de doença. (RONDON, 1978).

Para Siqueira (2002), não apenas o contato com o índio que favoreceu essa mestiçagem cultural, mas também devido ao contato com africanos, que exerciam trabalho

agrícola e mineração e eram chamados de “escravos de eito”¹³, enquanto outros, chamados “escravos domésticos” se dedicavam às tarefas das casas dos senhores.

Nesse sentido, Souza (2015) fala em sua tese que “[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidade de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravagista quanto após a sua extinção.

Dessa forma, a formação social e cultural de Poconé, foi se construindo e com o passar do tempo, a constituição histórica dessa cidade, foi passando por transformações e mudanças, até chegar no que é hoje, uma cidade conhecida como Patrimônio Nacional da Humanidade e Reserva da Biosfera, pelas Nações Unidas, em 2000. Garcia (1997), vai dizer que “a condição de ‘remanescentes de quilombo’ é definida de forma ampla e enfatiza os elementos identidade e território. Com efeito, o termo em questão indica: a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico”¹⁴.

1.4.2 O Modo de Vida da Comunidade

O município de Poconé, além de ser a porta de entrada do Pantanal mato-grossense, é a terra do encontro de povos de múltiplas origens. A comunidade de Poconé é formada por grandes famílias, em que, normalmente, todos se conhecem.

A cidade preserva uma arquitetura antiga, figura 5, que pode ser observada a partir dos casarões históricos que retratam como ocorreu a formação e a constituição de seu povo, como também, mantém em algumas ruas dos bairros o calçamento de paralelepípedos ou pedra lavada, uma vez que no centro da cidade a pavimentação é asfáltica.

Todavia, com o bioma predominante de cerrado e pantanal e inundações do Rio Paraguai e seus afluentes, Poconé desenvolve sua economia em torno da pecuária extensiva

¹³ [...] escravos que eram utilizados para o trabalho nas grandes monoculturas e recolhidos em uma habitação coletiva conhecida como sensala. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/escravos.htm>

¹⁴ José Milton Garcia publicado em Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas, org. Tânia Andrade (1997: 47).

(figura 6), com a criação de bovinos, suínos, equinos, com destaque para o Cavalo Pantaneiro, o qual é adaptado ao cenário daquela região, o Pantanal.

Figura 5 – Arquitetura antiga – Poconé-MT



Fonte: <https://portalmatogrosso.com.br/historia-de-pocone/>

Figura 6 – A pecuária em Poconé- MT

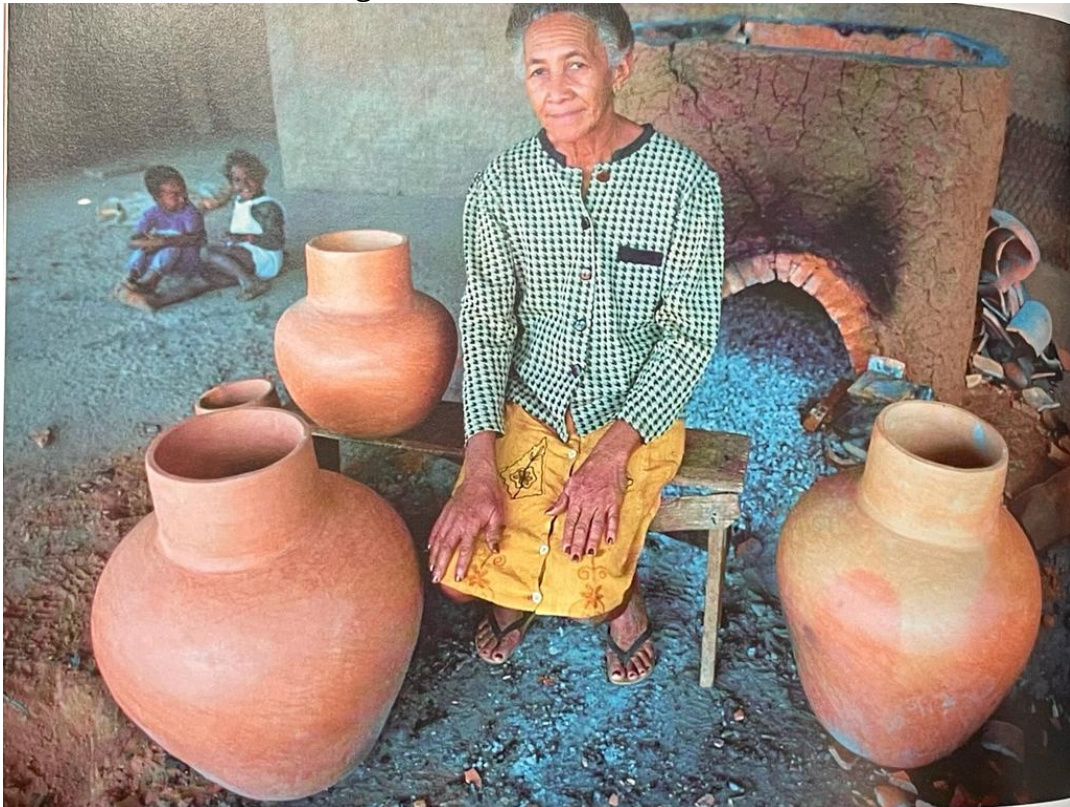


Fonte: <https://www.poconeonline.com/>

Nas atividades da zona rural encontram-se também pequenas indústrias de mandioca, rapadura, tecelagem, doces e bolos tradicionais, trabalhos artesanais, confecção de redes, utensílios de madeiras como colheres de pau, gamela, pilão, cadeiras, jacás, estantes, apás, esteiras, artesanato. Também há instrumentos confeccionados com o couro e chifres dos bovinos para o trabalho dos peões nas fazendas, como laços, chicotes, alforje, guampo, berrante, arreios e rédias para a montaria (SILVA, 2007)¹⁵.

Para melhor compreender a riqueza dos trabalhos artesanais desenvolvidos na comunidade rural de Poconé, apresentamos abaixo as figuras 7, 8 e 9, para dar visibilidade aos materiais que são produzidos nessa comunidade.

Figura 7 - Artesanato com barro



Fonte: Fotografia retirada de Lucidio, João Antonio Botelho. Vale do Rio Cuiabá e suas belezas. 2019.

¹⁵ SILVA, Jaqueline Dias da. *O Falar Poconeano: Um Estudo sobre as Variedades Linguísticas em Uso*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, 2016. Acesso em: 11/08/2021

Figura 8 – Tessitura de rede



Fonte: Fotografia retirada de Lucidio, João Antonio Botelho. Vale do Rio Cuiabá e suas belezas. 2019.

Figura 9 – A arte de tecer lacos de couro de bois



Fonte: Fotografias retirada de Lucidio, João Antonio Botelho. Vale do Rio Cuiabá e suas belezas. 2019.

Nesse sentido, conforme estudos, em relação aos quilombolas que moram em suas terras, na zona rural de Poconé, a principal fonte de renda é proveniente da agricultura de subsistência, em forma de pequenas roças, que plantam abóbora, banana, mandioca e outros produtos.¹⁶

Percebe-se também, que devido ao Pantanal, a comunidade desenvolve o turismo sustentável. O Sesc Poconé - é uma das unidades que integram o Sesc Pantanal e tem como objetivo a promoção da valorização da cultura, da qualidade de vida e fortalecimento da cidadania junto à comunidade local, fica localizado na rodovia transpantaneira que é uma referência quando se fala em turismo, essa rodovia atravessa o Pantanal partindo de Poconé indo até Porto Jofre, que faz divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul. Sendo assim, Poconé conta com várias pousadas que recebem turistas o ano inteiro, estes procuram a cidade para conhecer a fauna e a flora pantaneira.

No entanto, o município de Poconé, não tem chamado a atenção apenas pelas belezas naturais e sua arquitetura histórica, tendo em vista que com o avanço dos estudos linguísticos, ocorridos nas últimas décadas no Estado de Mato Grosso, tem possibilitado aos pesquisadores e estudiosos a investigação e o conhecimento da linguagem humana sob as mais diversas áreas do conhecimento. As formas diferenciadas de se utilizar uma língua constituem um dos objetos mais intrigantes da pesquisa linguística, em virtude das possibilidades de compreender, a partir desses estudos, questões fundamentais não apenas sobre o funcionamento da língua nos seus aspectos internos, como também sobre a vida social dos falantes, os processos históricos que determinam a heterogeneidade linguística e as relações de força política que definem as práticas languageiras através do tempo.

Sendo assim, o falar característico dos afrodescendentes de Poconé, tem chamado a atenção de alguns linguistas que veem a fala do poconeano como um campo importante a ser explorado. São estudos que buscam explicações desse falar afro-brasileiro na cultura e na tradição desse município.

Dessa forma, “[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre”. (LABOV, 2008, p. 21). Sendo assim, é de fundamental importância conhecer a história da comunidade para que se possa entender as mudanças linguísticas por quais passam o falar de um povo.

¹⁶ Revista Aleph – Revista vinculada ao programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal Fluminense – Artigo Moreira, N. L. de M. (2018). Direito à Educação: Diálogo com uma Comunidade Quilombola de Poconé -MT Right to Education: Dialogue with a Community Quilombola from Poconé, State of Mato Grosso, Brazil. *Revista Aleph*, (31). <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i31.39276>, acesso em 11/08/2021.

1.4.3 A fala dos quilombolas de Poconé como objeto de estudo e pesquisa

Neste item propomos explicitar a escolha do nosso objeto de estudo, a fala dos quilombolas de Poconé, Mato Grosso. Para isso precisamos dizer que desde a graduação fizemos uma escolha teórica, a Sociolinguística Variacionista. E no mestrado, também não foi diferente, apresentamos um projeto nessa área de conhecimento.

Entretanto, assim que entramos no mestrado tivemos que enfrentar um contexto assustador, a pandemia da Covid 19. Esse cenário pandêmico contribuiu para mudanças que afetaram não apenas o Brasil, mas o mundo todo. Nos últimos dois anos, vivenciamos o isolamento social, as pessoas recolhidas em casa, as empresas em *lockdown*, impedidas de abrirem suas portas, ficando apenas as consideradas essenciais, como farmácias, hospitais e clínicas, mercados, dentre outros. Várias outras medidas sanitárias foram tomadas para contenção do vírus.

O número de mortos ultrapassou os 600 mil, no Brasil. A pandemia revelou a crise na saúde, com falta de profissionais e equipamentos, bem como mostrou a fragilidade da escola, uma vez que ela não estava preparada para um trabalho remoto, mesmo na era da informatização. O fechamento das escolas e das universidades forçou os profissionais a se reinventarem. Na educação básica, os professores tiveram que elaborar o seu próprio material para enviar aos alunos que não tinham computadores e internet. As Instituições de Ensino Superior (IES), juntamente com os acadêmicos tiveram que se adequar para darem continuidade ao ensino ofertado.

Nesse contexto, o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística – PPGL/UNEMAT precisou atender aos decretos publicados pelo Governo do Estado de Mato Grosso e fazer as devidas alterações no cronograma de execução das suas atividades. A partir dos decretos publicados, o comitê de ética do PPGL, suspendeu as pesquisas de campo. Com isso, foi preciso mudar o nosso objeto de pesquisa, que a princípio seria desenvolvido com falantes da comunidade de Cáceres-MT, uma vez que este demandaria o contato com as pessoas entrevistadas, o que não era permitido por questões de segurança.

No entanto, ao manifestar a minha preocupação com o meu orientador, professor Antônio Carlos, em obter as entrevistas para pesquisa, ele sugeriu que eu utilizasse amostras de falas, pertencentes a um Banco de Dados de um projeto de pesquisa que ele desenvolve junto com o professor Joachim Steffen. Essa foi a solução que encontramos para dar continuidade aos meus estudos e desenvolver a pesquisa.

Desse modo, o *corpus* para análise desta pesquisa é constituído por amostras de falas dos quilombolas de Poconé-MT, extraídas, como mencionado acima, de entrevistas com quilombolas, retiradas do banco de dados dos pesquisadores Dr. Antonio Carlos Santana de Souza e Dr. Joachim Steffen (UNA), o que justifica a escolha da cidade de Poconé para o desenvolvimento do nosso estudo.

Dessa forma, a partir do recebimento dos áudios gravados pelo orientador, começamos os trabalhos de transcrição e estudo das falas para então selecionarmos o *corpus* a ser analisado na nossa dissertação. Em conversa com o orientador, decidimos em desenvolver a pesquisa voltada para a Sintaxe, pois no município de Poconé, já existe vários estudos voltados para Fonética e Fonologia, Morfologia como os estudos de Silva (2016), que em sua dissertação intitulada *O Falar Poconeano: Um Estudo sobre as Variedades Linguísticas em Uso*, descreve alguns usos linguísticos, como alternância do uso de [ãw] e [õ]; realizações africadas [tʃ] e [dʒ] em vez das fricativas [ʃ] e [ʒ]; variação na concordância nominal de gênero; ocorrência de rotacismos; e alçamento da vogal central baixa [a] em ambiência nasal da comunidade de Poconé, entre outros.

Dentre o referencial apontado para leitura pelo orientador, encontramos uma *live* da conferência denominada *Novos olhares sobre o contato linguístico na formação do português brasileiro*, do professor Joachim Steffen. Nessa conferência, ele fala sobre a influência das línguas Bantas no PB, e também, sobre uma pesquisa colaborativa ao projeto do professor Thun e Altenhofen, que coletou mais de mil cartas de imigrantes com descendência Alemã no Rio Grande do Sul.

Ele toma as cartas como seu material de análise e desenvolve um estudo sobre a sintaxe geral e a sintaxe brasileira, para mostrar que se trata de uma sintaxe da oralidade. Assim, ele faz a observação de três tipos de fenômeno da sintaxe brasileira, que segundo ele é típico do PB: o primeiro é o objeto nulo, que foi encontrado muitos exemplos nas cartas analisadas. Exemplo: *A respeito de barulho, revolução, anarchia não sei que nome posso dar Ø., Manequinho estava em negocio com elle, creio que já Afixaram Ø.* O segundo fenômeno típico da oralidade do PB, é o pronome tônico em posição de objeto ao invés de usar o pronome átono. Exemplo: *José Claro é que segue elles, No fim disse a elle que agora não sahia um paço fora da lei, - dou uma conversa a ellas somentes para moher dexar ellas meias loucas.* O terceiro é a concordância zero. Exemplo: *- Sabe-se que do Rio veio tropas., - vi o couro no assento dos fijão.* Para Steffen (2013), “[...] uma das consequências para o estudo padrão diacrônicos é que a língua (oral) da maioria da sociedade não está representada”.

Assistindo a essa *live*, percebi que o tema tratado, na conferência acima mencionada, é de extrema importância, pois, conforme Stenffen (2013), “[...] há poucos registros ou estudos relacionados a sintaxe brasileira” e porque não dizer sobre a sintaxe mato-grossense. E isso me chamou atenção. Assim, de acordo com os estudos de Steffen, analisei novamente as falas colhidas na comunidade quilombola de Poconé, para verificar se também, encontraria algumas ocorrências da variação do objeto direto anafórico naquela comunidade. Após várias leituras das entrevistas, conseguimos perceber/identificar várias ocorrências desse fenômeno, na fala dessa comunidade que estamos estudando.

Dessa forma, esta pesquisa consiste em analisar a fala dos quilombolos de Poconé-MT, procurando descrever e analisar à luz da Sociolinguística variacionista qualitativa, as ocorrências do objeto direto anafórico, podendo contribuir com estudos sociolinguísticos sobre a variação nas línguas em uso pelos quilombolas da região de Poconé.

CAPÍTULO II

PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Abordaremos neste capítulo o dispositivo teórico e metodológico da Sociolinguística Variacionista que sustenta a pesquisa. Como o nosso objeto de estudo é o objeto direto anafórico, vamos discorrer, também, como ele é concebido pela gramática normativa, bem como seu uso variável. E também mostrar, como se deu a coleta de dados, explicitar quem são os informantes da pesquisa e quais as ocorrências do objeto direto anafórico foram encontradas no *corpus* analisado.

2.1 A Sociolinguística Variacionista

A língua é um fenômeno social que resulta da interação verbal entre interlocutores e se manifesta por meio de enunciados concretos. As línguas variam de acordo com cada povo e cada cultura. Nesse sentido, em se tratando de língua de uma nação, no Brasil falamos o português, língua essa que foi trazida pelos portugueses por ocasião da expansão marítima, no século XV, que sofreu mudanças no encontro com a língua falada pelos índios que viviam aqui e com as línguas dos demais povos que aqui chegaram. Até hoje a língua sofre variação (mudanças), que constituem as variedades linguísticas que são as variações que uma língua apresenta em razão das condições sociais, culturais e regionais nas quais é utilizada. Percebe-se que a língua está sempre em mudança, em renovação. Palavras novas surgem a todo instante e formas antes valorizadas caem em desuso com o tempo. De acordo com Faraco (2005), a mudança não se refere à troca direta e abrupta de um elemento por outro, mas envolve sempre uma fase de concorrência.

A sociolinguística trata da inter-relação entre língua e sociedade. É um ramo da linguística que tem como objeto de estudo a heterogeneidade linguística. Ela se propõe a examinar a co-variação entre os fenômenos linguísticos e sociais e estabelecer uma relação de causa e efeito.

Segundo Labov (2008), ao definir a língua falada como objeto de estudo, o sociolinguista deve entender, descrever e explicar os processos de variação desse sistema linguístico, identificando os fatores que o caracterizam e analisando os fatores condicionantes presentes em contextos linguísticos e sociais que favorecem ou restringem o uso de uma ou outra variante.

A Sociolinguística propõe estudar a diversidade linguística, a língua em uso, os aspectos sociológicos da linguagem, ou seja, o caráter e a função social da linguagem, observando suas repercussões no comportamento do indivíduo e os efeitos de condicionadores externos, como: faixa etária, sexo, classe social, escolaridade e profissão. E, assim, fazer uma conexão com o seu discurso, para explicar determinados fenômenos linguísticos. Como pode se utilizar também de fatores linguísticos ou contextos estruturais para descobrir o que pode estar condicionando determinadas ocorrências.

Segundo Monteiro (2000), sobre a inter-relação entre língua e sociedade de que trata a sociolinguística, [...] a própria língua como sistema acompanha de perto a evolução da sociedade e reflete, de certo modo, os padrões de comportamento que variam em função do tempo e do espaço. (MONTEIRO, 2000, p. 17).

Sendo assim, esse fato de a língua estabelecer contatos sociais e o papel social por ela desempenhado, de transmitir informações sobre o falante, constitui uma prova crucial de que existe uma íntima relação entre língua e sociedade, conforme defende a sociolinguística. A variação linguística é um aspecto da língua que pode ser compreendido por meio das influências históricas e regionais sobre os falares. Pode ser descrita, ainda, como um fenômeno que se relaciona às questões sociais, culturais e históricas. Assim, demonstra os usos e a evolução da língua.

Um dos fatores que ocasionam a variação linguística é o grau de contato entre os membros de uma comunidade. Dessa forma, tem correlação com a coletividade, pois quanto maior o contato entre os falantes, maior será a homogeneidade linguística. Embora a variação linguística esteja relacionada ao saber linguístico coletivo, pode ser encontrada também na atividade verbal individual. Nesse sentido, o comportamento linguístico do indivíduo varia nas diferentes fases de sua vida e pode sofrer alterações de acordo com o contexto que ele está inserido. Logo, o indivíduo pode adequar sua fala em várias circunstâncias, formais ou informais.

Nessa perspectiva, as variações linguísticas podem ter correlação com o saber linguístico coletivo, individual e, sobretudo, com os aspectos históricos, visto que as formas e estruturas sofrem mutações no decorrer dos tempos, caindo em desuso ou sendo substituídas por outras. Estes fenômenos são denominados pela Sociolinguística de variedades sincrônicas e diacrônicas. Os estudos de sincronia (que demonstram as características da língua durante um período de tempo) e os estudos de diacronia (que apresentam as mudanças que a língua sofre no decorrer do tempo) possibilitam o conhecimento sobre o processo evolutivo da língua e, portanto, a sua diversidade como elemento sociocultural.

Vale ressaltar que, apesar de as variedades sincrônicas e diacrônicas possibilitarem a compreensão da mutabilidade e evolução da língua, a separação dessas variedades não é completa. Por exemplo, se compararmos as linguagens contemporâneas com as de época, observaremos que há pontos em comum nos falares regionais e nos diversos estilos.

Não é possível delimitar as diferentes linguagens, pois as variedades linguísticas não são unas. Nesse sentido, podemos dizer que existe duas manifestações linguísticas: a falada e a escrita. Portanto, é por meio dessas duas modalidades que as variedades linguísticas se manifestam.

Dessa forma, a variação é a possibilidade de dizer a mesma coisa de duas ou mais formas com o mesmo valor de verdade. Segundo Labov (2008), nem toda variação resulta em mudança linguística, mas ao contrário, toda mudança linguística provém de uma variação. “Somente quando se atribui significado social a tais variações é que elas são imitadas e começam a desempenhar um papel na língua”. (LABOV, 2008, p. 43). A mudança, ao contrário, é a regularização de uma forma, e resulta sempre de processos variáveis, mas nem sempre variação leva à mudança. A variação ou a heterogeneidade linguística é ordenada, existem restrições ou motivações linguísticas, sociais estilísticas, que governam a variação e a mudança linguística. Assim, quando se trata de processos variáveis pode-se contar com diferentes perspectivas ou abordagens.

2.2 Dialetoлогия Pluridimensional

A língua é complexa. Cada língua constitui um sistema de relações que determina padrões permissíveis ou não na comunicação. Nesse sentido, se faz necessário estudar a língua para se compreender as mudanças linguísticas que ocorrem com o passar do tempo. “É por meio da língua que o homem se expressa, ao longo das gerações, valendo-se de suas estruturas e variações”. (SOUZA, 2015, p. 63).

Cabe ressaltar, que toda língua é considerada um fruto histórico e, ao mesmo tempo, uma unidade idealizada, devido à impossibilidade de alcançar uma língua homogenia, ou seja, a língua não é um sistema único, mas sim um conjunto de sistemas. Haja vista que uma mesma língua apresenta diferenças internas, tanto no espaço geográfico e estilo como também, no nível sócio cultural. Tais variações imprimem à língua uma dinamicidade que resulta invariavelmente em mudanças linguísticas. Em razão disso, toda língua é objeto de investigação, por se tratar de um conjunto de variedades linguísticas, sendo assim, vale refletir sobre a sociolinguística e dialetologia, uma vez que a sociolinguística estuda a relação

entre língua e espaço social, a dialetologia estuda não apenas a língua no aspecto social, como também, no espaço geográfico. Segundo Souza (2015),

Toda língua é um conjunto de variedades e essas variedades constituem-se em objeto de investigação: a sociolinguística estuda a relação entre a língua e a sociedade e a dialetologia analisa a relação existente entre a língua e o espaço geográfico. (SOUZA, 2015, p. 63).

Nesse sentido, a presente dissertação, tem como principal objetivo entender a relação entre o espaço geográfico e compreender as variações, ou seja, as mudanças linguísticas que ocorrem ao longo do tempo e a constatação dos fenômenos em estudo.

A Dialetologia e a Sociolinguística surgiram da necessidade de se estudar a língua em seu contexto social ou, mais especificamente, da intenção de se estudar a diversidade linguística a partir da fala. Nesse sentido, a dialetologia surge no século XIX e o seu interesse se volta para o mapeamento geográfico das variedades linguísticas. Ela pontua os traços linguísticos específicos, como por exemplo, itens lexicais e aspectos fonológicos, que são elencados e a partir dos quais são coletados dados dos informantes para que subsidiem o delineamento das isoglossas.

Conforme Souza (2015),

O termo “dialetologia” deriva de dialeto, que é a nomenclatura tradicional dada às línguas regionais. A análise desses traços linguísticos é a principal razão dos estudos dialetológicos. O estudo sobre os dialetos nasceu por volta do século XIX. A partir dessa época, a dialetologia deixou de ser vista apenas como estudo, passou a ser vista como uma ciência. Foi aprimorada, visto que até então só havia sido objeto de estudo de diletantes, ou seja, de estudo com natureza não científica, amadora. Dessa forma, o interesse pelos dialetos surgiu através da vontade dos próprios linguistas em registrar e descrever essas diferentes variedades linguísticas regionais e da tendência dos eruditos pelas manifestações da cultura local ou regional. (SOUZA, 2015, p. 64)¹⁷.

Dessa forma, vale destacar a importância do trabalho que a dialetologia apresenta, dentre outros, uma significativa contribuição para o conhecimento da realidade linguística do Brasil. As pesquisas implementadas com base nessa orientação metodológica têm sido utilizadas para a elaboração de atlas linguísticos que documentam, registram a variação

¹⁷ SOUZA, Antonio Carlos Santana de. *Africanidade e Contemporaneidade do Português de Comunidades Afro-Brasileiras no Rio Grande do Sul*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Acesso em: 04/09/2021

linguística. As quais apresentam, as especificidades e generalidades encontradas nos falares brasileiros, indicando áreas dialetais.

Nascentes (1958) afirma que “Poucos sabem aqui [...] qual é o valor de um atlas, qual a sua necessidade para a solução de múltiplos problemas e, dos que sabem, poucos dão importância a essas questões”. (NASCENTES, 1958, p.07). Pois, além da contribuição para a Linguística, a Dialectologia também contribui no processo de ensino-aprendizagem de língua materna. Ou seja, a partir dos registros linguísticos, nos atlas, pode-se proporcionar o ensino da língua materna.

Segundo Cardoso (1998):

O quadro histórico-social do Brasil, hoje, e a necessidade do conhecimento sistemático e geral da realidade linguística brasileira, necessário sobretudo à difusão de um ensino adequado ao caráter pluricultural do país (grifo nosso), estão a exigir, sem mais demora um esforço coletivo na tentativa de concretizar estudos mais amplos que levem a esse conhecimento global. Essa pode e deve ser a tarefa da Dialectologia brasileira nesse final de milênio, a se concretizar com a realização do Atlas linguístico geral do Brasil. (CARDOSO, 1998, p.169).

Para Souza (2015), “[...] o método mais usual dentro dos estudos dialetológicos é a geografia linguística, parte da dialectologia que analisa as variações linguísticas, através de um estudo cartográfico. Seu objeto de estudo são os dialetos. Esse estudo tem origem na Gramática Comparada”.

Camara Jr. (1981) fala que: “A geografia linguística é a técnica mais moderna de pesquisa, na área da dialectologia, e que isso consiste no levantamento de mapas da distribuição geográfica de cada traço linguístico dialectal. (CAMARA JR, 1981, p. 94). Sendo assim, percebe-se que a geografia linguística se apresenta como método, pelo fato de organizar a pesquisa em dialectologia, e isso é ciência. A geografia linguística é apenas, uma maneira, um modo de sistematização. (SOUZA, 2015, p. 65).

Assim, nos embasamos nos estudos de Thun (1998), Ratdke e Thun (1996), que, ao tratar do espaço pluridimensional, percebem que eles se ajustam à análise diatópica com a diastrática, e por si só, se expandem nas dimensões de uma análise, em uma determinada comunidade de fala. Desse modo, através das combinações nas dimensões diageracionais com as diatópicas, podemos ter uma visão diacrônica dos fenômenos que estão mudando em curso no espaço geográfico. Dessa forma, as dimensões das variações se ampliam e subdividem a dimensão diastrática, criando dimensões de análises, partindo a necessidade de descrição de determinado fenômeno, como o contato linguístico e o plurilinguismo.

2.3 Norma linguística e uso da língua

A norma linguística é a diretriz adotada para o ensino de uma língua, em que se leva em conta o papel social que a língua desempenha no seio da sociedade. Cabe, portanto, ao falante levar em conta este importante aspecto da vida social nas manifestações de uso da língua e à gramática normativa fazer valer esse papel social através das regras.

Câmara Jr. (2009, p. 5) coloca com muita propriedade esse papel da gramática normativa, quando afirma: “Assim a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva”. Esse conjunto de regras, que serve de padrão social, pauta-se de forma excessivamente normativa e purista na orientação da gramática, mas goza de um total liberalismo de acordo com a orientação linguística.

A gramática normativa, como contingência social, depende da escola para reafirmar sua posição em relação às regras de uso da língua, que estão pautadas na língua culta e não na modalidade popular e/ou regional. Na defesa do que é CERTO e ERRADO em relação à língua, a gramática procura sempre manter as mesmas formas de uso da língua, em nome de uma língua homogênea. A linguística – contrária a esse maniqueísmo do certo/errado, imposto pela gramática normativa – procura valorizar os usos expressivos da linguagem popular, mas sem perder de vista a função social do ensino da língua, no momento em que faz a distinção entre língua falada e língua escrita.

Deixando de lado essas atitudes extremistas relativas à norma linguística e levando em conta a mobilidade das relações do sistema, percebemos que as relações do sistema linguístico não são estáticas, mudam com o tempo, ou por razões culturais, visto que elas presidem e preexistem à atividade do falante.

No que se refere à complexidade de reais situações linguísticas, Martinet (1993, p. 203) já dizia: “Nenhuma comunidade linguística pode considerar-se composta de indivíduos que falem uma língua em todos os pontos idêntica”. Partindo desse princípio, compreende-se que nenhuma língua é falada de forma homogênea por uma comunidade. Isto é, as línguas não são estáticas, elas evoluem, variam e mudam com o tempo. De modo que haverá sempre variações nas línguas, variações essas que podem ser absorvidas e reintegradas no sistema.

Compreendendo que a língua falada difere da língua escrita e que ela não é estática, evolue por várias questões como o tempo, em contato com a cultura de um povo, em contato com outras línguas, dentre outras possibilidades.

Como o nosso objeto de estudo é a língua falada em uma comunidade quilombola de Poconé, no Estado de Mato Grosso, vamos mostrar como aparecem na fala dos entrevistados

a variação do objeto direto anafórico. Para isso, faz-se necessário trazer algumas definições de objeto direto na gramática normativa, antes de dar sequência a análise do nosso *corpus*.

2.4 O objeto direto de acordo com algumas gramáticas normativas

Vamos explicitar como a Gramática Normativa (GN) conceitua e descreve a forma de uso do objeto direto, para que possamos entender com mais propriedade a variação do ODA¹⁸ na comunidade estudada, com base no *corpus* que analisamos.

Sabe-se que, um assunto bastante instigante aos gramáticos tem sido a Sintaxe, que se ocupa do estudo das relações que as palavras estabelecem entre si nas orações e das relações que se estabelecem entre as orações nos períodos. Quando se relacionam palavras e orações, criam-se discursos, ou seja, utiliza-se efetivamente a língua para que se satisfaçam todas as necessidades de comunicação e expressão. O conhecimento da Sintaxe é, portanto, um instrumento essencial para o manuseio satisfatório das múltiplas possibilidades que existem para combinar palavras e orações.

É na sintaxe que vamos ver o estudo do objeto, e a maioria das Gramáticas Tradicionais (GT), conceituam o OD como o complemento de um verbo transitivo direto. Trata-se dos verbos que necessitam de um complemento sem o uso de preposição, assim, seu complemento é o objeto direto (a).

(a) *O inquilino **pagou** o último aluguel atrasado.*¹⁹

Observa-se em (a) que a carga semântica do verbo é completada sem a necessidade de uma preposição, e que os verbos transitivos diretos respondem à pergunta (O que? / Quem?), sendo assim, para saber se o verbo é transitivo direto, basta fazer a pergunta ao verbo. No entanto, se o verbo vier acompanhado de preposição, aí ao invés de objeto direto, teremos o objeto indireto.

Para Cunha, o OD é o “[...] complemento do verbo transitivo direto, ou seja, o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal”. (CUNHA, 2001, p. 140). O autor ressalta que o OD pode se

¹⁸ ODA - Objeto Direto Anafórico. Segundo (Cunha 2001), quando o objeto direto for retomado em uma situação de comunicação, é denominado de objeto direto anafórico.

¹⁹ Exemplo retirado de Sousa, Cíntia Aparecida de. *Minimanual de Gramática: Língua Portuguesa* – 1 ed – Blumenau: Vale das Letras, 2012. P. 148.

caracterizar por expressão ou palavra substantivada, substantivo, oração substantiva, pronome (substantivo), numeral. E que o objeto direto também pode ser constituído por dois ou mais de seus equivalentes.

Cunha (2001), também, descreve o Objeto Direto Pleonástico (ODPl) e define o Objeto Direto Preposicionado (ODPr). Segundo ele, o objeto direto pleonástico é “[...] quando se quer chamar a atenção para o objeto direto que precede o verbo, costuma-se repeti-lo” (*Ibidem*, p. 140), isso é constituído normalmente por uma forma nominal tônica preposicionada ou por um pronome pessoal átono. Já a definição de objeto direto preposicionado é o caso em que o objeto direto “[...] costuma vir acompanhado de preposição” (*Ibidem*, p. 140), geralmente a preposição *a*. Isso acontece quando os verbos exprimem sentimentos, quando vem antecipado, no caso dos provérbios e também para evitar ambiguidade.

Segundo Cegalla (2005), ao definir o objeto direto, diz que ele completa a significação dos verbos transitivos diretos; normalmente não vem regido de preposição; traduz o ser sobre o qual recai a ação expressa por um verbo ativo.

De acordo com Cunha (2001), quando o objeto direto for retomado em uma situação de comunicação, **é denominado de objeto direto anafórico**. Sendo assim, a gramática normativa indica, para desempenhar a função de OD, os pronomes pessoais oblíquos.

Conforme Cegalla (2005), ao descrever as condições de ocorrência do objeto direto preposicionado, nos casos quando o objeto direto é um pronome pessoal tônico; quando o objeto direto é um pronome relativo *quem*; quando precisamos assegurar a clareza de frase, evitando que o objeto direto seja tomado como sujeito, impedindo construções ambíguas; em expressões de reciprocidade para garantir a clareza e a eufonia da frase; com nomes próprios ou comuns, referentes a pessoas, principalmente, na expressão dos sentimentos ou pela eufonia da frase; em construções enfáticas, nas quais antecipamos o objeto direto para dar-lhe realce; sendo o objeto direto o numeral *ambos(as)*; com certos pronomes indefinidos, sobretudo referentes a pessoas; por fim, em certas construções enfáticas como *puxar* ou *arrancar*.

Camara Jr. (2009, p.117), propõe uma reflexão quanto à relação dos pronomes na função de objeto direto, especificamente: “[...] no campo da 3ª pessoa do singular e plural, notamos uma oposição da série *o, a*, de um lado e de outro, *lhe*, correspondente na oposição entre caso acusativo e caso dativo no sistema nominal e pronominal do latim”. (CAMARA JR., 2009, p. 117 e 118). O mesmo autor define as formas *o, a, os, as* na função de objeto direto como complemento de verbos ativos, em que o sujeito pratica a ação sobre outro ser

que se torna objeto dessa ação, diretamente. Por outro lado o pronome *lhe* é restrito aos verbos dativos cuja ação culmina em um objeto indireto que se subordina ao verbo por uma preposição.

Conforme Cunha (2001), quando o pronome oblíquo da 3ª pessoa funciona como objeto direto é representado antes do verbo pelas formas *o, a, os, as*; quando é colocado depois do verbo, necessariamente, é ligado por hífen, ou seja, forma um pronome enclítico. Nesse último caso, é importante lembrar que sua forma varia de acordo com a terminação do verbo: se o verbo terminar em *-r, -s, ou -z*, elimina-se essas consoantes e acrescenta-se os pronomes *la, lo, las, los*. O mesmo pode ocorrer quando posposto ao designativo *eis* ou aos pronomes *nos* e *vos*; se o verbo terminar em vogal ou ditongo oral, usam-se *o, a, os, as*; se o verbo terminar em ditongo nasal usa-se os pronomes enclíticos *no, na, nos, nas*.

Os gramáticos Pasquale e Ulisses (1998); Sacconi (1999); Cunha e Cintra (2013), fazem a mesma distribuição e classificação dos pronomes pessoais retos e oblíquos de modo que pronomes retos desempenham função de sujeito e os pronomes oblíquos exercem a função de objeto.

Cunha e Cintra (2013, p. 302), na *Nova gramática do português contemporâneo*, abordam o falar da maioria dos brasileiros, ele diz: “Na fala vulgar e familiar do Brasil, é muito frequente o uso do pronome *ele(s), elas(s)* como objeto direto em frases do tipo (b) e (c):

(b) Vi ele;

(c) Encontrei ela.

Embora esta construção tenha raízes antigas no idioma, pois se documenta em escritores portugueses dos séculos XIII e XIV, deve ser hoje evitada”. (Cunha e Cintra 2013, p. 302).

Sacconi (1999, p. 355), em sua GN, conceitua os complementos verbais como objeto direto e objeto indireto. Segundo o autor, “[...] o objeto direto é definido como — o complemento que se liga diretamente ao verbo, ou seja, sem o auxílio de preposição. E cita os seguintes exemplos: *Os velhos usam bengala; Luizinho quebrou dois pratos; Comprei todos os melões do supermercado*”.

Segundo Sacconi (1999, p. 199), quanto à função, os pronomes pessoais podem ser retos, desempenhando a função de sujeito e oblíquos, exercendo a função de objeto. Dessa forma, ele ressalta que “[...] a norma culta rejeita construções em que se usam as formas retas pelas formas oblíquas” e apresenta os casos (d), (e) e não (d'), (e'):

(d) Não a cumprimentei.

(d¹) Não cumprimentei ela.

(e) A secretária recebia as cartas e as abria todas.

(e¹) A secretária recebia as cartas e abria elas todas. (SACCONI, 1999, p. 199).

Diante do estudo do objeto direto apresentado por algumas gramáticas normativas podemos dizer que **só há dois modos de o objeto direto anafórico se apresentar, por meio do registro das formas clítico acusativo e pronome lexical.**

A seguir, apresentamos o Objeto Direto Anafórico conforme os estudos da Variação Linguística.

2.5 Variação linguística do objeto direto anafórico

Vários estudos linguísticos tiveram, sobretudo, ao longo das últimas décadas, sua atenção voltada ao processo de variação e mudança pela qual passou/passa a língua portuguesa. Conforme Tarallo (1990), no livro *Tempos linguísticos: Itinerário histórico da língua portuguesa*, encontramos um dos primeiros estudos referentes à realização do objeto direto na fala dos brasileiros. Nessa obra, Tarallo realiza um trabalho de análise da nossa língua sobre os ganhos e as perdas linguísticas sofridas ao longo do percurso histórico.

Segundo Tarallo (1990), “[...] as línguas, entretanto, sofrem modificações: uma característica que lhes é intrínseca enquanto órgão vivo de comunicação”. (TARALLO, 1990, p. 140). Sendo assim, trazemos aqui somente as discussões sobre o objeto direto por se tratar do fenômeno estudado nesta pesquisa.

Tarallo (1990) descreve (Tabela 1), os resultados obtidos nos seus estudos quanto à realização de pronomes pessoais do caso reto quando este exerce a função de sujeito e de clítico acusativo como objeto direto anafórico.

Tabela 1- Percentagem de preenchimento de sujeito e objeto direto em cinco momentos históricos

	1725	1775	1825	1880	1982
<i>pronome pessoal</i>	28/120	41/154	25/152	57/152	572/720
<i>sujeito</i>	23,3%	26,6%	16,4%	32,7%	79,4%
<i>clítico acusativo</i>	83/93	51/53	36/43	59/98	72/396
	80,2%	96,2%	83,7%	60,2%	18,2%

(Apud TARALLO, 1990, p. 140)

De acordo com Tarallo (1990), percebe-se que o sujeito era menos preenchido (23,3%), comparado com o século XX, que expressa 79,4% de preenchimento do sujeito. Sendo esta uma tendência oposta ao objeto direto, uma vez que foram registrados 80,2% de expressão de clíticos acusativos. No final, percebe-se que, houve um aumento, atingindo 96,2%, desse modo, a expressão de clíticos acusativos é quase categórica, mas começa a cair, com um registro de 83,7%, a queda atinge 60,2% e é registrado apenas 18,2% da realização de clíticos acusativos, comprovando a mudança linguística em curso.

Omena (1981) confirma a diminuição do uso de clítico acusativo de 3ª pessoa na fala carioca e Duarte (1986) também reafirmou essa mudança na fala paulistana. Ambos os estudos descrevem a substituição dos clíticos acusativos, referente ao apagamento do objeto direto denominado por Tarallo (1990) de “forma zero”, ou seja, objeto nulo ou categoria vazia; como também, substituído pelo pronome tônico *ele*, *ela*. De acordo com a tabela 2), percebemos que é notório o aumento da substituição do clítico acusativo por: 75,5% de objeto nulo e 18,6% de realização de pronome tônico. Registrando apenas 5,9% de ocorrência de clítico acusativo.

Para Naro e Scherre (2007), o português brasileiro (PB) advém de uma transmissão linguística irregular, desenvolvida pelo processo de nativização, iniciado em 1500 com influências linguísticas de outras nações, predominantemente, a portuguesa. A pesquisa, mostra o uso do pronome do caso reto em função de objeto direto *ele*, *ela*, *eles* e *elas*, substituindo os clíticos *o*, *a*, *os* e *as*.

Tabela 2 - Substituição dos clíticos acusativos

Variante	Ocorrências	%
clítico acusativo	97	5,9
pronome tônico <i>ele</i>	304	18,6
forma zero	1 235	75,5
Total	1 636	100,0

(TARALLO, 1990, p. 142)

Galves (2001) que estudou a sintaxe na fala do português brasileiro (PB) e português europeu (PE), observando a posição do objeto direto da sintaxe de ambas as línguas. Ela denominou o português europeu e o português brasileiro de “portugueses”, segundo Galves (2001), os “portugueses” se distanciam um do outro em alguns aspectos e assemelham-se em outros. Enquanto que no português europeu o pronome *ele* só é admitido para o preenchimento do sujeito, nunca como objeto, por sua vez, o preenchimento do objeto

só é admitido com os clíticos *o*, *a*. Ao passo que no português brasileiro o objeto pode representar a posição de sujeito, bem como a categoria de objeto direto.

Galves (2001) menciona três exemplos (a), (b) e (c):

- (a) *Encontrei **ele** ontem.*;
- (b) ***Esse rapaz**, encontrei *ele* no trem.*;
- (c) *Esse rapaz **aí** **que** encontrei *ele*.*

Ou seja, em (a), temos o objeto direto realizado apenas pelo pronome *ele*, já em (b) o objeto realizado pelo pronome *ele* retoma um sintagma nominal, e, em (c) aparece como estrutura relativa com valor de pronome lembrete. Segundo Galves (2001), no português brasileiro, é possível uma ligação direta (objeto direto vazio), como em “Cadê a Ana? Está por aí?”. De acordo com Galves (2001), o falante brasileiro também realiza o objeto direto com pronome tônico. Podemos citar uma segunda resposta para a pergunta “Cadê a Ana?”: “Ela está por aí”, construção encontrada no português brasileiro, porém, não vista no português europeu.

Galves (2001) conclui, quanto à categoria vazia, que é possível encontrá-la tanto no português brasileiro como no português europeu, porém, com maior restrição no português europeu, alternando com os clíticos acusativos de 3ª pessoa, ao passo que os clíticos (Você viu Ana? Vi-**a**.) que na fala brasileira está praticamente extinta, alternante com a categoria vazia (Você viu Ana? Vi.) e o pronome tônico (Você viu Ana? Vi **ela**.). O português brasileiro, na fala, realiza os clíticos de 1ª e 2ª pessoa (Não **me** diga! / Eu **te** conto tudo!), mas não os de 3ª pessoa (Eu vi-**a** ontem).

Segundo Tarallo (1996), ao longo de 256 anos, o português brasileiro afastou-se do português europeu, devido às seguintes mudanças: 1) a reorganização do sistema pronominal; 2) a mudança sintática nas estratégias de relativização como decorrência da mudança no sistema pronominal; 3) a reorganização dos padrões sentenciais básicos e 4) a mudança nos padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas.

Tendo em vista essas mudanças, ele apresentou o argumento de que “[...] a variedade portuguesa falada no Brasil já desenvolveu um número de traços sintáticos discerníveis o suficiente para possibilitar uma descrição de seu sistema no sentido de uma gramática brasileira”. O pesquisador observou a diferença entre o português brasileiro e o português europeu, no que se refere a objetos nulos e sujeitos lexicais e afirma que umas das características do português moderno brasileiro é a pronominalização do sujeito e a alta

frequência de anáfora zero na posição de objeto. Nesse sentido, Tarallo (2007) fala a respeito da variação do objeto direto anafórico, afirmando que há três variantes concorrendo pela expressão da variável:

Mas vejamos um outro exemplo de variável, este de natureza sintática: os pronomes de terceira pessoa em função de objeto de verbo. À pergunta – **Você conhece aquele homem?**||, há três possíveis respostas em português: 1. **Eu o conheço**; 2. **Eu conheço ele**; e 3. **Eu conheço**. Ou seja, nessa batalha sintática entre pronomes em função de objeto três variantes se defrontam. A padrão o (e por extensão, a, os, as) e as duas formas não padrão, ele (ela, eles, elas) e uma forma zero (doravante denominada – anáfora zero||): o verbo não apresenta objeto pronominal exposto. Tal esquema de variação também ocorre quando o SN referente for inanimado, como em: — **você comprou aquele carro?**”. A essa pergunta também se pode responder de três maneiras diferentes: 1. **Eu o comprei**; 2. **Eu comprei ele**; e 3. **Eu comprei**. O sistema gramatical do português, no entanto, rege o fenômeno de pronominalização através de um cruzamento semântico com o traço [+animado] do SN referente. Em outras palavras, SNs referentes de natureza animada favorecem sua posterior pronominalização na fala. (TARALLO, 2007, p. 42- 43 **grifo nosso**).

Para Tarallo (2007), a variação do objeto direto anafórico não acontece somente com seres animados, mas também com os seres inanimados. Nesse sentido, orienta sobre como formular as hipóteses para esse caso de variação, apontando que a **anáfora zero é motivada no contexto [-animado]**, enquanto o **pronome lexical é favorecido no contexto [+animado]**. Sobre isso, ele diz: “Levando-se esse fator em consideração, uma primeira hipótese de trabalho é levantada: a anáfora zero deve estar sendo acelerada quando o SN referente for inanimado. Uma vez que os pronomes-objeto se encontram em fase de extinção no português falado do Brasil, a luta acaba sendo travada entre as duas formas não padrão. Das duas a anáfora zero, carrega estigma sociolinguístico menos acentuado” (*Ibidem*, p. 43).

Portanto, podemos partir da seguinte premissa: na substituição de pronomes clíticos, a língua falada favorece a anáfora zero, acelerando ainda mais o processo de sua implementação no sistema quando o SN pronominalizável (isto é, aquele já usado anteriormente e que deveria retornar como pronome) for inanimado. (TARALLO, 2007, p. 43).

Monteiro (2000), ao pesquisar os pronomes de 3ª pessoa, indica três possibilidades de ocorrência quanto ao uso do objeto direto anafórico de 3ª pessoa: os clíticos (o, a os, as) e seus alomorfes; as formas (ele, ela, eles, elas), e por fim, o vazio lexical. Para o autor, dentre as formas escolhidas para substituir o clítico, o emprego dos pronomes de caso reto (ele) é uma opção bastante utilizada na fala popular e que não se infiltra com tanta facilidade na

norma culta. E que “[...] se o objeto nulo é interpretável como uma tática evasiva, pode ser decorrente de um princípio, imprecisamente definido, que se relaciona à economia de expressão”.

- a) Quando eu vi o Procópio, quase não **O** reconheci. (clítico acusativo).
 - b) Quando eu vi o Procópio, quase não reconheci **ELE**. (pronome lexical).
 - c) Quando eu vi o Procópio, quase não **Ø** reconheci. (objeto nulo).
- (MONTEIRO, 2000, p. 66)

Conforme Monteiro (2000), os exemplos acima não acontecem de forma aleatória. Assim, a variante objeto nulo surge como alternativa para se evitar a variante recomendada pela tradição gramatical, em que o OD se dá pelo clítico acusativo, que muitas vezes é considerada como artificial ou quase pedante. Uma outra explicação para a presença dessa variante (objeto nulo) tem sido a rejeição do pronome lexical, que é avaliado como uma forma errada, próprio do uso de pessoas sem escolaridade.

Em síntese, esse autor não tratou do **sintagma nominal**, que tem sido uma das estratégias de uso do objeto direto anafórico na língua falada.

2.5.1 Variantes do objeto direto anafórico no português brasileiro

Em pesquisa realizadas com o Português Brasileiro sobre as variantes do objeto direto anafórico, Cyrino (1999) encontra os seguintes grupos de fatores: antecedentes do objeto direto nulo; antecedente do objeto indireto nulo; tipo de verbo; e estatuto do complemento vazio. Foram excluídos: complemento vazio lexicalizado no clítico; advérbio elidido; vazio de clítico identificador; vestígio de extraposição; e vazio de clítico mais co-referente no discurso.

Nos resultados da pesquisa de Cyrino (1999), computou o objeto direto com maior índice de complementos pós-verbais nulos somando 55%; em segundo lugar, objeto indireto nulo com 36%; e terceiro lugar, com 9%, elipse de VP. Quanto ao antecedente do objeto direto obtém-se [+animado] 15,2%, [-animado] 84,8%, [+específico] 73,2%, e, [-específico] 26,8%; observa-se que o fator condicionante mais ativo para a ocorrência de objeto direto nulo é antecedente [-animado] e [+específico].

Cyrino (1996) afirma que em estudos seguintes procurou observar qual clítico que primeiro foi atingido pela mudança a fim de relacionar a mudança no sistema de clíticos à mudança no objeto nulo do PB. A estudiosa analisou 2.308 dados extraídos do português de várias épocas, provenientes de peças teatrais de autores brasileiros, em especial as comédias. Segundo Cyrino (1996, p. 174), “[...] o que se observa nesse estudo é que, além do clítico de

3ª pessoa ter sido o primeiro a cair, é especificamente o clítico “o” proposicional o primeiro a ser atingido pela mudança”. De acordo com Cyrino (1996, p. 175) “[...] há motivos para supor que a reanálise que levou ao objeto nulo do PB estaria relacionada às reanálises diacrônicas que levaram à mudança no sistema do clítico dessa língua. Todas essas mudanças teriam tido como consequência, então, a refixação do parâmetro relacionado ao objeto nulo”.

Para Duarte (1986), a análise do condicionamento morfológico mostrou que 40,2% dos clíticos foram realizados antes do verbo *versus* 59,8% de clíticos realizados após o verbo, referente ao tempo simples do indicativo. Nas formas verbais do imperativo, tempos compostos e locuções verbais finalizadas com gerúndio não foi registrada a expressão de clítico acusativo. Por sua vez, os pronomes lexicais ocorreram com os tempos simples, imperativo e as locuções com infinitivo e gerúndio. A categoria vazia apresenta o maior índice de ocorrências em todas as categorias, exceto as construções com gerúndio, que favoreceram a ocorrência de SNs²⁰ anafóricos.

De forma ampla, Duarte (1986) analisando as ocorrências das variantes do objeto direto anafórico obteve os seguintes percentuais: (62,6%) de objeto nulo, (15,4%) de pronome lexical, (17,1%), de outras formas de objeto direto anafórico, de (4,9%) clítico acusativo. No entanto, sobre o condicionamento semântico, sua pesquisa mostrou que as variantes clítico acusativo e pronome lexical é favorecido pelo traço [+animado], enquanto o objeto nulo e sintagma nominal são condicionados pelo traço [-animado]. Em relação aos grupos de fatores idade e escolaridade as variantes se comportaram da seguinte forma: o objeto nulo alcançou um enorme percentual em todas as faixas-etárias, o pronome lexical obteve uma maior frequência entre os informantes mais jovens, todavia a frequência vai diminuindo à medida que aumenta a idade e o nível de escolaridade. Já as formas clítico acusativo e sintagma nominal obtiveram uns índices mais elevados à medida que a idade e a escolaridade aumentam.

Cristina Figueiredo (2004) analisou em sua pesquisa as estratégias de realização do objeto direto anafórico no *corpus* rural marcado etnicamente com foco em duas variantes não-padrão no PB: a categoria vazia e o pronome lexical (ele/ela). O *corpus* analisado pertence à comunidade rural afro-brasileira do interior do estado da Bahia, que teve, segundo a autora, uma grande concentração de mão-de-obra escrava, nesse sentido, a variação de realização do objeto direto anafórico no português brasileiro (PB) levou em consideração não apenas fatores internos à língua, como também, os fatores sócio-históricos

²⁰ SNs = sintagmas nominais

que interferem nos processos de variação e mudança no PB, como o contato entre falantes de línguas distintas por volta da formação do PB: brancos, índios e, principalmente negros.

Conforme Cristina Figueiredo (2004, p. 90),

A realização do objeto direto é, ao lado do preenchimento do sujeito, um dos fenômenos que mais claramente diferenciam o português brasileiro do europeu, tendo merecido bastante atenção na literatura (cf. DUARTE, 1986; GALVES, 1989; CYRINO, 1997; FIGUEIREDO, 2004; entre outros).

Nesse trabalho, Figueiredo (2004) conclui que o ON está há mais tempo nesta comunidade e que é o PR a estratégia inovadora, considerando que, no dialeto urbano paulista (Duarte, 1986), essa estratégia possui frequência mais alta que no dialeto rural afro-brasileiro. Ainda Figueiredo (2004), trabalhando com o *corpus* de comunidade afro-brasileira do interior do estado da Bahia se depara com a ausência completa de CL. Esse resultado é esperado, devido ao perfil social de acesso nulo ou praticamente nulo à escolarização na comunidade, e confirma a análise do CL como forma não-vernacular, introduzida apenas pela escolarização.

Correa (2014), em seu estudo *A Realização do objeto direto anafórico na fala do araguaense*, constatou quatro variantes para esse fenômeno: clítico acusativo; objeto nulo; pronome lexical e sintagma nominal. Quanto aos condicionadores, a autora controlou fatores tanto linguísticos quanto extralinguísticos.

Nos grupos de fatores extralinguísticos, levou em consideração para sua análise os grupos de fatores: sexo (masculino e feminino); faixa etária (21 a 40 anos; 41 a 60 anos e acima de 60 anos); e escolaridade (ensino fundamental completo ou incompleto ensino superior completo). Quanto ao fator sexo, a pesquisa apontou que as mulheres utilizaram mais o objeto nulo, com um percentual de 57,38% contra 42,62% na fala dos homens. Já os resultados sobre a faixa etária não apresentou resultado significativo para a escolha das variantes.

Dessa forma, os percentuais de ocorrência na 1ª faixa etária são: (70,40%) de objeto nulo, (14,15%) de sintagma nominal, (9,43%) de pronome lexical e (0,48%) de clítico acusativo. Já na 2ª faixa etária (75,94%) de objeto nulo, (17,10%) de sintagma nominal, (11,74%) de pronome lexical, e (0,66%) de clítico acusativo. E 3ª faixa etária (84,30%) de objeto nulo, (15,12%) de sintagma nominal (0%) de pronome lexical e (0,58%) de clítico acusativo.

No grupo de fator escolaridade, os informantes tanto do ensino fundamental quanto do ensino superior produziram com mais frequência a variante objeto nulo (75,23% contra 79,72%).

Nos grupos de fatores linguísticos, a pesquisadora considerou a natureza semântica do antecedente ([+] animado e [-] animado; [+] específico e [-] específico). É importante mencionar que a pesquisadora considerou esse grupo em relação aos grupos sociais (sexo, faixa etária e escolaridade), com isso não obteve percentuais específicos desse grupo. Pode-se mencionar que o traço [-animado] é mais frequente com objeto nulo nos três grupos de fatores extralinguísticos. Enquanto a especificidade se define da seguinte maneira traço [- específico] alcançou (63,64%) na fala das mulheres com o ensino fundamental e da 3ª faixa etária. Já o traço [+ específico] obteve (52%) na fala dos homens com o ensino fundamental e pertencente a 2ª faixa etária. Conforme exemplos (pronome lexical) *Eu teria **ela** de novo porque apesar de todo o sofrimento né, pra trazer ela ao mundo.*; [...] aí fez o parto da minha filha ... eu nem cheguei a vê **ela**. (objeto nulo) Quanto a educação hoje eu vejo $\emptyset$ de maneira perplexa.; Você não ganha seu espaço você conquista $\emptyset$ (CORREA, 2014).

Cabe ressaltar o trabalho de dissertação *Objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro* de Silva (2004). A autora levou em consideração, tanto grupos de fatores linguísticos como extralinguísticos. Assim a realização do trabalho foram controlados os grupos de fatores linguísticos da seguinte forma: 1) forma verbal; 2) estrutura sintática da frase; 3) presença/ausência do sujeito na oração; 4) tipo de oração onde ocorre; 5) posição da ocorrência em relação ao antecedente; 6) topicalização; 7) distância em relação à primeira menção; 8) condicionamento semântico do objeto; 9) tipo de elocução; 10) antecedente mais próximo; 11) referencialidade.

Em se tratado dos grupos de fatores sociais, a autora considerou a faixa etária, o gênero, o estado fora da comunidade e as comunidades. Em relação à animacidade do referente o traço [+animado] favoreceu o uso do pronome lexical com o peso relativo (0,80); enquanto o traço [-animado] desfavorece-o, apresentando peso relativo (0,32). Cabe destacar que nesse fator a variante categoria vazia é a forma que mais se destaca na fala da comunidade pesquisada.

Tratando-se da referencialidade do antecedente do objeto direto anafórico o traço [+específico] e o traço [+animado] favorecem o uso do pronome lexical, enquanto a variante categoria vazia é favorecida conforme o referente perde a sua referencialidade. A variável a presença/ausência do sujeito na oração não é um fator decisivo para a escolha das variantes em análise, já que o valor dos pesos relativos se aproximam mostrando um certo equilíbrio.

No grupo de fator presença e ausência do sujeito, o resultado mostra que a ausência do sujeito favorece a variante categoria vazia' (0,55), já a presença do sujeito beneficia o uso do pronome lexical (0,56).

Na forma verbal, o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito favoreceram o uso da categoria vazia (0,66), e o presente do indicativo favoreceu a variante pronome lexical com o peso relativo (0,62). Em se tratando da posição da ocorrência em relação ao antecedente, nesse contexto as variantes se comportaram da seguinte forma: as variantes pronome lexical e categoria vazia alcançaram na variável Oração Coordenada Sindética um peso relativo (com 0,35 contra 0,65), já na variável Oração Coordenada Assindética em diante as variantes trocaram de papel e se comportaram de forma inversa (com 0,68 contra 0,32).

O estudo realizado por Silva (2004), na variável sexo, as mulheres mostraram ser mais conservadoras que os homens, sendo que a variante mais utilizada pelos homens foi o pronome lexical o que ultrapassou o uso na fala das mulheres. Quanto à variável faixa-etária, nota-se que o percentual da variante pronome lexical diminui com os informantes da III faixa. Logo as variantes categoria vazia e sintagma nominal são favorecidas nessa faixa-etária. No entanto, na I e II faixa, o uso do pronome lexical aumenta passando de 12% para 14%, enquanto que o uso da variável sintagma nominal diminui 16%, 13% na faixa II e I. A variante categoria vazia é desfavorecida apenas na faixa II. Conforme os exemplos a seguir:

(pronome lexical) É, melhorando. Então acredito no que os mais velhos fala porque, eu mesmo um conhe...conheci negócio de energia aqui...meus filho já conhece ela;

(objeto nulo) Faço tudo. [...] Eu vem de manhã, coloco o fêjão no fogo e deixa e aí;

(sintagma nominal) Com remédio, comprava **purgante**, dava eles purgante, fazia azeite de baga e dava **purgante**. (SILVA, 2004, p. 120)

De acordo com Neiva (2007), em seu trabalho *Objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala culta de Salvador: o clítico em desuso*, controlou condicionadores linguísticos: 1) o traço semântico animacidade do objeto (Traço [- animado] e Traço [+ animado]; 2) o tempo e modo verbal (verbo no indicativo, verbo no infinitivo, locução com infinitivo, subjuntivo, imperativo, gerúndio, locução com gerúndio, locução com particípio); 3) e a forma da referência anterior e a ausência/presença de termo(s) interveniente(s) entre o objeto e o verbo, a autora fez uso desse fator para que fosse possível observar a forma da referência anterior que influenciava no uso das variantes.

Com referencia aos grupos de fatores externos, foram selecionados: 1) o gênero do

informante (homem e mulher); 2) a faixa etária (I 25-35, II 36-55, III a partir de 56); 3) o grau de formalidade do discurso com o estudo dessa variável, observou-se o nível de atuação das variantes de acordo com a influência do registro; 4) a localização do fenômeno em variação no tempo para esta variável, esperava-se encontrar um crescimento do uso da categoria vazia e dos Sintagmas Nominais (SNs) anafóricos proporcional ao apagamento do clítico, em uma comparação entre duas sincronias:

Clítico acusativo:

Nós teríamos um outro recôncavo, nós o chamaríamos de recôncavo do litoral.;

Pronome lexical:

[...] a criança deve ir o mais cedo possível à escola, entendeu? E,F... uma coisa que eu não me arrependi foi ter botado ela, com um ano e quatro meses.;

Objeto nulo:

Esse é um material rico, um material caro, então não joguem ♡ fora.;

Sintagma nominal:

[...] Vocês estão vendo aqui **a glândula** mamária, vêem aqui **a glândula**.

(NEIVA, 2007, p. 100).

Ainda, conforme Neiva (2007), de uma forma geral a) a categoria vazia, com um índice de 59% do total de ocorrências, ocupou a liderança; b) o uso dos Sintagma Nominal anafóricos aparece em segundo lugar, atingindo o índice de 34,4%; c) o uso do clítico acusativo alcançou, apenas, 4,2% do total de ocorrências; d) o uso do pronome lexical pleno, com um percentual de 2,4%. (NEIVA, 2007, p. 100-101).

Segundo Luz (2009), em sua pesquisa *Velejando sobre as águas da retomada anafórica do objeto direto: um cruzeiro na fala em Salvador*, estuda os fatores sociais 1) gênero/sexo; 2) faixa etária; 3) escolaridade. A estudiosa, em seu trabalho com as variáveis linguísticas, considerou: 1) as formas verbais; 2) a animacidade do antecedente; 3) a especificidade do antecedente; 4) a estrutura sintática da oração; 5) o termo entre o verbo e o objeto; 6) o paralelismo discursivo.

Na tabela 3, do *Objeto direto em referência anafórica em Salvador*, percebe-se que o percentual do variante objeto nulo (61,0%) supera as ocorrências de todas as outras variantes. Enquanto o clíticos acusativo, simplesmente aparecem com um percentual muito baixo de apenas (1,1%). Entretanto, o pronome lexical alcançou (16,0%) e o sintagma nominal obteve (22,0%) das ocorrências. Santana (2018, p. 27) aborda uma quinta variante: "e) o pronome

demonstrativo, que em geral retoma um objeto proposicional: (5) Mia dizia [que não e que isso era muito importante para ela e que não queria que ninguém o tocasse]ⁱ. Ela dizia isso até mesmo para sua melhor amiga."

Quanto à variável sexo, os resultados apresentados mostram que os homens e as mulheres usam com maior frequência a variante objeto nulo, porém as mulheres empregam com maior intensidade que os homens com (65% contra 56%). No sintagma nominal, as mulheres também sobressaem os homens com (81% versus 84%).

Tabela 3 - Objeto direto em referência anafórica em Salvador

Variantes	Ocorrências	%
clítico acusativo	21	1,1
Pronome lexical	310	16,0
Objeto nulo	1218	61,0
Sintagma nominal	443	22,0
Total	2002	100

Fonte: Luz (2009, p. 87) adaptado

Luz (2009), em relação à escolaridade, vai dizer que o uso do clítico acusativo foi aumentando conforme os anos de escolarização, pois comparando o uso dessa variante no ensino fundamental e superior, nota-se que o primeiro nível utilizou (1%) das ocorrências, já o segundo nível alcançou (2%). Pode se afirmar que o uso do clítico acusativo em sua pesquisa é obtido a partir do processo de escolarização. Já a variante do pronome lexical apresentou o seguinte resultado referente a escolaridade, os informantes com ensino fundamental alcançaram (28%), no ensino médio (14%) e no ensino superior (4%), cabe ressaltar que essa variante é estigmatizada, portanto era de se esperar que os falantes do ensino superior não fizessem uso de tal forma, além de usar 25 vezes essa variante, também alcançou um percentual de 4% das ocorrências. Com relação a variante Sintagma Nominal anafórico no ensino fundamental obteve (20%) contra (30%) no ensino superior, isso mostra que os informantes de certa forma evitam as formas estigmatizadas e adotam as variantes sem valor social. Cabe ressaltar, que o objeto nulo foi favorecido em todos os grupos analisados.

Antes de iniciarmos a análise do nosso *corpus*, que é a fala dos quilombolas de Poconé, consideramos importante trazer uma breve reflexão sobre como o objeto direto anafórico são abordados no ensino de língua portuguesa na sala de aula, uma vez que essas

discussões desenvolvidas na academia devem adentrar a escola e mexer com o ensino de língua, que, muitas vezes, é trabalhado, priorizando apenas o ensino das regras gramaticais.

2.6 O ensino de gramática na escola

Em relação à abordagem do componente linguístico na Educação Básica, a escola é o espaço, que a partir de pesquisas, contribui para a melhoria do ensino de Língua Portuguesa, no que se refere ao conhecimento explícito dos recursos gramaticais, pois, possibilita a descrição e análise, dispensando conteúdos gramaticais em geral e, mais especificamente, aos relacionados ao plano da variação linguística.

Conforme estudos realizados no Projeto *Gramática, Variação e Ensino: Diagnóstico e Propostas Pedagógicas* da FAPERJ, Vieira (2014)²¹ vai dizer que:

[...] a abordagem do ensino de gramática ora apresentada tem por objetivo maior dar conta do componente linguístico sem deixar de lado qualquer de suas faces constitutivas: (i) sua sistematicidade, como conhecimento interno partilhado por todo falante; (ii) sua concepção discursiva e interacional; e (iii) sua heterogeneidade, como conjunto de regras variáveis e normas de uso. Assim, acredita-se que os desafios da sala de aula não permitem uma proposta que se aprisione em um único quadro de concepções teóricas; antes, ela se constitui naturalmente na diversidade teórica e metodológica. (VIEIRA, 2014, p. 4).²²

Com base em Vieira e outros estudiosos, podemos dizer que os desafios da sala de aula exigem uma diversidade teórica e metodológica na abordagem de temas gramaticais. Com isso, surge a proposta de um ensino de gramática com base nos três eixos. Além da diagnose do tratamento de temas linguísticos na Educação Básica, este, também, apresenta experiências e atividades que demonstram a eficiência acerca dos recursos gramaticais, de modo que estes possam ser percebidos e/ou produzidos com consciência nas diversas situações interacionais. Assim, Vieira (2014) propõe um trabalho com gramática que integre atividade reflexiva, produção de sentidos e que considere os fenômenos linguísticos como manifestação de normas/variedades nos contínuos fala/escrita e de monitoramento estilístico.

²¹ Silvia Rodrigues Vieira é professora associada do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atua nos Programas de Pós-graduação em Letras Vernáculas e no Mestrado Profissional em Letras na UFRJ.

²² Retirado do livro – que constitui a segunda edição, revista e ampliada, do e-book *Gramática, Variação e Ensino: Diagnóstico e Propostas Pedagógicas* (Letras UFRJ, 2017)

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a proposta geral para o Ensino de Língua Portuguesa em nível fundamental é “[...] refletir sobre os fenômenos de linguagem, particularmente os que tocam a questão de variação linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua”. (BRASIL, 1998, p. 59). Pois verifica-se que o intuito de ampliar o domínio da língua está ligada não apenas ao ato de *ler*, *escrever*, mas também, a *expressar-se apropriadamente* em situações diversas. Ou seja, a de “[...] levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos”. (BRASIL, 1998, p. 19).

No que se refere a proposta geral para o ensino de Português, podemos observar que o foco está em uma concepção discursiva da linguagem, haja vista que, a reflexão linguística tem espaço garantido, tanto na compreensão da linguagem em si mesma, quanto às questões relacionadas ao domínio de *norma* frente à complexidade da variação linguística. Pois, trata-se de área específica, que se vincula aos conteúdos gramaticais, visto que estes representam a matéria de que se constituem as regras variáveis. Quanto ao tratamento da variação linguística, os PCNs argumentam:

Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguística [sic], geralmente associadas a diferentes valores sociais. Mais ainda, em uma sociedade como a brasileira, marcada por intensa movimentação de pessoas e intercâmbio cultural constante, o que se identifica é um intenso fenômeno de mescla lingüística, isto é, em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais. (BRASIL, 1998, p. 29).

Ao tratar de toda e qualquer variedade, o documento orienta:

Tomar a língua escrita e o que se tem chamado de língua padrão como objetos privilegiados de ensino-aprendizagem na escola se justifica, na medida em que não faz sentido propor aos alunos que aprendam o que já sabem. Afinal, a aula deve ser o espaço privilegiado de desenvolvimento de capacidade intelectual e linguística [sic] dos alunos, oferecendo-lhes condições de desenvolvimento de sua competência discursiva. Isso significa aprender a manipular textos escritos variados e adequar o registro oral às situações interlocutivas, o que, em certas circunstâncias, implica usar padrões mais próximos da escrita. (BRASIL, 1998, p. 30).

Nesse sentido, as orientações oficiais não se omitem em divulgar que a escrita é o que se convencionou chamar língua padrão, ou seja, a linguagem escrita é concebida como objeto privilegiado do ensino na escola. (*Ibidem*, 1998). Todavia, o ensino de Língua Portuguesa nas escolas, se baseia nas orientações curriculares. Assim sendo, os Parâmetros Curriculares

Nacionais, sugerem as orientações de que a prática de análise linguística se constitui um trabalho de reflexão sobre a organização do texto, resultado de opções temáticas e estruturais feitas pelo autor. Sob essa ótica, o texto deixa de ser o ponto de partida para se estudar “gramática”, e sua construção passa a ser objeto do ensino. (PCNs, 1998, p. 8).

Desse modo, fica claro que a construção da unidade textual, torna-se um estudo privilegiado na construção de sentido textual. E quanto a variação linguística propõe-se uma abordagem descritiva das diversas variantes linguísticas, respeitando a todas e promovendo a variante linguística padrão. Conforme as orientações, as variantes linguísticas não são classificadas como certas ou erradas, melhores ou piores, pois constituem sistemas linguísticos eficazes dadas às especificidades das práticas sociais e hábitos culturais das comunidades. Sendo assim, é papel fundamental da escola garantir a todos os seus alunos acesso à variante linguística padrão. Entretanto, é fundamental, também, o respeito à existência das diferentes variantes como prática essencial para o exercício da cidadania. (PCNs, 1998, p. 7-8).

Segundo Vieira (2017), os documentos oficiais, direcionam o ensino a partir de uma abordagem sociointeracionista da língua. Cujo, objeto de ensino privilegiado é o texto; o componente linguístico-gramatical, por sua vez, assume caráter instrumental. A autora, esclarece que os documentos oficiais reconhecem a legitimidade da variação linguística e assumem compromisso com o ensino da norma culta. Assim, as orientações oficiais preconizam um modelo de ensino baseado no tripé *uso – reflexão – uso*, envolvendo atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas. (VIEIRA, 2017, p.84).

Para Vieira (2017 p. 85-86), o ensino de língua deve trabalhar com gramática: i) considerando o funcionamento de recursos linguísticos em diferentes níveis (fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico-discursivo); ii) permitindo o acesso às práticas de leitura e de produção de textos orais e escritos, de modo a fazer o aluno reconhecer e utilizar os recursos linguísticos como elementos fundamentais à produção de sentidos; e, ainda, iii) propiciando condições para que o aluno tenha acesso a variedades de prestígio na sociedade, segundo os contínuos de variação (BORTONI-RICARDO, 2005), que configuram uma pluralidade de normas de uso sem desmerecer outras variedades apresentadas pelo aluno e/ou nos diversos materiais usados. Dessa forma, percebe-se que a maior parte das questões relacionadas aos temas gramaticais trabalha o eixo da gramática e produção de sentidos, eixo de inegável importância ao ensino. No entanto, esse estudo, se limita ao nível macroestrutural do texto, restringindo-se a basicamente dois grupos temáticos a coesão e retomada referencial.

Contudo, a prática docente permite constantes reflexões sobre o que se deve ensinar, principalmente em se tratando do ensino do Português, pois tal ensino requer entendimento sobre termos como *variedades*, *normas*, *norma padrão*, *norma culta* etc., e acompanhamento no campo da Linguística, para que possamos alcançarmos um ensino coerente e eficaz, conforme os avanços linguísticos. Segundo Labov (2008 [1972]), julgamos importante o conhecimento de que o uso da língua é inerente à ocorrência de formas e expressões que naturalmente variam e se modificam, conforme explica a Sociolinguística Laboviana (WEINREICH, LA-BOV & HERZOG, 1968; LABOV, 2008 [1972]).

Conforme Santana (2016), o ensino da língua permite:

Expressar ou ocultar um sujeito ou um objeto direto em uma oração, retomar um termo já mencionado por meio de um pronome clítico ou por outro sintagma nominal, expressar ou não a marca de concordância verbal, por exemplo, são maneiras distintas de “dizer o mesmo”, formas variantes de nos referirmos a determinado termo, as quais são utilizadas pelos falantes a partir de motivações internas e/ou externas ao sistema da língua. Trata-se de variantes de determinados fenômenos linguísticos (o preenchimento do sujeito; o preenchimento do objeto direto; a aplicação da regra de concordância, entre tantos outros), que se concretizam de maneira natural na língua em uso. O estudo de fenômenos variáveis, portanto, faz parte do processo de ensino-aprendizagem da língua, constituindo um eixo bastante valioso para nossas aulas de Português. (SANTANA, 2016, p.24).

Nesse sentido, Santana (2016) desenvolveu o estudo de um fenômeno específico: a expressão do acusativo anafórico de terceira pessoa no Português do Brasil com o objetivo de correlacionar dados da realidade linguística já descrita cientificamente sobre tal fenômeno ao tratamento a ele dispensado no contexto escolar, para perceber como se dá o ensino-aprendizagem do preenchimento do objeto direto anafórico de terceira pessoa como fenômeno gramatical variável, e observando, que norma de uso seria incorporada ao ambiente escolar. A autora entrevista duas professoras da rede pública de ensino e analisa os materiais didáticos que elas utilizam em suas aulas, como também, a produção textual escrita de seus alunos. Segundo Santana, a análise das entrevistas feitas com as docentes permitiu ponderar sobre a concepção de norma e variação que apresentaram, além das particularidades acerca do objeto direto anafórico de terceira pessoa, fenômeno especificamente investigado, por ela.

Para Santana (2016), tal análise, seguida dos dados verificados nas redações dos estudantes,

[...] conduziu a um contraponto entre os resultados da produção textual escrita discente e as considerações conferidas pelas docentes a respeito dos

aspectos envolvidos no ensino de fenômenos variáveis; contraponto este que viabilizou algumas reflexões sobre e para o ensino de Português. Na tentativa de (re) pensar o espaço em que se inserem as normas de uso do Português do Brasil no ambiente educacional, tomemos, então, o referido fenômeno do acusativo anafórico de terceira pessoa como exemplo e ponto de partida para nossa discussão. (SANTANA, 2016, p. 25).

Segundo informam estudos sociolinguísticos (cf. DUARTE, 1986; FREIRE, 2005, entre outros), as variantes de retomada anafórica do acusativo de terceira pessoa hoje utilizadas no PB (aqui exemplificadas com dados oriundos do *corpus* da referida pesquisa) são:

- a) o pronome clítico, em geral, a variante de maior prestígio social, considerada pela norma padrão:
 - (1) **Margo**_i descobriu que seu namorado **a**_i traía com sua “AMIGA” e ela decide se vingar;
- b) o pronome lexical, originalmente nominativo, porém expresso em função acusativa, que é a forma de menor prestígio social, por vezes estigmatizada:
 - (2) todos os dias a mãe do **Luiz**_i levava **ele**_i para o treino de futebol;
- c) o sintagma nominal, considerado uma estratégia de “esquiva” (cf. TARALLO, 1993; SILVA, 1993) tanto ao uso do clítico acusativo, distanciado do vernáculo brasileiro, quanto ao uso do pronome lexical, socialmente estigmatizado:
 - (3) logo após de ter se apaixonado por Cam, **Lu**_i descobriu que ele era um anjo caído e que estava na terra para cumprir uma missão, que era salvar **a bondosa menina**_i da sua morte;
- d) o objeto nulo, que é a estratégia preferida dos brasileiros, sobre tudo, em contextos de oralidade:
 - (4) uma vez a mulher deixou o **celular**_i de boqueira e o homem pegou □_i para mexer;
- e) o pronome demonstrativo, que em geral retoma um objeto proposicional:
 - (5) Mia dizia [**que não e que isso era muito importante pra ela e que não queria que ninguém o tocasse**]_i. Ela dizia isso_i até mesmo para sua melhor amiga.

Nesse sentido, os estudos indicam que o pronome clítico é a forma de maior prestígio social, muito em função da influência advinda do Português Europeu, para o qual se configura como uma expressão vernacular. Em se tratando do pronome lexical, este, se aproxima do vernáculo brasileiro, pois é mais frequente em contextos de oralidade, ou seja, na

fala mais espontânea. E o sintagma nominal anafórico e o objeto nulo *que pertence ao vernáculo do PB* se apresentam como estratégias neutras, tanto na oralidade, como na escrita, e estas não carregam o prestígio associado à forma padrão.

De acordo com Santana (2016), as formas de retomada do objeto direto têm seu uso motivado por fatores linguísticos *internos ao sistema da língua* e extralinguísticos *externos sociais*. Assim, com a análise dos dados de redações escolares, percebe-se que determinados usos no *corpus* investigado, além da escrita formal, de competência escolar, a avaliação das docentes tinha caráter de avaliação explícita em suas correções, e, também, a avaliação que nasce a partir da percepção das professoras sobre as variantes, junto a sua concepção de norma e variação, que permeia todo o processo de ensino-aprendizagem.

No que se refere à forma padrão e às variantes não padrão, Santana (2016) diz que:

[...] o trabalho com o fenômeno do objeto direto anafórico de terceira pessoa se limitaria ao contraste entre o clítico acusativo e o pronome lexical, enquanto o primeiro seria a forma padrão, “correta”, almejada no ensino de Português, e o segundo representativo dos contextos de informalidade e oralidade do uso cotidiano, o qual não encontra espaço significativo no ambiente escolar. Ao que parece, objetiva-se apenas a forma padrão, sem que sejam explicitamente aludidas e trabalhadas também as formas “neutras” (objeto nulo e SN anafórico), tão utilizadas no PB, e a forma estigmatizada (*ele* acusativo), natural ao nosso sistema linguístico. Do contrário, caso encontrassem espaço nas salas de aula, essas variantes poderiam contribuir para uma aproximação entre o aluno e sua língua como objeto de estudo, facilitando e abrindo o caminho para o aprendizado de formas mais distantes do vernáculo brasileiro, como o clítico acusativo. (SANTANA, 2016, p.32).

Nesse sentido, os resultados da análise quantitativa das redações em questão, mostraram que as variantes utilizadas pelos alunos das docentes entrevistadas em sua produção textual escrita, no geral, corroboraram o que a literatura vem evidenciando acerca da escrita de estudantes brasileiros, pois, conforme Santana (2016), à medida que o nível de escolaridade aumenta, diminui a taxa de uso da variante pronome lexical *encontrei ele* e cresce a ocorrência do pronome clítico *encontrei-o*. Assim, considerando a análise da produção escrita do último ano do Ensino Fundamental, verificou-se o baixo índice da variante estigmatizada e a frequência mais significativa da variante considerada padrão no *corpus* analisado. Conforme apresenta Santana (2016):

De um total de 657 dados de acusativo anafórico de terceira pessoa encontrados nas redações, 42,6% representam usos de sintagma nominal anafórico. O clítico acusativo, embora distante do vernáculo brasileiro, foi a segunda estratégia mais utilizada pelos alunos cursando o último ano do Ensino Fundamental (29,8%). O objeto nulo, com uma frequência de uso também

significativa, aparece em terceiro lugar com 19,2% dos dados. Excluindo-se a variante pronome demonstrativo, somente utilizada na retomada de antecedentes proposicionais (2,1% dos dados), o pronome lexical seria a forma menos utilizada, em apenas 6,2% do total de acusativos anafóricos, confirmando seu caráter de pouco prestígio. (SANTANA, 2016, p. 33).

Dessa forma, percebe-se a frequência mais expressiva do SN anafórico, que alcançou quase metade do total de ocorrências de acusativo anafórico encontradas, corroborando com o uso dessa variante como uma estratégia de esquiva às variantes mais marcadas socialmente – o prestígio do clítico acusativo e o estigma do pronome lexical.

No entanto, há uma questão relevante acerca do predomínio do SN anafórico no *corpus* analisado. Nesse estudo, foram verificadas três formas distintas de uso do sintagma nominal, que são o *SN idêntico*, expressão nominal exatamente igual ao termo antecedente, como mostra o exemplo em (6); o *SN semelhante* – com apenas o núcleo do sintagma idêntico ao do antecedente, como em (7); e o *SN sinônimo* – expressão nominal totalmente modificada, como exposto em (8), veja:

- (6) Lucas entrou na água para salvar **as meninas**_i; seus colegas vieram e ajudaram ele a salvar **as meninas**_i;
- (7) Ele morava sozinho e tinha **vários amigos**_i. Quando eles precisavam de ajuda, Ivo sempre dava um jeito de ajudar **os seus amigos**_i;
- (8) O pai da menina_i, no passado, teve um caso com a fada Malévola, que não estava contente em ver **seu amado**_i com outra.

Toadavia, como foi mencionado nesse estudo, há fatores internos e externos à língua que motivam a escolha por uma das formas em variação, uma vez que as variantes clítico acusativo e pronome lexical se manifestam como as formas mais *marcadas* socialmente como mostra os exemplos abaixo. Assim sendo, o contexto mais favorável ao emprego do clítico acusativo foi a retomada de antecedentes animados, como ilustra o exemplo (9), em seguida, aparece a retomada de sintagmas nominais, ao invés de antecedentes oracionais, com um favorecimento ao uso do clítico. A retomada de antecedentes oracionais, por sua vez, desfavoreceu o emprego dessa variante, isso colabora com o fato de que o uso do clítico com referência a antecedentes proposicionais, como exemplificado em (10) – único dado representativo desse contexto encontrado no *corpus* – foi o primeiro a praticamente desaparecer no português brasileiro (cf. CYRINO, 1996, 1997):

- (9) Quando a menina_i se aproximou, a bruxa **a**_i puxou pelo braço e foi com ela para sua casa (a casa 23) (Redação 142, escola 2, sexo masculino);

- (10) Frustrado por ter seu nome sujo, Jack sabia que ninguém jamais [o contratária de novo]_i. E não **o_i** fizeram (Redação 159, escola 2, sexo masculino).

Todavia, como foi mencionado nesse estudo, há fatores internos e externos à língua que motivam a escolha por uma das formas de variação, uma vez que as variantes clítico acusativo e pronome lexical se manifestam como as formas mais *marcadas* socialmente como mostram os exemplos abaixo. Assim sendo, o contexto mais favorável ao emprego do clítico acusativo foi a retomada de antecedentes animados, como ilustra o exemplo (9), em seguida, aparece a retomada de sintagmas nominais, ao invés de antecedentes oracionais, com um favorecimento ao uso do clítico. A retomada de antecedentes oracionais, por sua vez, desfavoreceu o emprego dessa variante, colaborando com o fato de que o uso do clítico com referência a antecedentes proposicionais, como exemplificado em (10) – único dado representativo desse contexto encontrado no *corpus* – foi o primeiro a praticamente desaparecer no português brasileiro (cf. CYRINO, 1996, 1997).

Para a definição de distância *perto* e *longe*, a autora adotou nessa pesquisa, medida a distância estrutural de cinco orações entre o termo antecedente e o acusativo anafórico. Nesse sentido, a curta distância estrutural entre o antecedente e o acusativo anafórico favoreceu o uso do clítico, exemplo (11), enquanto a distância mais extensa entre os termos dificulta que a retomada seja feita por um pronome clítico (12). Dessa maneira, a retomada de um antecedente que exerce a mesma função sintática do acusativo anafórico (13) é mais favorável que a referência a um antecedente com função sintática diferente (14). Já a última variável selecionada pelo programa revelou que a única estrutura favorável ao clítico acusativo é a construção simples S V OD, com peso relativo 55, como em (15):

- (11) Achou que o lencinho_i era dele e guardou-o_i, cumprimentou as moças e voltou a ler o seu livro (Redação 152, escola 2, sexo masculino);
- (12) Então foi à procura de novas flores_i que estavam no planeta terra. / Ao chegar em seu destino, o Pequeno Príncipe não ficou muito feliz. Quando olhou ao seu redor, ele viu **as flores_i que tanto queria**, mas não como imaginava... (Redação 079, escola 1, sexo feminino);
- (13) (Toda vez que alguém ousava em pedir pra ler o diário_i, Mía dizia que não e que isso era muito importante pra ela e que não queria que ninguém **o_i** tocasse (Redação 006, escola 1, sexo feminino);

- (14) Com o passar do tempo, Sheldon_i foi melhorando, achou uma fazenda aonde podia achar ouro. O homem negro que socorreu ele_i trabalhava lá. (Redação 220, escola 2, sexo masculino);
- (15) Com 4 meses de namoro David fala que ainda gosta dela e que nunca a traiu e pede para voltar (Redação 161, escola 2, sexo feminino).

Dessa forma, embora no estudo a variante pronome lexical demonstrasse valores mais altos de condicionamento, que se trata de uma forma bastante natural ao sistema do PB, nesse trabalho o seu desprestígio social, também, faz com que esta seja a forma menos aceita, enquanto que o clítico, variante mais distante do vernáculo brasileiro, considerada padrão, apresenta a variável escola como relevante, o que evidencia a influência escolar em prol de seu uso, assim, o pronome lexical indicou a correção como grupo de controle de maior relevância, comprovando seu caráter de variante marcada negativamente.

Em se tratando do uso do objeto nulo, apenas 5 do total de seus dados não foram aceitos pelas professoras. Estes se referiam a antecedentes humanos e específicos, contextos em que o objeto nulo é menos frequente no PB, como mostra o exemplo (20):

- (20) Ela começou a pedir para a menina parar, mais ela nunca parava, deu um tempo na verdade anos e achou que nunca mais ia ver a menina_i novamente mais viu □_i no shopping, mais sozinha e encarando ela (Redação 052, escola 1, sexo feminino; corrigido para “a viu”).

As pesquisas de Santana (2016) promovem um paralelo entre os resultados da análise das redações escolares dos estudantes e as entrevistas com as professoras, que nos permite observar que há um índice evidente referente ao ensino do Português padrão, em relação as demais formas em variação, bem como as entrevistas demonstram ser esse o maior objetivo do trabalho com a gramática na escola, ou seja, conseguir que o aluno compreenda e utilize as estruturas sugeridas no modelo da norma-padrão.

Contudo, percebe-se que ensinar gramática na escola é ensinar a operar com nossa estrutura linguística, para que se possa compreender e saber utilizar com propriedade as possibilidades do nosso sistema linguístico. Porém, não se pode confundir o ensino de gramática em geral com o ensino de normas apenas. Pois quando se propõe a tratar o conhecimento de normas e fenômenos variáveis, é preciso compreender que a variação linguística existe no uso cotidiano da língua, haja vista que a escola é o ambiente que mais faz parte do cotidiano dos alunos. Sendo assim, como não considerar toda a variação que o ambiente escolar oferece, e nesse contexto, incluir o ensino das variantes que mais se

aproximam da realidade dos alunos, como também dos professores. E assim, levar alunos a compreender no espaço sala de aula que há motivos, internos e externos ao sistema linguístico, e que estes, influenciam determinadas formas nos mais variados contextos, e isso leva a perceber o modo como as variantes se manifestam naturalmente na língua. Desse modo, a escola vai poder proporcionar ao aluno um aprendizado que o leve à condição de estudante, de questionador/investigador dos fenômenos linguísticos, de modo que ele não vai apenas decorar regras, mas refletir sobre a língua e seu uso.

Portanto, o objetivo da escola em conjunto com os professores de Português, como vimos nessa pesquisa, não se trata apenas de promover o aprendizado de formas de maior prestígio consideradas corretas, ou seja, o de ensinar uma norma padrão. É preciso considerar que as variedades/normas cultas ocupam um lugar especial no ensino, priorizando ainda o domínio sobre formas que exijam maior elaboração e controle linguístico, variantes formais das modalidades orais e escritas. E esse é o papel da escola promover o ensino que vai além, do ensino da norma padrão, ou seja, das normas linguísticas de uso, dos temas gramaticais, que contemplem toda essa heterogeneidade, e, assim, possa atrair e estimular a curiosidade de nossos alunos a partir da abordagem reflexiva da gramática.

Com base nos estudos realizados, propomos, no próximo capítulo, a descrição e análise do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé, com o intuito de verificar, na comunidade linguística quilombola, o progresso dessa possível mudança linguística em curso, uma vez que os autores aqui estudados mostram que a variável dependente do objeto direto anafórico é mais um fenômeno que se encontra em variação. Sendo possível de ser descrita e analisada sistematicamente.

Dentre os inúmeros fenômenos variáveis do PB, temos como objetivo geral neste trabalho analisar, à luz da Sociolinguística Variacionista qualitativa, as ocorrências do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas do município de Poconé-MT. Unido ao nosso objetivo geral, temos três específicos, quais sejam, descrever as variantes do objeto direto anafórico; analisar os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciam as ocorrências da variação desse fenômeno na comunidade de Poconé; e caracterizar a apropriação mais expressiva de uma das variantes do objeto direto anafórico, encontrados no *corpus* analisado; e dessa forma, verificar como está se desenvolvendo a mudança linguística na referida comunidade, observando outras pesquisas realizadas em outras regiões brasileiras, como os estudos de Cyrino(1999), Duarte (1986), entre outros.

Temos a expectativa de que este trabalho poderá contribuir com estudos sobre a variação linguística do português brasileiro e com as línguas de contato como no *corpus*

analisado, que estuda a língua falada de afrodescendentes, moradores do quilombo em Poconé-Mato Grosso.

Nesse sentido, os estudos linguísticos apontam que a mudança na sintaxe pronominal resulta, dentre outros fatores, na perda do clítico acusativo, substituído por outras estratégias, como: categoria vazia [cv], pronome tônico [ele e suas flexões] e sintagmas nominais.

2.6.1 A coleta de dados na comunidade quilombola de Poconé

Esta pesquisa descritiva toma como *corpus* 13 (treze) entrevistas gravadas, transcritas e cedidas, como dissemos anteriormente, pelo banco de dados do professor Dr. Antonio Carlos Santana de Souza, junto com o professor Joachim Steffen (UNA). É importante ressaltar que os dados coletados foram registrados em entrevistas gravadas, por ser a melhor opção de armazenamento para análises de pesquisa documental. As narrativas dos informantes foram registradas em áudios com a duração mínima de 30 e máxima de 50 minutos. Posteriormente, as narrativas foram transcritas grafematicamente, sem correção gramatical.

Os entrevistados são afrodescendentes moradores nativos do município de Poconé, no Estado de Mato Grosso. A comunidade quilombola de Poconé é formada por grandes famílias, normalmente todos se conhecem. Conforme estudos, os entrevistados mantêm a cultura e as tradições do seu povo. Os informantes selecionados para realização da pesquisa são da área urbana de Poconé.

No total, o *corpus* foi constituído por 13 (treze) entrevistas, realizadas com quilombolas do município de Poconé-MT, destas foram selecionadas as ocorrências das variantes do objeto direto anafórico, que formam um material possível de análise dos aspectos relativos aos usos linguísticos mais recorrentes no falar poconeano dos informantes.

Dessa forma, sob os aportes da Sociolinguística Variacionista, vamos investigar, analisar e sistematizar um fenômeno linguístico da fala popular, de acordo com princípios que subjazem a uma cuidadosa descrição linguística, através dessa abordagem, que reconhece a língua como heterogênea, ao mesmo tempo em que nos permite examinar a co-variação entre fenômenos linguísticos e sociais, estabelecendo uma relação de causa e efeito.

Com base no modelo laboviano de análise linguística, que permite compreender que as estruturas variantes revelam padrões de regularidade que não podem ser devidos ao acaso, serão controlados neste estudo fatores linguísticos e extralinguísticos (sexo, idade e escolaridade) que poderão estar condicionando ao fenômeno estudado.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO FALAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE POCONÉ

Apresentamos neste capítulo a análise e a descrição das variáveis objeto direto anafórico (ODA) encontradas nessa comunidade quilombola, os dados coletados para esta pesquisa são de informantes quilombolas do município de Poconé, Mato Grosso.

3.1 A Transcrição dos Dados – Seleção do corpus

Para a análise dos dados, fizemos a leitura das falas dos informantes, procurando destacar as ocorrências de objeto direto anafórico (ODA), procurando identificar a sua forma variante no *corpus* analisado. Após todas as ocorrências digitadas e verificadas para a credibilidade dos resultados, de posse da somatória de cada variante em específico, fizemos os cálculos de porcentagem e construímos as tabelas representativas, que apresentamos mais adiante.

Conforme Cavalcante *et al.* (2010), a perspectiva atual de referenciação muito se distancia da noção de referência difundida nos anos de 1980, que tinha influência de uma orientação de análise transfrástica, em que os elos coesivos eram associados a formas linguísticas que se manifestavam na superfície textual. Entretanto, a Linguística Textual entende como referente a construção e reconstrução de “[...] objetos de discursos produzidos de formas conjuntas, negociada, e, ao mesmo tempo, representada na mente dos participantes da enunciação”. (CAVALCANTE *et al.*, 2010, p. 235).

Levando em consideração o conceito de texto como unidade sócio-comunicativa, que ganha existência dentro de um processo interacional, que é comum a textos escritos e falados. Assim, nessa perspectiva sociocognitiva e interacional, a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes, quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. (KOCH, 2005,64). Diante do exposto, se faz necessário trazermos novas reflexões e autores, como Koch e Elias (2013), Marcuschi (2003), para refletirmos sobre texto, referenciação e assim construirmos conhecimento. Pois, de acordo com (KOCH, 2005, p. 75), A linguística textual, como toda e qualquer ciência, tem evidentemente os seus limites. Sendo assim, sua preocupação maior é o texto, haja vista que este acaba envolvendo, todas as ações linguísticas, cognitivas e sociais envolvidas em sua organização, produção, compreensão e funcionamento no seio social. Nesse sentido, a referenciação é o ponto de partida para os estudos de Koch e Elias (2013, p.75), afirmam que referenciação constitui uma atividade discursiva. Todavia, o processo de referenciação é uma

das formas de se estabelecer coesão em um texto, pois este se pauta no resgate anafórico ou na projeção catafórica, bem como no processo interativo com o texto. Nesse sentido, a coesão é entendida como a operação que responde, do ponto de vista textual, pela organização das unidades linguísticas do texto e pela conservação das informações nele contidas. A fala e o texto escrito não se constituem apenas numa sequência de palavras ou de frases. Tendo em vista a série de enunciados ditos ou escritos que forma uma corrente que vai além da sequencialidade.

Segundo Marcuschi (2003, p. 16), a construção do mundo comunicado é sempre fruto de uma ação cognitiva e não de uma identificação de realidade discretas apreendidas diretamente. Nesse sentido, a referenciação é uma atividade criativa, em que os sujeitos realizam sociocognitivamente. Dessa forma, entende-se também, que a referenciação está interligada à sociocognição e ao discurso. Ou seja, ela é sentida como uma atividade discursiva, concretizada sociocognitivamente pelo sujeito falante que, através de suas escolhas, (Re) constrói os objetos discursivos por meio de processos de interação. (KOCH e ELIAS, 2013, p.61).

Koch e Elias (2013, p. 35), apresenta a estratégia por - Retomada (manutenção): ocorre quando um “objeto” já presente no texto é reativado por meio de uma forma referencial, mantendo-se em foco o objeto-de- discurso, usada para a (re) construção dos referentes textuais. Os referentes podem ser modificados ou expandidos, e, durante todo o processo de compreensão, o leitor cria uma sequência representativa que lhe dará informações acerca de categorizações e avaliações dos referentes, o que o auxiliará na interpretação do texto.

Para Koch e Elias (2013, p. 69), o mecanismo por meio do qual se aponta para elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir deles se denomina anáfora. As autoras mostram que existem dois tipos de anáfora, a direta ou correferência e a indireta. A anáfora direta corresponde às ocorrências em que o referente é mais facilmente identificado e recuperado, estabelecendo uma relação de correferência entre o elemento anafórico e o seu antecedente “[...] seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado”, como postula Macuchi (2005, p. 55). Já a anáfora indireta, se caracteriza, conforme Cavalcante et al. (2010), a partir da estratégia referencial de associação a qual é geralmente constituída por expressões interpretadas de forma implícita, isto é, sem corresponder a um antecedente direto no texto, ou seja, seu sentido depende dos conhecimentos partilhados pelos interlocutores, dessa forma, mantendo uma correlação de sentido. Quanto a estratégia de retomada abordada por Koch e Elias (2013, p. 83-84) retrata, a operação responsável pela manutenção do foco em

objetos já introduzidos, dando origem às cadeias referenciais responsáveis pela progressão referencial do texto. As expressões nominais referenciais desempenham funções cognitivo-discursivas importantes no processo de retomada, dentre as quais destaca-se a ativação/reativação na memória. Quando a remissão se dá a partir de elementos já mencionados, as expressões nominais são ativadas na memória do interlocutor. Assim sendo, de acordo com (KOCH, 2005, p. 35)²³ as formas remissivas gramaticais livres que não acompanham um nome, mas podem fazer remissão a um ou mais constituinte do universo textual. E as formas remissivas lexicais que trazem instruções de conexão e significado extensional. (KOCH, 2005, p.35).²⁴

Face ao exposto, a pesquisa a ser desenvolvida tem por objetivo geral: analisar, à luz da Sociolinguística Variacionista qualitativa, as ocorrências do objeto direto anafórico no *corpus* de análise. Como também os objetivos específicos consistem em descrever as variantes do objeto direto anafórico, analisar os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciam as ocorrências da variação desse fenômeno na fala dos quilombolas de Poconé.

3.2 A variante do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé

Conforme mostra a tabela 4, podemos visualizar de forma geral, os resultados das variantes do ODA como *objeto nulo*, *pronome lexical*, *sintagma nominal* e *palavra lexical*, encontradas no estudo realizado a partir da fala dos quilombolas de Poconé.

Tabela 4 - Variante do Objeto Direto Anafórico (ODA) na fala dos quilombolas de Poconé-MT

Variantes	Ocorrências	%
Clítico acusativo	0	0,0
Objeto nulo	47	35,61
Pronome lexical	36	27,27
Sintagma nominal	32	24,24
Palavra lexical	17	12,88
TOTAL	132	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

²³ Segundo Koch (2005), as formas remissivas gramaticais livres são os pronomes pessoais de 3ª pessoa, pronomes substantivos: demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos, numerais (que incluem os ordinais, multiplicativos, fracionais) e os advérbios pronominais.

²⁴ Para Koch (2005), as formas remissivas são: expressões ou grupo nominais definidos, nominalizações, expressões sinônimas ou quase sinônimas, hiperônimos ou indicadores de classe

Podemos observar na tabela 04 que o *clítico acusativo* está em desuso na comunidade estudada, não houve nenhuma ocorrência no *corpus* que analisamos, bem como podemos visualizar que houve muitas variações do objeto direto anafórico, em que predomina o *objeto nulo* 35,61%, seguidos de *pronome lexical* com 27,27%, *sintagma nominal* 24,24% e *palavra lexical* com 12,88%.

No nosso *corpus*, encontramos um total de 132 ocorrências de objeto direto anafórico. Percebemos que os falantes se sentem mais à vontade com o uso das variantes *objeto nulo*, *pronome lexical*, *sintagma nominal* e *palavra lexical*. No nosso estudo, apareceram variantes que ainda não haviam sido descritas na literatura, que aqui denominamos de *palavra lexical*, como mostraremos no próximo item, mesmo porque como diz Marcuchi (2003), a referência é uma atividade criativa entre os sujeitos; no nosso caso, o Objeto Direto anafórico, também, pressupõe sofrer modificações, alterações criativas nas relações sociocomunicativas e de interação.

3.3 Fatores linguísticos

Como pudemos ver na tabela 4, a mudança da sintaxe do português brasileiro tem sido impulsionada, dentre outros fatores, pela variação do ODA com a expansão do *objeto nulo*, *pronome lexical*, *sintagma nominal* e *palavra lexical*. Neste item vamos explicitar alguns casos encontrados no nosso *corpus*:

(a) Objeto nulo: A variante *objeto nulo* do objeto direto anafórico como mostram os casos (1), (2), (3), (4) e (5) aparecem em várias ocorrências em uso no *corpus* analisado, também apresentou o maior número de ocorrências, um total de 35,61%:

- (1) *Vem muita gente de fora (OD)*. Tudo e quanto é país. Nós só *perdemo* (- *gente de fora*) $\emptyset$ por caso de não ter um lugar pra receber (*los*) $\emptyset$.
- (2) *Acho que na cidade* (- *vive melhor*) (OD) né, porque eu sempre morei *na cidade* (SN) né... Assim de comodidade né, que a gente vê *essas turma da zona rural* (OD), (- *eles*) $\emptyset$ tem mais coragem, (-*eles*) $\emptyset$ ánda tem vez 15 km pra ir na missa né, e lá tem mais... (- *eles*) $\emptyset$ sofre mais né...
- (3) *Tem* (-*rezadeira, benzedeira ou mãe de santo*) (OD), muitas $\emptyset$ assim, quando tem alguma pessoa que não tá bem de saúde vai pra $\emptyset$ fazer oração para cura [...] aqui nenhum posto de saúde *tem médico* (OD), têm tudo esperando $\emptyset$, sabe nem quando vem $\emptyset$. [...] uma médica daqui *passou um remédio errado* (OD) pra uma dona, a muíé (-tomou o remédio) $\emptyset$ quase morreu

- (4) Memo na mea igreja memo *tem bastánte djente* **(OD)**, (-gente) $\emptyset$ que num é daqui de Poconé, (-gente) $\emptyset$ que mora aqui já, né

Em outras palavras, os quilombolas de Poconé fazem a remissão do ODA por meio de uma categoria vazia (CV), como tem sido mostrado em várias pesquisas da área, aqui no Brasil. A ausência dessa categoria vazia, entretanto, não compromete a compreensão do sentido na comunicação, uma vez que o interlocutor pode recuperar a forma implícita e interpretar, uma vez que o sentido depende dos conhecimentos partilhados entre os sujeitos da interlocução.

(b) Pronome lexical: No nosso *corpus*, o pronome lexical aparece em segundo lugar, com um percentual de 27,27%. Esse percentual se assemelha às demais pesquisas mencionadas no capítulo anterior que essa variação aparece, geralmente, em segundo lugar. Ela é bastante significativa.

É importante dizer que os pronomes substantivos (KOCH, 2005) são formas remissivas gramaticais livres, que são utilizadas para fazer remissão a um ou mais constituintes do universo textual que são os demonstrativos, possessivos, indefinidos, relativos e numerais. Nesse sentido, podemos dizer que os pronomes substantivos podem surgir como variantes do ODA, como nas ocorrências que seguem.

Nessa compreensão, encontramos dois tipos de pronomes. Os pronomes pessoais da terceira pessoa, como podemos ver nas sentenças em (05) e (06). E os pronomes substantivos como os demonstrativos, possessivos, relativos, indefinidos e os numerais. Assim, encontramos um grupo preposicionado formado pela preposição “de” e pelos pronomes pessoais de terceira pessoa como “dele, dela, deles e delas”, a exemplo das sentenças (07) e (08), que são considerados possessivos. Localizamos usos de demonstrativos como “isso” e “esse” e relativo como “que”, conforme pode-se observar nas sentenças (09), (10) e (11). Além desses, localizamos também o uso de indefinidos e numeral como nos exemplos (12) e (13):

- (5) [...] que eu *faço tratamento co’a psiquiatra* **(OD)** eu mostrei pra *ela* **(Pronome Lexical)**. *Ela* **(Pronome lexical)** falou “ah nôm, cê nôm *vai tomá esse remédio* **(OD)** já faz muito tempo que djá saiu não uso mais(s)”,
- (6) *Conheci* **(-pessoas de fora)** **(OD)** através até da festa aqui, que vem pessoas diferente né. Tem que tratar *eles* **(pronome lexical)** muito bem né, porque se vem procurá a gente é porque acham que a gente, vai fazê, vai tratá *eles* **(pronome lexical)** bem né.
- (7) Já vi muito *rezá* **(OD)**... mai num sei nenhum *deles* **(pronome lexical)**.

- (1) Os mais velho; os mais jovem *tá dexándo (-os costumes e as tradições)* **(OD)** porque eles atcha que é *tempo antigo* (SN) né, eles querem tá no *tempo deles(s)* **(pronome lexical)** né.
- (2) Olha, geralmente assim, o que eu *to acostumado a fazer é o laço* **(OD)**, no final de semana. *Esse (-fazer o laço)* **(Pronome Lexical)** é o meu final de semana mesmo, eu não sei o resto do pessoal, mas o meu final de semana é *esse* **(Pronome Lexical)**
- (3) (-Em Poconé há tradição de) Benzê sim, até eu mesmo já *benzi peito aberto* **(OD)**, *isso* **(Pronome lexical)** daí tem, eu conheço.
- (4) *Custuma (-apelidar)* **(OD)**. Agora es(s) *invetaru uma moda* **(OD)**, *que* **(Pronome lexical)** os poconeano é capivara né (risos).
- (12) Dança dos mascarados é uma dança que só pode, só tem homem (OD). E *metade* **(Pronome lexical)** veste de homem, *metade* **(Pronome lexical)** de mulher.
- (13) Sempre tem (-turistas) (OD). *Muitos* **(Pronome lexical)** vão direto pro pantanal mas(s) *muitos* **(Pronome lexical)** passa por aqui. Olha, do Brasil inteiro até do exterior tem *muitos* **(Pronome lexical)** que vem, do exterior vem bastante.

Nas sentenças (12) e (13), encontramos as variações constituídas pelos termos “metade” e “muitos”, que são remissivos. Eles remetem ao OD para atribuir sentidos. Em (12), podemos ver que o pronome substantivo “metade” é um numeral fracionário, que remete ao OD “uma dança que só tem homens”, para dizer que parte deles veste de homem e outra parte veste de mulher. O mesmo ocorre com o exemplo (13), em que o pronome substantivo indefinido “muitos” remete ao OD.

(c) Sintagma nominal: o nosso *corpus* apresentou um índice de 24,24% de ocorrências de *sintagma nominal*. Um índice considerado alto, tendo em vista que o *corpus*, em análise, trata-se de oralidade e não de textos escritos. Essa categoria apresentou porcentagem significativa das ocorrências, um percentual muito próximo das ocorrências do pronome lexical, que atingiu 27,27%.

Santana (2016), em sua pesquisa realizada com estudantes do ensino fundamental em textos escritos, encontrou três formas distintas de uso do sintagma nominal que são: o **SN/idêntico**, expressão nominal exatamente igual ao termo antecedente; o **SN/semelhante** – com apenas o núcleo do sintagma idêntico ao do antecedente; e o **SN/sinônimo** – expressão

nominal totalmente modificada. No nosso *corpus*, também encontramos estas três formas, como podemos ver em (14), (15) e (16):

- (14) [...] as bebidas são os licores das festas né, [...], *tem licor de pequi* **(OD)**, *licor* **(SN/idêntico)** de figo, *licor* **(SN/idêntico)** de jabuticaba, *licor* **(SN/idêntico)** de leite, sôm essas(s) bebidas(s) aí [...]
- (15) Poconé hoje já *exis(s)te os grupos que fazem esse resgate cultural mes(s)mo* **(OD)** e a gente vê que os(s) vindouros(s) es(s)tão participando desses(s) *grupos(s)* **(SN/semelhante)** procurando não deixar né findar o que os antigo nos deixaram.
- (16) (-Eu gosto de morar) Na cidade. Eu já *tive a experiência de morar no campo* **(OD)**, porque eu não gosto da *zona rural* **(SN/sinônimo)**

Como podemos ver em (14), o sintagma nominal repete o mesmo termo “licor”, usado no Objeto Direto. Em (15), o sintagma nominal é considerado semelhante porque repete apenas o núcleo do OD, no caso a palavra “grupos”. No exemplo (16), podemos ver um sintagma nominal constituído por sinônimo, a palavra “zona rural” que remete ao atencedente “no campo”.

Além desses três tipos de variações, o nosso *corpus* apresentou uma outra categoria, que denominamos de *Palavra Lexical*. Vamos explicitar a seguir.

(d) Palavra Lexical: além das ocorrências – *objeto nulo, pronome lexical e sintagma nominal* – encontramos ocorrências constituídas por *palavra lexical*, que são as variações do ODA que aparecem em ocorrências com formas remissivas lexicais que além de trazerem conexão, agregam valor semântico como: os **hiperônimos** nas sentenças (17) e (18); os **hipônimos** (19) e (20); as **expressões quase sinônimas** em (21) e (22).

- (17) Nós participamos mais(s) das(s) rezas de santo. Sempre *tem as(s) novenas* **(OD)**. Sempre nessas *feira de santo* **(PL/hiperônimo)**, [...] as bebidas são os licores das festas né, [...], *tem licor de pequi* **(OD)**, licor de figo, licor de jabuticaba, licor de leite, sôm essas(s) *bebidas(s)* **(PL/hiperônimo)** aí [...]
- (18) Aqui na realidade era pra chamar Sôm João Del Rey, mas(s) como nós *tínhamos uma tribo dos Beri-Poconhés* **(OD)**, aí dizem que mudou o nome por causa dessa *tribo indígena* **(PL/hiperônimo)** que habitava aqui.
- (19) *Ixisti bastante (-festejo religioso)* **(OD)**, *feira de São Benedito* **(PL/hipônimo)**, *Espírito Santo* **(PL/hipônimo)**. [...] quando tchega entra junho já é *feira de Sôm*

Binidito (PL/hipônimo), tem a cavalgada (PL/hipônimo), tudo esse (Pronome lexical) nesse intrevalo aí, tem a luminação, [...].

(20) Quando é no domingo vô pra igreja, *eles exige (-que vá a igreja) (OD)* né, a gente depos(s) que entra na *igreja envagélica (PL/hipônimo)* djá é diferente da *católica (PL/hipônimo)*.

(21) Eu *acho q' eles (-as pessoas de fora) (OD)* vê *(-o poconeano) (OD)*, gosta, porque tem *muito de lá de longe (PL/expressão quase sinônima)* que vem pra vê as tradições de Poconé que tem. Que em vários lugares já está acabándo né.

(22) Eles *acham engraçado (-o falar poconeano) (OD)*... meas prima mesmo... elas fala... *Cês falam muito errado (PL/expressão quase sinônima) ...*

É importante trazer as noções de hiperônimo e hipônimo. A hiperonímia e a hiponímia apresentam uma relação de hierarquia e significado entre palavras. Nesse sentido, hiperônimo é uma palavra que mantém uma hierarquia superior com outras, uma vez que ela possui um sentido mais abrangente. Em relação ao exemplo (17), as palavras “festa de santo” e “bebidas” são mais abrangentes que “novena” e “licor” respectivamente, porque “festa de santo” engloba muitos outros tipos de festas religiosas; assim como “bebidas” que abrangem muitos outros tipos de líquidos para beber com álcool ou sem. Em (18), por exemplo “tribo indígena” é mais abrangente que “Beri-Poconhés”, que é o nome de uma tribo. O sentido de “tribo indígena” abarca outros tipos de tribos, como Boróros, Nambiquara, Yanomami etc.

Ao contrário, hipônimo apresenta um sentido mais restrito, e estabelece uma relação hierarquicamente inferior. No exemplo (19), as festas de “São Benedito”, “Espírito Santo”, “Cavallhada” são mais restritas, mais específicas e que são abarcadas pelo “festejo religioso”. Na sentença (20), as igrejas “evangélica” e “católica” possuem um sentido mais restrito que a palavra “Igreja”, esta abrange muitas outras igrejas, como a católica, a islâmica dentre outras.

Já nos exemplos (21) e (22), podemos observar as variações do ODA constituídas por **expressões quase sinônimas**, ou seja, são expressões que mantém com o ODA uma semelhança/aproximação de sentido. Isso pode ser visto na expressão quase sinônima “muito de lá de longe”, que remete às “pessoas de fora” (19). Em 20, a expressão “falam muito errado”, remete ao ODA “acham engraçado (-o falar poconeano)”, mantendo o mesmo sentido.

A seguir vamos discorrer sobre os fatores extralinguísticos do nosso *corpus* de análise, procurando relacionar com outras pesquisas de outras regiões.

3.3.1 Fatores extralinguísticos

De acordo com Preti (2004), o falante faz uso da língua para interagir com outros de seu meio social. A língua é flexível à necessidade de intenção do indivíduo em determinados momentos comunicativos. Com objetivo de melhor compreender e descrever nosso objeto de estudo na língua em uso na comunidade afrodescendente poconeana estabelecemos os seguintes grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que, provavelmente, favorecem ou não o processo de variação na fala.

Nesse sentido, ao considerarmos a linguagem como instrumento de interação social, faz-se necessário observar o nosso objeto de estudo no momento de sua realização a partir da interação. Assim, os fatores sociais que condicionam a variação linguística na expressão do objeto direto anafórico, na fala dos nativos afrodescendente entrevistados, consideramos importante tratar os seguintes fatores: sexo masculino/feminino; faixa etária e escolaridade.

Em reação ao fator sexo masculino/feminino, estudos realizados por Fischer (1958) apresentaram em seu resultado que a fala feminina obteve maior predominância. Trudgill (1974), em sua pesquisa, observou que a norma de prestígio é predominante na fala feminina. As diferenças linguísticas em função do sexo surgem porque a língua, como um fenômeno social, está estreitamente relacionada às atitudes sociais. Homens e mulheres são socialmente diferentes no sentido de que a sociedade lhes confere papéis distintos e espera que utilizem padrões de comportamento também distintos. Assim, a linguagem reflete este fato social. (MONTEIRO, 2000). Dessa forma, as pesquisas mostraram que existe um maior uso das normas padrão pelo sexo feminino.

Com relação ao fator faixa etária, Omena (1996) apresentou em seus estudos que a mudança linguística está presente na fala dos mais jovens, uma vez que as pessoas mais jovens, tendem a desfavorecer a norma padrão, já os idosos tendem a conservá-la.

Quanto ao fator escolaridade, segundo Preti (2004), a cultura linguística do falante, seu grau de escolaridade, sua profissão, sua faixa etária pesam suficientemente sobre seus hábitos de linguagem, para que ele se auto discipline mais, porque seu nível de fala é, afinal, a marca de sua própria cultura e personalidade. Mas nada o impede, também, que seja sensível ao uso linguístico dos grupos menos cultos, aos coloquialismos sintáticos e vocabulares (à própria gíria), que lhe permitam, nas interações mais familiares, ganhar recursos expressivos.

Nesse sentido, com o objetivo de descrever o objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé-MT, vamos considerar na análise os condicionamentos sociais, como: sexo, faixa etária e escolaridade, que influenciam/interferem na fala dos entrevistados.

Na tabela 4, apresentada no item anterior, discriminamos o *corpus* selecionado das 13 entrevistas. Na tabela 5, mais adiante, podemos ver uma amostragem representativa da comunidade linguística dos quilombolas do município de Poconé, que compõe os grupos sociais dos 13 informantes.

Das 13 (treze) entrevistas examinadas, 07 foram feitas com falantes do sexo masculino e 06 com falantes do sexo feminino, divididos em três faixas etárias (18 a 39; 44 a 54; 60 anos acima) e cinco níveis de escolaridade (Analfabeto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto e Completo, Ensino Superior Completo). As entrevistas realizaram-se em situações informais, com falas espontâneas, realizadas com afrodescendentes moradores nativos do município de Poconé.

Para apresentarmos os resultados da análise extralinguística da variante do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas do município de Poconé, Mato Grosso, após a seleção do *cópus*, inciamos a elaboração de tabelas e gráficos, por meio do programa Excel for Windows 2016, que mostram os resultados das ocorrências aqui estudadas. Vejamos a tabela 5:

Tabela 5 – *Corpus* extraído de Souza (2016)²⁵

CÉLULAS DOS GRUPOS SOCIAIS		
SEXO	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE
Masculino	1ª faixa (de 18 a 39 anos)	Ensino Superior
	1ª faixa (de 18 a 39 anos)	Ensino Médio
Feminino	1ª faixa (de 18 a 39 anos)	Ensino Superior
	1ª faixa (de 18 a 39 anos)	Ensino Fundamental
Masculino	2ª faixa (de 44 a 54 anos)	Ensino Médio
	2ª faixa (de 44 a 54 anos)	Ensino Médio
Feminino	2ª faixa (de 44 a 54 anos)	Ensino Médio Comp. e Incomp.
	2ª faixa (de 44 a 54 anos)	Ensino Fundamnetal
Masculino	3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Médio
	3ª faixa (acima de 60 anos)	Analfabeto
Feminino	3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Médio
	3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora.

²⁵ O *corpus* para análise desta pesquisa foi extraído do banco de dados dos professores Antonio Carlos Santana de Souza e Joachim Steffen (UNA)2016.

A descrição e análise das variantes do objeto direto anafórico na fala de quilombolas do município de Poconé, fundamenta-se, como dissemos, no aporte teórico-metodológicos de Labov (2008), que nos permite identificar, compreender e analisar um estudo da língua a partir do levantamento das condições sociais e linguísticas que interferem no processo de variação linguística. Nesse sentido, seguindo os passos metodológicos de Labov (2008), identificamos e destacamos do *corpus* as ocorrências dos traços linguísticos em estudo.

Antes, no entanto, é importante saber o que as pesquisas que vem acontecendo em nosso país mostram. Para isso, trazemos a tabela 6, elaborada por Matos (2005), que apresenta em percentuais quatro variantes do objeto direto anafórico em estados brasileiros.

Vejamos a tabela 6, com o resultado apontado por Matos:

Tabela 6 - Realizações do objeto direto anafórico em alguns Estados brasileiros

Pesquisas	Clítico	Pron lex	SN anafórico	Objeto nulo
Omena (1978) – RJ	-	24,0%	-	76,0%
Pereira (1981) - RJ	0,9%	-	41,3%	57,8%
Duarte (1986) - SP	4,9%	15,4%	17,1%	62,6%
Malvar (1992) - DF	1,0%	25,0%	28,0%	46,0%
Pará (1997) - RJ	-	14,0%	24,0%	63,0%
Luíze (1997) - SC	1,0%	9,0%	36,0%	54,0%
Averbug (1998) - RJ	0,25%	15,15%	41,5%	43,1%
Matos (2005) - SE	-	9,4%	22,3%	68,3%

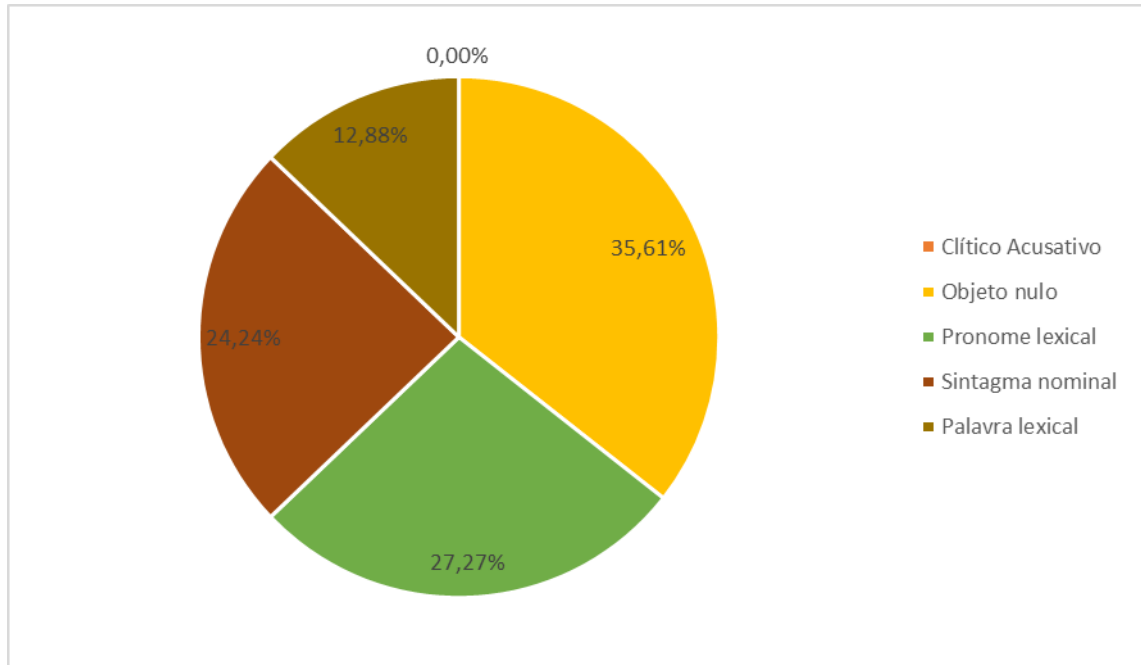
(*apud* MATOS, 2005)

Como podemos ver nos estudos realizados em outras regiões do Brasil, o PB indica um processo de possível apagamento no que se refere à expressão do objeto direto anafórico. No gráfico 1, apresentamos as ocorrências das variantes do ODA, encontradas na fala dos quilombolas de Poconé.

No gráfico 1, podemos perceber de forma nítida o desfavorecimento da realização da variante *clítico acusativo* em relação à expressiva ocorrência do *objeto nulo*. Considerando as pesquisas desenvolvidas em várias regiões do país sobre o PB, apresentadas por Matos (2005) e os resultados encontrados na fala dos quilombolas de Poconé, é bastante significativo o apagamento do clítico. Todavia, não podemos afirmar de forma categórica que há uma mudança linguística em curso, uma vez que o Brasil é um país de grande dimensão territorial, o que demanda uma pesquisa muito mais ampla e abrangente. Entretanto, como podemos ver, os estudos realizados até este momento têm sinalizado para um possível apagamento do clítico na fala do brasileiro.

No gráfico 1, podemos ver o desfavorecimento da realização da variante (*clítico acusativo* em relação à expressiva ocorrência do *objeto nulo*).

Gráfico 1 – Ocorrência geral do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé-MT



Fonte: Elaborado pela autora

Assim, conforme os resultados visualizados no gráfico 1, percebe-se que na fala dos quilombolas da comunidade de Poconé, também, aparece esse possível apagamento, ao mostrar 35,61% de ocorrência do objeto nulo, 27,27% do Pronome lexical, 24,24% de Sintagma nominal e 12,88% de Palavra lexical contra 0,0% do clítico acusativo. Vemos que os falantes estabelecem uma distância expressiva entre uma forma e outra.

Portanto, para melhor descrever e apresentar os resultados encontrados neste trabalho, como também, explicar esse processo, apresentamos a seguir a análise das variáveis extralinguísticas, levando em consideração que o fenômeno aqui tratado está mais condicionado a fatores sociais do que a fatores linguísticos.

a) Variável Sexo

Como foi dito anteriormente, iniciaremos a análise pela variável *sexo*, no sentido de investigar até que ponto essa variável pode estar condicionando o fenômeno pesquisado. Haja vista que a fala das mulheres e dos homens, por exemplo, tendem a apresentar diferenças nos

percentuais de ocorrência na realização das variantes sobre o fenômeno aqui tratado, a tabela 7 mostra os resultados obtidos das variantes em função da variável sexo.

Tabela 7 – Ocorrência das variantes pelo fator sexo

Variantes	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Clítico Acusativo	0 0,0 %	0 0,0 %	0 0,0%
Objeto nulo	28 59,09%	19 40,91 %	47 100%
Pronome lexical	23 63,89%	13 36,11%	36 100%
Sintagma nominal	20 62,50%	12 37,50%	32 100%
Palavra lexical	5 29,71%	12 70,29%	17 100%
			132 ocorrências

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados em nosso trabalho mostram que das 132 ocorrências de objeto direto anafórico, aparecem 47 ocorrências de objeto nulo, 36 ocorrências de pronome lexical, 32 de sintagma nominal e 17 de palavra lexical, enquanto de clítico acusativo não aparecem nenhuma ocorrência.

Considerando a variável sexo, a variante do *objeto nulo* teve maior índice na fala masculina, expressando 59,09% contra 40,91% na fala feminina, uma diferença significativa.

Vejamos alguns exemplos da fala masculina [1] e feminina [2], respectivamente:

[1] Aqui tá precisáno de dirigente que *interessa pela cidade* (OD), isso que tá faltando uma pessoa que (Ø)... um prefeito (Ø), tá fraco demás(s). (Informante masculino)

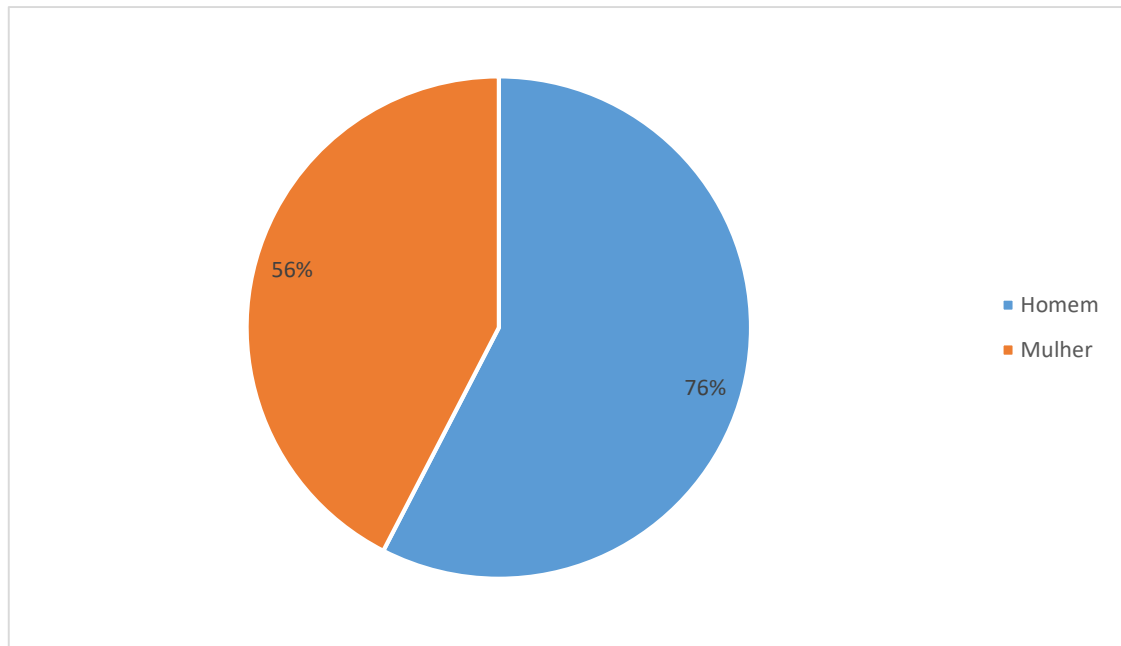
[2] [...] aqui nenhum posto de saúde *tem médico* (OD), têm tudo esperando (Ø), sabe nem quando vem (Ø). [...] uma médica daqui *passou um remédio errado* (OD) pra uma dona, a muié (-tomou o remédio) Ø quase morreu. (Informante feminina)

Observamos que a variante *sintagma nominal* apresenta um percentual diferente em relação ao *objeto nulo*. Enquanto na fala masculina aparece 62,50% de *sintagma nominal*, o *objeto nulo* aparece 59,09%. Na fala feminina, o *sintagma nominal* apresenta um percentual de 37,50% e 40,91% de **objeto nulo**. Em ambos os casos o fator sexo apresenta uma diferença considerável, mas o sintagma nominal, apresentou uma grande diferença entre os sexos, diferente do *objeto nulo* que apresentou uma pequena diferença de valor.

Para melhor visualização dessas diferenças da fala da mulher e do homem, no *corpus* em análise, apresentamos, no gráfico 02, o percentual da ocorrência da variável sexo.

No gráfico 02, visualizamos o percentual geral das ocorrências da variável sexo.

Gráfico 2 – Ocorrência da variável sexo



Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Como vimos acima, a fala, das mulheres e dos homens, tende a apresentar diferenças quanto aos percentuais de ocorrência em relação a determinados fenômenos variáveis. Veja a tabela abaixo.

Tabela 8 – Ocorrência do efeito da variável sexo pelas variantes

Variável	Variante					
Sexo	Clítico Acusativo	Objeto nulo	Pronome lexical	Sintagma nominal	Palavra lexical	Total
Masculino	0 0,0%	28 36,26%	23 30,89%	20 26,47%	5 6,37%	76 100%
Feminino	0 0,0%	19 33,43%	13 23,71%	12 21,43%	12 21,43%	56 100%
Total	0,0%0	47 35,61%	36 27,27%	32 24,24%	17 12,88%	132 100%

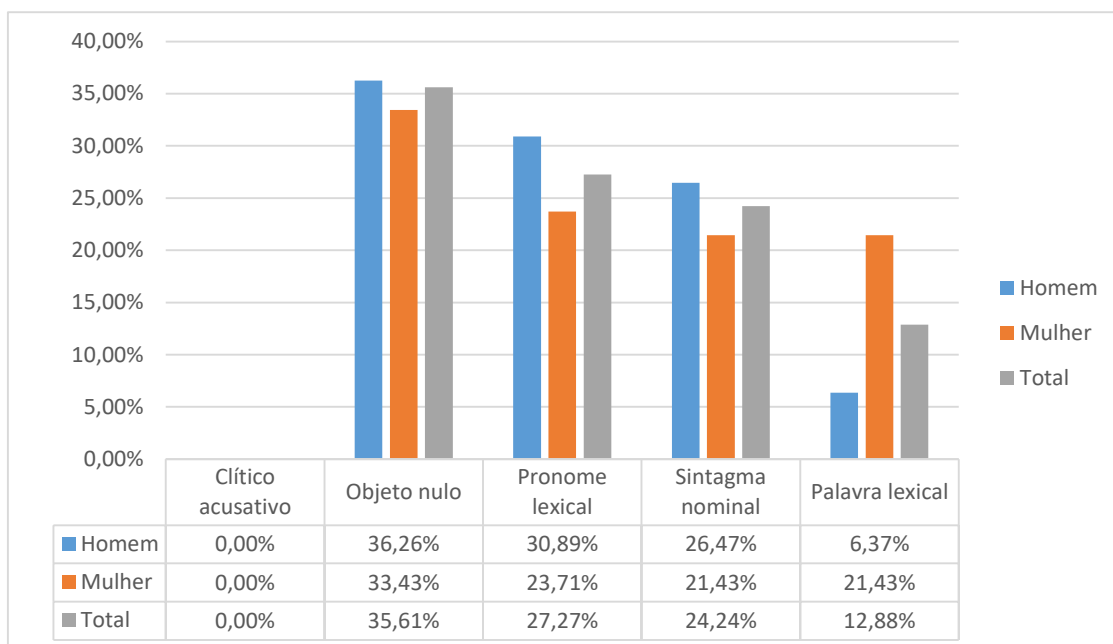
Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela acima apresenta o efeito das variantes em estudo, por cada célula da variável sexo. De acordo com a tabela 8, levando em consideração apenas a fala masculina, registramos ausência do clítico acusativo; 36,26% de objeto nulo, 30,89% de pronome lexical; 26,47% de sintagma nominal; 6,37% de palavra lexical.

Na fala feminina, verificamos, também, a ausência de clítico acusativo; 33,43% de objeto nulo, 23,71% de pronome lexical; 21,43% de sintagma nominal; 21,43% de palavra lexical. Conforme a representação no gráfico abaixo.

No gráfico 3, podemos ver a representação das variáveis sexo pelas variantes (clítico acusativo, objeto nulo, pronome lexical, sintagma nominal e palavra lexical).

Gráfico 3 - Representação das variáveis sexo pelas variantes evidenciado na tabela



Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Analisando os dados percentuais, podemos ver que tanto a fala masculina quanto a feminina apresentam ausência de realização de clíticos acusativos que são (indicados pela gramática normativa). Em relação ao objeto nulo (não indicado pela gramática normativa, mas não expressamente proibido) vemos que este teve maior índice de ocorrência na fala masculina que na fala feminina. Ainda, em relação ao pronome lexical que se trata (do campo lexical são utilizados pela linguística textual a fim do melhor e mais adequado uso das palavras da língua portuguesa), percebe-se que este se destaca na fala masculina, ou seja, o

percentual de maior ocorrência acontece na fala dos homens, assim, em ambos os casos o fator sexo apresenta-se relevante.

Pronome Lexical/ Objeto Nulo

- [3] “A gente *chupa* (-a *bocaiuva*) (OD), descasca *ele* (**pronome lexical**) e põe (Ø) na boca...”

Sintagma Nominal

- [4] Vários (-*pontos turísticos*) (OD) né. *Tem a estrada pantaneira* (OD), *tem o Sesc Pantanal* (OD). A *pantaneira* (**sintagma nominal**) mesmo tem um monumento do São Francisco,

Dessa forma, em relação à expressão das variantes segundo fator sexo, os estudos de Fischer (1958), Trudgill (1974), Labov (1992), Silva e Paiva (1996) mostram que há interferência do fator sexo na fala, indicando que falantes do sexo feminino demonstram maior favorecimento à norma culta da língua. Entretanto, os resultados obtidos em nosso estudo contrariam o resultado das pesquisas mencionadas, uma vez que apresenta um possível desfavorecimento no uso do *clítico acusativo* com (zero) 0,0% de ocorrência tanto para a fala masculina como para a fala feminina.

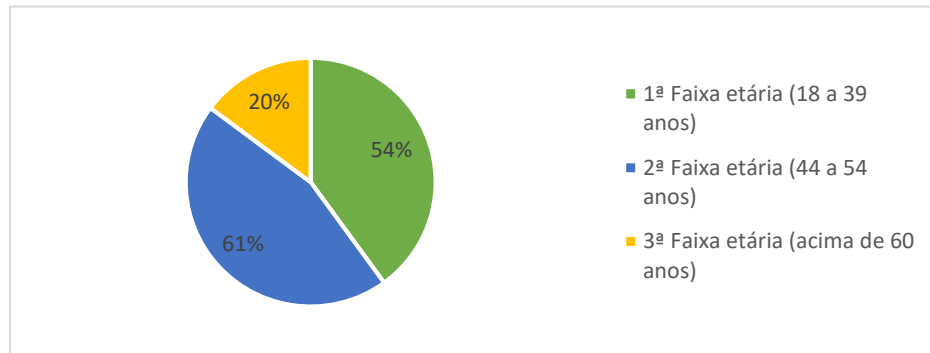
Todavia, em relação as quatro variantes encontradas, o *objeto nulo* é mais aceito que as outras três variações, quais sejam, *pronome lexical*, *sintagma nominal* e *palavra lexical*. Considerando esse argumento, o resultado da nossa pesquisa mostra que os homens usam mais a variante do *objeto nulo* (36,26%), enquanto as mulheres usam (33,43%).

b) Variável Faixa Etária

Como já mencionamos neste trabalho, para que pudessemos descrever o uso do objeto direto anafórico referente à variável idade, dividimos as células em três faixas etárias, sendo a primeira faixa de 18 a 39 anos ; a segunda faixa de 44 a 54 anos e a terceira faixa 60 anos acima. Veja esta divisão no gráfico 4.

Em relação ao uso do objeto direto anafórico referente à variável faixa etária, a tabela 9 apresenta os resultados da variável idade, no que se refere à realização do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé-MT.

No gráfico 4, podemos visualizar porcentagem e a divisão das células pelas faixas etárias.

Gráfico 4 - Representação da divisão das células por faixa etária

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Tabela 9 - Ocorrência do efeito das variáveis das faixa etária pelas variantes

Faixa etária	Variantes					
Faixa etária	Clítico Acusativo	Objeto nulo	Pronome lexical	Sintagma nominal	Palavra lexical	Total
1ª faixa (18 a 39 anos)	0 0,0%	18 31,76%	24 41,34%	11 18,24%	5 8,66%	58 100%
2ª faixa (44 a 54 anos)	0 0,0%	18 31,37%	12 21,58%	16 28,44%	11 19,61%	57 100%
3ª faixa (acima de 60 anos)	0 0,0%	11 57,84%	2 10,79%	5 26,47%	1 5,89%	19 100%
Total	0 0,0%	47 35,87%	38 28,96%	32 23,01%	17 12,16%	134 100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme a tabela 9, considerando a expressão das variantes de faixa etária, percebemos que o fator idade também contribui para a explicação da variação em estudo. Observando a realização do objeto direto anafórico em estudo acerca da faixa etária percebemos que:

- na 1ª faixa (18 a 39 anos), ocorre 0,0% clítico acusativo; 31,76% de objeto nulo; 41,34% de pronome lexical; 18,24% de sintagma nominal; 8,66 % de palavra lexical.
- na 2ª faixa (44 a 54 anos), encontramos 0,0% de clítico acusativo; 31,37% de objeto nulo; 21,58% de pronome lexical; 28,44% de sintagma nominal; 19,61% de palavra lexical.

- na 3ª faixa (acima de 60 anos), ocorreram 0,0% de clítico acusativo; 57,84% de objeto nulo; 10,79% de pronome lexical; 26,47% de sintagma nominal; 5,89% de palavra lexical.

Quanto às ocorrências da variante *objeto nulo*, notamos que ele mantém uma diferença na primeira faixa etária de 31,76%, contra 41,34% do pronome lexical, 18,24 do sintagma nominal e 08,66% de palavra lexical. Mas na segunda faixa etária ele fica com 31,37%, enquanto a variante sintagma nominal atinge 28,44%. Na terceira faixa etária, o objeto nulo sobressai com (57,84%) que o sintagma nominal (26,47%), mas é maior para o pronome lexical, que atinge apenas 10,79% e também é maior que (5,89%) de palavra lexical.

Em se tratando do pronome lexical, percebemos que há diferenças significativas na 1ª e 2ª faixa etária. Porém na 3ª faixa etária há redução expressiva do uso do pronome lexical em relação as duas primeiras.

Desse modo, podemos observar que a variante objeto nulo, que apresentou maior número de ocorrência no *corpus* analisados, apresenta um valor expressivo na terceira faixa etária de 60 anos acima. Estabelecendo relação dessa variante com as demais faixa etária, podemos ver que ela apresenta quase um percentual de equilíbrio no número de ocorrências na primeira (com 31,76%) e segunda (com 31,37%) faixa etárias. Na 2ª faixa etária, percebemos a preferência pelo uso do objeto nulo, sintagma nominal e pronome lexical, a partir do maior número de ocorrências. Nesse sentido, observa-se que há uma forte preferência pelo uso de objeto nulo, o que confirma indícios, do defavorecimento do uso do clítico acusativo.

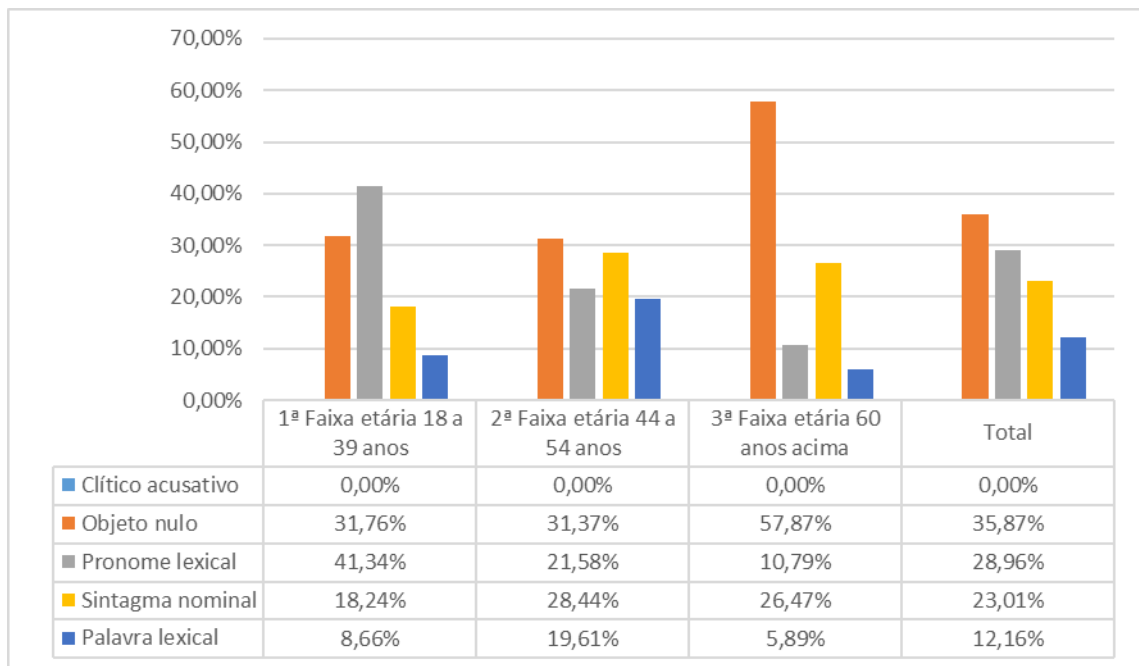
Os resultados acima apresentados mostram, de certa forma, uma aproximação nos índices de expressão das várias variantes nas diferentes faixas etárias, com destaque apenas para o objeto nulo, que apresenta uma diferença expressiva na terceira faixa etária, em relação às demais variantes.

Dessa forma, podemos dizer que existem diferenças linguísticas quando se trata da variável faixa etária dos informantes, o que nos mostra, também, que há diferenças na fala das pessoas com idades diferentes, ou seja, entre a fala de pessoas jovens, de meia idade como também as de mais idades. Dessa forma, o nosso estudo, mostra que as pessoas jovens e de meia idade apresentam os vários tipos de ocorrências do ODA como: o objeto nulo, o pronome lexical, sintagma nominal e a palavra lexical. Ou seja, não se prende apenas aos tipos mais aceitáveis como o uso de *objeto nulo* e *pronome lexical*, mas também valem-se de *sintagma nominal*, com as repetições de palavras e os sinônimos, quanto as *palavras lexicais*, com os hiperônimo, hipônimo, expressões quase sinônimas e expressão nominal, como formas remissivas do objeto direto. Enquanto as pessoas de mais de 60 anos, demonstram uma

predileção ao objeto nulo e ao sintagma nominal. Como podemos ver, os resultados mostram que a língua é viva e está em contante transformação, o que depende de vários fatores externos.

No gráfico 5, podemos ver a representação da porcentagem da realização do objeto direto anafórico na fala dos poconeanos, a partir do efeito das variável faixa etária pelas variantes.

Gráfico 5 – Representação do efeito das variável faixa etária pelas variantes



Fonte: Elaborado pela autora.

Abaixo estão elencados exemplos de objeto direto anafórico conforme a faixa etária.

[5] *Tem pecuária (OD), a pecuária (SN) e o garimpo né, mineração.*

[6] *Tem o almoço (OD)... almoço (SN) pro público né. Tem o dia do leilão (OD), leilão (SN) de prenda, de, de gado, muita prenda.*

[7] *A cavalhada é uma luta né de, entre mouros e cristãos. Cristão é rôpa azul e mouro é vermelho. Na religião é luta do bem contra o mal, é uma luta, daí tem a rainha (OD), a rainha (SN) é do vermelho, daí o azul luta, mas sempre o vermelho é pra vencê Ø né.*

[8] *Aqui em Poconé é garimpo que tá. Tem bastante (-ouro) (OD). [...] Deide cuándo era creança, aí chuvia, eu morava bem na esquina, descia água, ia (Ø) na correnteza, só catáno orinho (sintagma nominal) assim. Tinha bastante (Ø), ainda tem (Ø) hodje, tánto que djá cresceu, que colheu, que foi embora, que tá vindo.*

[10] Aqui tá *precisáno de dirigente (OD)*, *que (Pronome lexical/pron. substantivo)* interessa pela cidade, *isso (Pronome lexical/pron. substantivo)* que tá faltádo, uma *pessoa (Sintagma Nominal)* que, um *prefeito (Sibtagma Nominal)*, tá fraco demás(s).

[11] (-Poconé) Era um arraial né, eu *penso qu'ele (-Poconé) (OD)* começou assim com *ex(s)trativis(s)mo mineral (OD)*, aí depois(s) *veio a pecuária e a agricultura (OD)*, aqui era um lugar muito rico *na agricultura (SN)*, daí com a vinda do *garimpo (SN)*, [...] *a agricultura (SN)* foi acabádo, ficou a *pecuária (SN)*. [...]

c) Variável Escolaridade

A variável *escolaridade* vem mostrando-se muito relevante em relação a vários fenômenos já estudados em sociolinguística, como se pode observar na tabela 10. Essa variável também se mostrou importante para o estudo aqui desenvolvido.

Tabela 10 – Ocorrência da variável Escolaridade pelas variantes

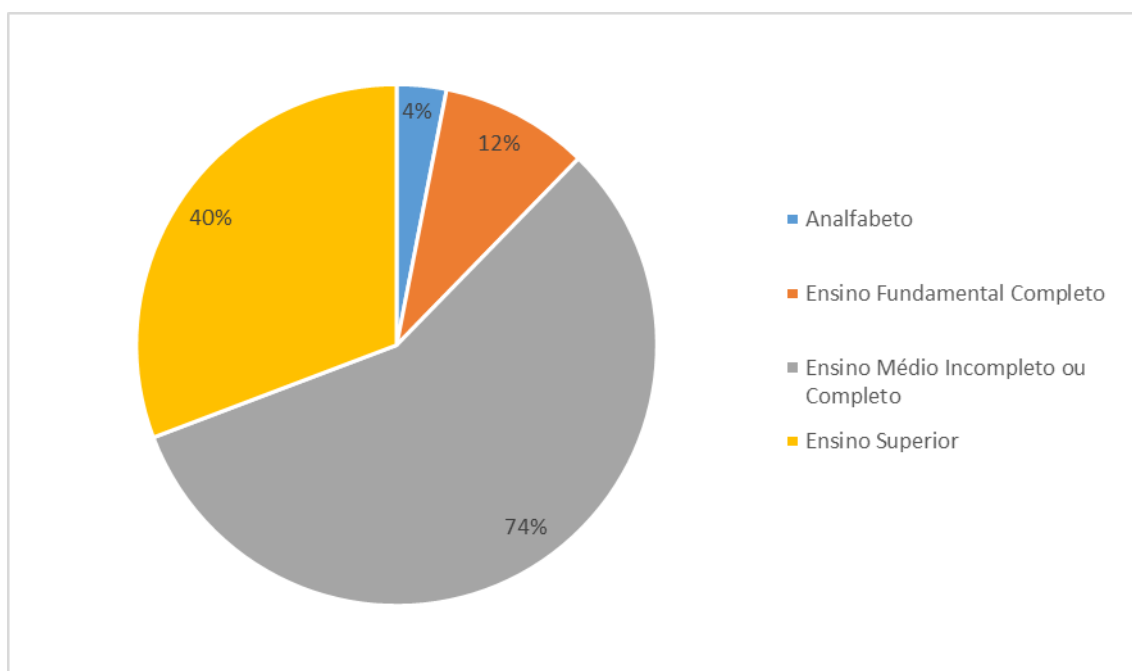
Escolaridade	Variantes					
	Clítico Acusativo	Objeto nulo	Pronome lexical	Sintagma nominal	Palavra lexical	Total
Analfabeto	0 0,0%	4 100%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 100%
Ensino Fundamental completo	0 0,0%	7 58,33%	2 16,67%	2 16,67%	1 8,33%	12 100%
Ensino Médio incompleto ou completo	0 0,0%	26 35,14%	20 27,03%	19 25,68%	9 12,16%	74 100%
Ensino superior	0 0,0%	10 25%	14 35%	11 27,5%	7 17,5%	40 100%
ToTal	0 0,0%	47 35,61%	36 27,27%	32 24,24%	17 12,88%	132 100%

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A tabela 10 mostra a expressão das variantes segundo fator escolaridade quanto à produtividade das variantes em estudo, distribuídas pelos quatro níveis do fator escolaridade (Analfabeto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto ou Completo, Ensino Superior Completo). Verificamos que os entrevistados não alfabetizados realizaram uso apenas do objeto nulo. Os falantes com ensino fundamental completo em suas entrevistas fizeram uso do objeto nulo, do pronome lexical, sintagma nominal e da palavra lexical; já os entrevistados do ensino médio incompleto ou completo, também usaram em suas falas o objeto nulo, pronome lexical, sintagma nominal e da palavra lexical; como também, os falantes do ensino superior completo realizaram uso do objeto nulo, do pronome lexical, sintagma nominal e da palavra lexical, conforme a representação no gráfico 6.

No gráfico 6, podemos ver a representação efeito das variável escolaridade pelas variantes, na fala dos poconeanos.

Gráfico 6 – Representação do efeito das variável escolaridade pelas variantes



Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Analisando a variante por nível de escolaridade, encontramos para o ensino fundamental um percentual de 12% dos entrevistados que apresentaram ocorrências de objeto direto anafórico, sendo: 58,33% de objeto nulo; 16,67 de pronome lexical; 16,67% de sintagma nominal e 8,33% de palavra lexical.

Para o ensino médio incompleto ou completo, encontramos um total de 74% de ocorrências, 35,14% de objeto nulo; 27,03% de pronome lexical; 25,68% de sintagma nominal e 12,16% de palavra lexical. Para o ensino superior completo, aparecem (40%)

ocorrências; 25% de objeto nulo; 35% de pronome lexical; e 27,05% de sintagma nominal e 17,05% de palavra lexical.

Percebe-se que do total das ocorrências mostradas na tabela 4²⁶ - Variante do Objeto Direto Anafórico (ODA) na fala dos quilombolas de Poconé-MT, podemos observar que a variante objeto nulo é a mais expressiva. Em relação à escolaridade, os falantes entrevistados tem: 58,33% ensino fundamental; 35,14% ensino médio, e 25% ensino superior, apresentando um total de 35,61% das ocorrências.

Quanto a variante do pronome lexical, aparece com um total de 36% das ocorrências, destes, 16,67% tem o ensino fundamental; 27,03% possuem o ensino médio e 35%, ensino superior.

Em relação à variante do sintagma nominal, apresenta um total de 32 ocorrências, um total de 24,24% que representam os falantes de ensino fundamental completo, ensino médio incompleto ou completo, e ensino superior.

De uma forma geral podemos dizer, que as ocorrências do objeto direto anafórico entre os não alfabetizados e nível fundamental ocorrem mais por meio do objeto nulo. Entre os escolarizados do ensino médio incompleto ou completo e ensino superior, podemos observar além do objeto nulo, outras variantes expressivas. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados confirmam a variação no que se refere à expressão do objeto direto anafórico, exemplificado com a elevada realização do *objeto nulo*, *pronome lexical*, *sintagma nominal* e *palavra lexical*, que concorrem com a ausência da realização dos *clíticos acusativos*. Se os clíticos acusativos representam 0%, as variantes que estão em concorrência contribuem para um possível apagamento dos clíticos.

Dessa forma, conforme os três fatores condicionadores extralinguísticos (sexo, faixa etária e escolaridade) analisados neste trabalho, observamos o elevado número de ocorrências do variante objeto nulo, o que revela sua prevalência sobre as demais variantes que concorrem entre si na manifestação do objeto direto anafórico.

Em síntese, os fatores sociais observados condicionam a vestígios de uma possível mudança em curso quanto à realização do objeto direto anafórico na fala dos afrodescendentes da comunidade de Poconé-MT.

Vejamos alguns exemplos da variável do objeto direto anafórico por escolaridade:

²⁶ Tabela 04: Variante do Objeto Direto Anafórico (ODA) na fala dos quilombolas de Poconé-MT, elaborada pela autora, apresentada na página 44.

- [12] *Tenho (-satisfação em ser poconeano) (OD)*. Pessoal que vai estudá né fica negándo (-ser poconeano) ($\emptyset$), eu sô de tal parte, que nôm é poconiáno (**sintagma nominal**),
- [13] Eu *acho q' eles (-as pessoas de fora) (OD) vê (-o poconeano) (OD)*, gosta, porque tem muito de lá de longe (**PL/expressão sinônima**) que vem pra vê as tradições de Poconé (**OD**) que tem. Que em vários lugares já está acabándo ($\emptyset$) né.
- [14] *Tem (-rezadeira, benzedeira ou mãe de santo) (OD)*, muitas $\emptyset$ assim, quando tem alguma pessoa que não tá bem de saúde vai pra $\emptyset$ fazer oração para cura
- [15] [...] eu *achava que devia res(s)gatar (-os costumes e as tradições) (OD)* né. Siriri mesmo (**PL/hipônimo**), geralmente é só mais velho. Agora que tem os grupo (**OD**) né, poquinho grupos (SN/idêntico) que tem que tá resgatando (-os costumes e as tradições) $\emptyset$, buscando (-res(s)gatar os costumes e as tradições) $\emptyset$, [...], pra não acabá né, pra não morrê a tradiçôm.
- [16] [...] as bebidas são os licores das festas né, [...], *tem licor de pequi (OD)*, *licor (SN/idêntico)* de figo, *licor (SN/idêntico)* de jabuticaba, *licor (SN/idêntico)* de leite, sôm essas(s) bebidas(s) (**PL/hipônimo**) aí [...]

Estes resultados mostram-nos a variação na realização do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas de Poconé condicionada por fatores linguísticos (relacionada ao valor semântico do antecedente), tem sido impulsionada, pela variação do ODA nessa comunidade, a partir da expansão do *objeto nulo*, *pronome lexical*, *sintagma nominal* e *palavra lexical*.

Ressaltamos que a variante *sintagma nominal* do objeto direto anafórico, aparece na maioria dos casos em uso no *corpus* analisado. Nesse sentido, os falantes quilombolas de Poconé, fazem a remissão do ODA através do uso da repetição de palavras, com a repetição por semelhança, com a expressão nominal totalmente modificada, mas também, por *palavra lexical*, com o uso dos hiperônimo, hipônimo, expressões sinônimas e expressões nominais, como mostramos no item anterior. Esses recursos usados pelos quilombolas de Poconé mostram que os falantes da língua estão mais preocupados em serem compreendidos do que de utilizar as regras da gramática tradicional, com o uso do *clítico acusativo*.

As quatro variantes encontradas, o *objeto nulo*, o *pronome lexical*, o *sintagma nominal*, e *palavra lexical* são ocorrências que já têm sido mostradas em vários estudos realizados Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o proposto neste trabalho, analisamos e descrevemos o *objeto direto anafórico na fala da comunidade quilombola de Poconé-MT*. A análise foi feita sob os aportes da Sociolinguística variacionista qualitativa - Teoria da Variação, de William Labov (2008) na perspectiva de cinco grupos de fatores linguísticos (clítico acusativo, objeto nulo, pronome lexical, sintagma nominal e palavra lexical) e três extralinguísticos (sexo, faixa etária e escolaridade).

Estudos já realizados em algumas regiões brasileiras têm apontado para um possível caso de desuso ou declínio, do uso do clítico acusativo, na fala de comunidades brasileira, e, que este, vem sendo substituído, de forma preferencial pela categoria vazia (objeto nulo).

Cabe ressaltar, que o objetivo desse estudo consistiu em identificar e descrever as variantes do objeto direto anafórico na fala dos quilombolas poconeanos; objetivo que foi atingido, uma vez que foi possível perceber a realização das variantes em estudo, como o *objeto nulo*, o *pronome lexical*, o *sintagma nominal* e a *palavra lexical*.

O trabalho mostrou que a fala dos quilombolas poconeanos é caracterizada pelo uso expressivo da variante *objeto nulo*, que se destaca em todas as faixa etárias, tanto no gênero masculino quanto no feminino. Nos níveis de escolaridade, os índices foram mais expressivos no ensino médio e superior. Quanto ao *pronome lexical*, que aparece em segundo lugar, são as variações do ODA que ocorrem nas formas remissivas gramaticais livres, que são utilizadas para fazer remissão a um ou mais constituinte do universo textual que são os pronomes pessoais e substantivos (demonstrativos, possessivos, indefinidos, relativos e numerais), conforme mostramos em nossa pesquisa. O *sintagma nominal* aparece em terceiro lugar, mostrando o uso da repetição, e de sinônimos.

Ressaltamos que na nossa pesquisa encontramos uma outra categoria, a *palavra lexical*, que até o presente não havia sido registrada no falar poconeano. Mas como as demais pesquisas na área mostraram, também, encontramos a ausência do *clítico acusativo*, que não obteve nenhuma ocorrência, na fala da comunidade estudada.

O expressivo uso da variante *sintagma nominal* e *palavra lexical* relacionada à escolarização de ensino médio e superior, mostra que a pessoa que estuda não se prende as regras gramaticais. Na nossa pesquisa, observamos que os quilombolas entrevistados falam procurando preservar a sua tradição linguística, mas também mostram que não estão preocupados com o “certo” e “errado” ditado pela gramática normativa, mas no modo como

a língua/linguagem significa, isso pode ser comprovado com o valor significativo do uso do *sintagma nominal* e da *palavra lexical*, pela possibilidade que os falantes têm de agregar valor semântico com as repetições de palavras, com os sinônimos, com os hiperônimos, hipônimos, expressões quase sinônimas, que enriquecem o texto oral e atribuem sentidos.

Podemos intuir, nesse sentido, que a escolarização tem dado maior autonomia aos falante em relação à língua/linguagem, uma vez que eles podem estar mais preocupados de se fazer entender, nas interações sociais, do que usar as regras da língua padrão.

Dessa forma, a partir dos resultados desta pesquisa, podemos inferir que uma das variantes considerada padrão o *clítico acusativo na função de objeto direto* passa por um possível processo de apagamento na comunidade estudada, o que reforça a tendência de desaparecimento dessa variante no português falado no Brasil, uma vez que o fenômeno já foi constatado em estudos realizados em diversas regiões do país.

Assim, podemos dizer que a variante que demonstra preferência dos falantes dessa comunidade é o *objeto nulo*, o *pronome lexical*, mas com um número significativo de *sintagma nominal* e *palavra lexical*, ou seja, variantes não-padrão. E, mesmo que, na norma padrão da língua prevaleça o prestígio social dos traços linguísticos definidos pela gramática, também, é sabido que, o uso de expressão popular exerce forte pressão sobre as normas. E isso, nos permite perceber, a transferência do valor e do prestígio de uma forma a outra.

Contudo, sabe-se que, ainda, há muito a se investigar com relação a essa variantes para poder afirmar uma possível mudança linguística. Neste sentido, a nossa expectativa é de que este trabalho possa contribuir e somar aos demais estudos, como também, motivar novas pesquisas na nossa região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. O estudo de línguas de imigrantes no Brasil. O exemplo do hunsrückisch no Rio Grande do Sul. **Cadernos do Instituto de Letras** da UFRGS, Porto Alegre, n. 18. p. 17-26, 1997.
- ALKMIM, Tania; PETTER, Margarida Maria Taddoni. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. **Africa no Brasil: a formação da língua portuguesa**, 2008.
- ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. In: **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. V.1. Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (orgs.) – 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALKMIM, Tânia. **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas e FFLCH: USP, 2002, v. III.
- ARRUDA, N. C. **A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrônico**. Araraquara: Unesp, 2006.
- BERLINCK, R. A. **A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. Dissertação de Mestrado, Campinas: UNICAMP, 1988.
- BIBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2ª ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 13 de julho de 2010. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010, Seção 1, 2010.
- BRASIL. **Parecer 16/2012 da CEB/CNE** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, DF
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília. MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- CALVET, L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso (trad.) SAPIR. **A linguagem: introdução ao estudo da fala**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2 ed.

Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Ele como acusativo no português do Brasil. In: CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. Tradução e Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. O Atlas Linguístico do Brasil: um projeto nacional. In: AGUILERA, Vanderci de A. (Org.). **A Geolingüística no Brasil: Caminhos e Perspectivas**. Londrina: UEL, 1998.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Projeto Atlas Linguístico do Brasil - Projeto ALIB: descrição e estágio atual 1. **Revista da ABRALIN**, v. 8, n. 1, 2017.

CARDOSO, Suzana Alice. **Geolingüística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CONCEIÇÃO, Helenise da Cruz; CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. A construção da identidade afrodescendente. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, fev. 2010. Acesso em: 26/07/2021.

CONCEIÇÃO, Helenise da Cruz; CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. A construção da identidade afrodescendente. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, fev. 2010. Acesso em: 26/07/2021.

COSERIU, Eugenio. **Sentido y tareas de la dialectología**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

COSERIU, Eugenio. **La geografía lingüística**. Montevideo: Universidad de la Republica; Facultad de Humanidades e Ciencias, 1955.

COSERIU, Eugenio. La geografia linguistica. In.: COSERIU, E. **El hombre y su lenguaje**. 2. Ed. Madrid: Gredos, 1991, p.103-158.

COUTINHO, I. L. **Gramática Histórica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1976.

CUNHA, Celso. **Novíssima gramática do português falado no Brasil**. 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CYRINO, S. M. L. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

CYRINO, S. M. L. Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo. In: NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática do Português Falado**. 2 ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CYRINO, S. **O objeto nulo no português brasileiro** em Eberhard Gärtner, Crhistine Hundte Axel Schönberger (orgs) Estudos de gramática portuguesa, vol III Frankfurt am Main, TFM, p. 61-73, 2000.

DALTO, C. D. L. **Estudo sociolingüístico dos pronomes-objeto de primeira e segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 2002.
DE ANDRADE AGUILERA, Vanderci; ALTINO, Fabiane Cristina. Para um atlas pluridimensional: pesquisas e pesquisadores. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 56, n. 3, 2012.

DE CASTRO, Yeda Pessoa et al. O Trafico Transatlântico e a Distribuição da População Negra Escravizada no Brasil Colônia. **Revista Digital Africanias, Salvador**, n. 12, p. 1-12, 2002.

DE CASTRO, Yeda Pessoa. Das línguas africanas ao português brasileiro. Afro-Asia, n. 14, 2017. **Revista Eletronica do IPHAN**, acesso em 26/07/2021.

DE CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afrobrasileiro**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora. 2001.

DUARTE, M. E. L. **Variação e sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1986.

DUBOIS, Jean e outros. **Dicionário de Linguística**. 9. ed., São Paulo: Cultrix, 1993.
FARACO, C. A. O tratamento de você em português: uma abordagem histórica. In: **Fragmenta**, Curitiba, n 13, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. História da língua: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual: introdução**. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, G. C. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

FURTADO, M.B, Sucupira, R.L., & Alves, C.B. (2014). **Cultura, Identidade e Subjetividade Quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural**.

FERREIRA, João Carlos Vicente (2001). **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá-MT: Buriti.

FIORIN, José Luiz. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. Editora Contexto, 2008.

FIORIN, J. L. (org.) **Introdução à Linguística: I. Objetos teóricos**. 6 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. GALVES, C. **O objeto nulo em português brasileiro: percurso de uma pesquisa**. Cadernos de Estudos Lingüísticos 17, 65-90, 1989.

FIORIN, J. L. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

FIORIN, J. L. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GALVES, C. **O objeto nulo em português brasileiro: percurso de uma pesquisa**. Cadernos de Estudos Lingüísticos 17, 65-90, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

GUIMARÃES, Lauristela. **Danças e festas religiosas: A cultura popular**. Editora: Primeira página, Cuiabá. 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=510650&search=mato-grosso|pocone|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em 05 de agosto de 2021.

KARIM, Jocineide Macedo; KARIM, Taisir Mahmudo. A vocalização da lateral palatal [ʎ]>[j] No Falar Da Comunidade De Cáceres No Alto Pantanal De Mato Grosso. **Revista Ecos**, v. 17, n. 2, 2015.

KATO, M.; DUARTE, M. E.; CYRINO, S. & BERLINCK, R. “Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio” In: Suzana Cardoso, Jacyra Mota e Rosa Virgínia Matto e Silva (orgs.) **Quinhentos anos de história lingüística no Brasil**. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia. Pp. 413-438. (2006). ISBN: 85-232-0260-9.

KOCH, Igedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual** – 22. Ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I. G. V. ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013. 3. ed. 7ª reimpressão.

KOCH, Walter & ALTENHOFEN, Cléo-Vilson. Projeto de mapeamento do bilinguismo no Rio Grande do Sul. In: **Encontro de Estudos do Bilinguismo e Variação Linguística da Região Sul** (5.: 1986: Florianópolis). Anais... Florianópolis: UFSC, 1986. p. 211-221.

KOCH, Walter. O povoamento do território e a formação de áreas lingüísticas. In:

GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Chistine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). **Estudos de geolinguística do português americano**. Frankfurt a M.: TFM, 2000. p. 55-69.

LABOV, W. **Modelos sociolinguísticos**. Tradução: José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1983. Tradução de: Sociolinguistic patterns.

LABOV, William (1972). O quadro social da mudança linguística. IN: **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo, SP: Parábola, 2008. p. 301

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, D. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. Lisboa, 1994.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. **O português afro-brasileiro**. Salvador, BA: EDUFBA, 2009.

LUZ, Cláudia Norete Novais. **Velejando sobre as águas da retomada anafórica do objeto direto: um cruzeiro na fala em salvador**. Salvador, 2009.

MACEDO-KARIM, Jocineide (2004). **A Variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT**. Dissertação de Mestrado. Araraquara-SP: UNESP, Faculdade de Ciências e Letras.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 4ª. ed. São Paulo: Ática., 2003.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MARQUES, Carlos Eduardo. **De quilombos a quilombolas**: notas sobre um processo históricoetnográfico. Faculdade de ciências da favale/UEMG- 2009

MATOS, M. Z. M. S. **A expressão do objeto direto anafórico nos falares urbanos itabienses**. Dissertação de Mestrado, Araraquara: UNESP, 2005.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães; A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação*: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães; FONTOURA, Helena Amaral da (Org.). **Etnografia e Educação**: relatos de pesquisa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

MATTOS, Regiane Augusto (2012). **História e cultura afro-brasileira**-2.ed, 1ª reimpressão,-São Paulo: Contexto,2012.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1918.

MOLLICA, M. C. BRAGA, M.L. (orgs.) **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4 ed., São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MORALIS, Edileusa Gimenes. **Dialetos em contato: um estudo sobre atitudes linguísticas**. Dissertação de mestrado pela UNICAMP. Campinas, SP, 2000.

MOURA, Antônio Eustáquio de. **Quilombo Mata Cavalo, a Fênix negra Mato-Grossense: etnicidade e luta pela terra no Estado de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

MOURA, G. 2006. **Quilombos contemporâneos no Brasil in Brasil/África: como se o mar fosse mentira**. CHAVES, R., SECCO, C., MACEDO, T.. São Paulo: Ed. Unesp. Luanda/Angola: Chá de Caninde.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues; SANTOS, Angela Maria dos; MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. Quilombos e Quilombolas em Mato Grosso. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 8, n. 18, p. 07-24, fev. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/40>>. Acesso em: 27/07/2021.

NARO, Anthony Julius. SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2. ed. completamente refundida, Rio de Janeiro: Organização Simões, 1923.

NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: KATO, Mary A. & ROBERTS, Ian. (orgs.) **Português brasileiro — uma viagem diacrônica**. Campinas, UNICAMP, pp. 207-220, 1993.

OLIVEIRA, Fernão de. **Gramática da Língua Portuguesa**. Braga: Barbosa & Xavier, Limitada – Artes Gráficas, 2000.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de & ALTENHOFEN, Cléo V. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilinguíssimo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (Orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 187-2

OLIVEIRA, Solange Mendes. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – **ReVEL**. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007.

OMENA, N. P. **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PUC, 1978.

PÓVOAS, L. C. (1977). **Mato Grosso** – um convite à fortuna. Rio de Janeiro: Guavira Editores Ltda.

PRANDI, Reginaldo. **De africano a afro-brasileiro**: etnia, identidade, religião. **Revista Usp**, n. 46, p. 52-65, 2000.

PRAXEDES, Rosangela Rosa; BUTLER, Segundo Judith. Mulheres negras: reflexões sobre identidade afrodescendente, **Revista Espaço Acadêmico–Ano 2009, III–Nº**.

PRETI, D. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

RADTKE, Edgar & THUN, Harald. Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Eine Bilanz. In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald (eds.). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: WestenseeVerl., 1996. p. 1-24.

MOREIRA, N. L. de M. Direito à Educação: Diálogo com uma Comunidade Quilombola de Poconé -MT **RevistAleph**, (31). Acesso em 11/08/2021.

IPHAN. Dossiê Patrimônio Cultural Apresentação. Sociedade e Cultura, v. 8, n. 2, 2016. Revista Eletrônica do Iphan – <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=214>. Acesso em 26/07/2021

RIBEIRO, D (2006). **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 38 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 41 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2001.

RONDON, J. LUCÍDIO N. **Poconé, sua terra e sua gente**. 1978. [S.l., s.n.].

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática**: teoria. 11. ed. São Paulo: Atual Editora, 1999.

SANTANA, J. M. C. P. de. *Diagnose e ensino de pronomes*: um estudo sobre a retomada anafórica do objeto direto de terceira pessoa no Português Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA NETO, S. **História da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SILVA NETO, Serafim da. (1960). **Língua, cultura e civilização**: estudos de filologia portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

SILVA, Acildo Leite da. **A Civilização pelas águas e a Gente de Cor**: Urbanidade e relações educativas na vila-capital da capitania de Mato Grosso (1752 – 1835). Cuiabá: EdUFMT, 2014.

SILVA, Ilsa Helena Gomes Procopio. **Educação, Cultura e Tradição**: Tessituras de Uma Comunidade Tradicional do Pantanal de Poconé, Mato Grosso – Um Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado. 2007.

SILVA, Jaqueline Dias da. **O Falar Poconeano**: Um Estudo sobre as Variedades Linguísticas em Uso. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, 2016. Acesso em: 11/08/2021

SILVA, M. C. V. F. **O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 2004.

SILVA, Maria Cristina Vieira de Figueiredo. **O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. Salvador: UFBA, mestrado em Letras, 2004.

SILVA, Mariza Pereira. (2000). **Um Estudo de Variação Dialeto**: a alternância de [ãw] ~ [õ] final no português falado na cidade de Cáceres-MT. Dissertação de Mestrado - Campinas-SP: IEL – UNICAMP.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUSA, Cíntia Aparecida de. **Minimanual de Gramática**: Língua Portuguesa – 1 ed – Blumenau: Vale das Letras, 2012. P. 148.

SOUZA, Antonio Carlos Santana de. **Africanidade e contemporaneidade do português de comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul**. 2015.

TARALLO, F. **A pesquisa socio-linguística**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990. p.140

TARALLO, F. **Tempos linguísticos: Itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: editora ática, 1990.

THUN, Harald. A geolingüística pluridimensional, a história social e a história das línguas. In: AGUILERA, Vanderi de Andrade (org.). **Para uma história do português brasileiro**, volume VII: vozes, veredas, voragens. Londrina: EDUEL, 2009. Tomo II,

THUN, Harald. O comportamento lingüístico dos brasiguaios no Paraguai visto a partir do material do Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR). In: DIETRICH, Wolf / NOLL, Volker (Org.). **O português do Brasil**: perspectivas da pesquisa atual. Madri / Frankfurt a.M.: Iberoamericana; Vervuert, 2004.

THUN, Harald. Pluridimensional cartography. In: LAMELLI, Alfred; KEHREIN, Roland & RABANUS, Christian (eds.). Language mapping. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010

VIEIRA, S. R. Concordância verbal. In: Vieira, S. R.; Brandão, S. F. (Org.). *Ensi- no de gramática*: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 85-102.

VIEIRA, S. R. *Gramática, variação e ensino*: diagnose e propostas pedagógicas. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2017b. Disponível em: <<http://www.posvernaculas.letras.ufrj.br/publicacoes.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS INFORMANTES

ÁUDIO /2016 – Poconé/MT

Informante:

Sexo:

Naturalidade:

Estado Civil:

Naturalidade do esposo:

Escolaridade:

Trabalho/Ocupação:

Religião:

1. Qual a história/origem de Poconé? Você conhece?
2. Qual o significado do nome do município?
3. Você gosta de morar em Poconé? Por quê?
4. Em sua opinião é melhor viver no campo ou na cidade? Por quê?
5. Você tem satisfação em ser um/a Poconeano? Por quê?
6. Em sua opinião qual o ponto positivo e o ponto negativo de ser Poconeano?
7. Quais as atividades desenvolvidas em Poconé? (Pecuária, agricultura)
8. Em sua opinião o que deveria ser mudado em Poconé-MT?
9. O que você acha do clima de Poconé-MT?
10. O que vocês, normalmente, fazem nos finais de semana?
12. Quais tradições poconeanas fazem parte da sua vida e de sua família (as danças, as rezas)? Em que época acontecem?
13. Em Poconé há tradição de algum festejo religioso? Qual e como acontece?
14. Como é a dança dos mascarados? E a cavalhada?
15. Quais são as comidas e bebidas típicas de Poconé-MT?
16. Você conhece as frutas típicas da região? Quais são?
17. Você conhece rezas, simpatias, cantigas, versos, que foram transmitidos pelos mais velhos? Lembra de alguma agora?
18. Em Poconé há tradição de rezadeira, benzedeira ou mãe de santo? Quando elas são solicitadas?
19. Você conhece alguma lenda de Poconé? Qual?
20. Como você acha que as pessoas de fora veem os Poconeanos?
21. Em sua opinião quais são as características do Mato-Grossense?
22. Das pessoas que moram aqui, quem conserva mais os costumes, as tradições?
23. Você tem amigos que não são poconeanos? (Em caso de resposta negativa) Por que não?
24. Como vocês se conheceram? Como é a relação de vocês?

25. Você gosta do jeito de falar das pessoas que vêm de fora (nordestinos, gaúchos, cariocas)?
Você acha que é diferente do seu jeito de falar?
26. O que as pessoas de fora comentam do jeito de falar poconeano? Você já ouviu algum comentário e como reagiu?
27. As pessoas de fora costumam apelidar os poconeanos?
28. Existe algum apelido que você usa para tratar as pessoas de fora?
29. Quais os pontos turísticos de Poconé?
30. Vêm muitos turistas de fora visitar Poconé? De onde eles vêm?
31. Você gostaria de dizer mais alguma coisa que eu não perguntei?